🕝 bradesco

Senhores Acionistas

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de Titulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições "Certifica" para as operações do Segmento Balcão. autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2023, a Bradesco Corretora

A Bradesco Corretora oferece um serviço completo de análise de investimentos para clientes institucionais, com cobertura dos principais de R\$ 4.582 milhões. setores e empresas do mercado brasileiro, por meio de uma equipe composta por 39 especialistas setoriais, que divulgam suas opiniões aos clientes de modo equitativo, por meio de relatórios de acompanhamento e guias de ações, com ampla base de projeções e múltiplos de comparação. A Bradesco Corretora também possui uma equipe própria de economistas dedicada às demandas específicas dos clientes, focada no mercado de capitais. São enviados mais de 400 relatórios mensalmente, em português e inglês, para os mais importantes investidores domiciliados no Brasil,

opções, aluguel de ações, Swaps, contratos a termo, no mercado primário e secundário, negociações na B3 e no mercado de balcão organizado, pres tando serviço customizado para clientes de grandes empresas e investidores institucionais.

Nos mercados de renda variável da B3 no ano de 2023, a Bradesco Corretora negociou R\$ 527,9 bilhões e, classificou-se em 10º lugar no Brasil, em termos de volume total de negociações.

Além disso, durante o mesmo período, a Bradesco Corretora negociou 1,6 bilhões de contratos de futuros, termos, *swaps* e opções, num valor total de R\$ 43,8 trilhões, na B3. No exercício de 2023, a Bradesco Corretora classificou-se em 2º lugar no *Ranking* de Negociação da B3, em relação ao número de contratos de futuros, termos, *swaps* e opções executados.

A Bradesco Corretora permanece aderente ao Programa de Qualificação Operacional da B3 ("PQO"), mantendo o selo de Qualificação Operacional da B3 ("PQO"), mant Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Bradesco S.A. Corretora racional, confirmando assim a alta qualidade de suas operações em mercado futuro e de renda variável. Além disso, também é certificada pelo selo

> No exercício de 2023, a Bradesco Corretora registrou lucro líquido de R\$ 297 milhões, patrimônio líquido de R\$ 2.565 milhões e ativos totais Em 11 de julho de 2023, o Bacen homologou a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023, que deliberou o aumentou de capital

> social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 150.000 mil, sem a emissão de ações. Em 30 de novembro de 2023, o Bacen homologou a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de agosto de 2023, que deliberou de 100 de 10

> aumentou de capital social, mediante o saldo de contas "Reservas de Lucros - Reserva Legal e Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.305.436 mil, A política de dividendos da Bradesco Corretora assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro

> líquido ajustado, conforme previsto no seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. A Bradesco Corretora contrata e faz a gestão dos serviços dos auditoria independentes de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação ao trabalho.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil								
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022	
Disponibilidades	4	19.774	117	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.667.043	2.311.112	
Instrumentos Financeiros		3.083.731	3.157.954	Recursos de Clientes	13a	278.925	529.782	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	397.999	486.999	Outros Passivos Financeiros	13b	1.388.118	1.781.330	
Títulos e Valores Mobiliários	6a	2.602.388	2.589.183	Provisões		119.401	119.146	
Outros Instrumentos Financeiros	8	83.344	81.772	Outras Provisões	14	119.401	119.146	
Provisões para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.998)	(2.005)	Impostos Diferidos	24	21.546	18.597	
Outros Créditos	7	(1.998)	(2.005)	Outros Passivos	16	209.771	155.976	
Créditos Tributários	24	44.158	39.983	Total do Passivo		2.017.761	2.604.831	
Investimentos em Coligadas	9	19	17					
Imobilizado de Uso	10	15.751	14.435	Patrimônio Líquido	17			
Intangível	11	70.104	64.582	Capital Social		2.543.386	1.087.950	
Depreciações e Amortizações		(64.674)	(57.111)	Reservas de Lucros		7.882	1.316.172	
Imobilizado de Uso	10	(9.480)	(8.158)	Outros Resultados Abrangentes		13.291	9.554	
Intangível	11	(55.194)	(48.953)	Total do Patrimônio Líquido		2.564.559	2.413.676	
Outros Ativos	12	1.415.617	1.800.697					
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(162)	(162)					
Total do Ativo		4.582.320	5.018.507	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.582.320	5.018.507	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

				pan to mitog	
DEMONSTRAÇÃO DO	RESULTADO	- Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 2023	de dezembro 2022	
Receitas da Intermediação Financeira		193.653	391.464	351.698	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6c	193.653	391.464	351.698	
Despesas da Intermediação Financeira		(7)	(11)	(30)	
Operações de Empréstimos e Repasses		(7)	(11)	(30)	
Resultado da Intermediação Financeira		193.646	391.453	351.668	
Reversão de Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação					
Duvidosa	7	2	7	10	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		193.648	391.460	351.678	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(33.749)	2.808	58.286	
Receitas de Prestação de Serviços	18	154.485	323.684	377.361	
Despesas de Pessoal	19	(94.748)	(165.380)	(153.201)	
Outras Despesas Administrativas	20	(63.910)	(117.076)	(114.823)	
Despesas Tributárias	21	(24.176)	(49.963)	(54.398)	
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	9	1	2	-	
Outras Receitas Operacionais	22	4.897	26.196	6.931	
Outras Despesas Operacionais	23	(11.851)	(16.210)	(3.435)	
Reversões/(Despesas) de Provisões		1.553	1.556	(149)	
- Trabalhistas	15	-	-	(146)	
- Cíveis	15	-	3	(3)	
- Fiscais		1.553	1.553	-	
Resultado Operacional		159.899	394.268	409.964	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		159.899	394.268	409.964	
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(3.423)	(97.192)	(167.165)	
Lucro Líquido		156.476	297.076	242.799	
Lucro Básico por Lote de mil Ações em R\$		161,06	305,77	249,91	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Lucro Líquido do Período	156.476	297.076	242.799
Outros Resultados Abrangentes	1.466	3.737	4.589
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	1.466	3.737	4.589
- Próprios	1.466	3.737	4.589
Resultado Abrangente do Período	157.942	300.813	247.388
As Nation Frontier to the control of			

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora ou Instituição) tem como objetivo principal, intermediar operações com ações e contratos futuros negociadas na B3 e títulos públicos e privados registrados na SELIC e CETIP.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que tuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demo ções financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Acões), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, tilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e

perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números deste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

is demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

· Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização: e Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivati vos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando:

(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	В
• de 31 a 60 dias	С
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	Н

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortizacão significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação

para categoria de menor risco. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações -

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre

o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados

da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável mpairment), quando aplicável

Social	Integralizar	Legal	Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Totais
1.087.950	-	77.102	998.578	4.965	-	2.168.595
-	-	-	-	4.589	-	4.589
-	-	-	-	-	242.799	242.799
-	-	12.140	228.352	-	(240.492)	-
-	-	-	-	-	(2.307)	(2.307)
1.087.950	-	89.242	1.226.930	9.554	-	2.413.676
1.455.436	-	(96.272)	(1.359.164)	-	-	-
-	-	-	-	3.737	-	3.737
-	-	-	-	-	297.076	297.076
-	-	14.854	132.292	-	(147.146)	-
-	-	-	-	-	(149.930)	(149.930
2.543.386	-	7.824	58	13.291	-	2.564.559
1.087.950	150.000	96.272	1.209.164	11.825	-	2.555.211
1.455.436	(150.000)	(96.272)	(1.209.164)	-	-	_
-	-	-	-	1.466	-	1.466
-	-	-	-	-	156.476	156.476
-	-	7.824	58	-	(7.882)	-
-	-	-	-	-	(149.930)	(149.930
-	-	-	-	-	1.336	1.336
2.543.386	-	7.824	58	13.291	-	2.564.559
	1.087.950 1.455.436 		1.087.950 - 89.242 1.455.436 - (96.272) 14.854 10.000 96.272 1.455.436 (150.000) (96.272) 7.824 1.087.950 150.000 96.272 1.455.436 (150.000) (96.272) 7.824	12.140 228.352 12.140 228.352 89.242 1.226.930 1.455.436 - (96.272) (1.359.164) 14.854 132.292 14.854 132.292 14.854 58 1.087.950 150.000 96.272 1.209.164 1.455.436 (150.000) (96.272) (1.209.164) 	4.589 12.140 228.352 1.087.950 - 89.242 1.226.930 9.554 1.455.436 - (96.272) (1.359.164) 14.854 132.292 2.543.386 - 7.824 58 13.291 1.087.950 150.000 96.272 1.209.164 11.825 1.455.436 (150.000) (96.272) (1.209.164) 1.466 7.824 58	4.589 242.799 12.140 228.352 - (240.492) 12.140 228.352 - (230.7) 1.087.950 - 89.242 1.226.930 9.554 - (2.307) 1.455.436 - (96.272) (1.359.164) 3.737 3.737 297.076 14.854 132.292 - (147.146) (149.930) 2.543.386 - 7.824 58 13.291 - 1.087.950 150.000 96.272 1.209.164 11.825 - 1.455.436 (150.000) (96.272) (1.209.164) 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.466 - 1.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Reservas de Lucros

Capital a

Ajustes de

Lucros

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre	Acumulado em 31 d	de dezembro
	2023	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda Contribuição Social	159.899	394.268	409.964
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	2.330	8.130	7.596
Depreciações e Amortizações	3.476	7.563	5.647
Constituições e Atualizações de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(1.001)	348	1.959
Reversão de Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2)	(7)	(10)
Resultado de Participação em Coligadas	(1)	(2)	-
Outras	(142)	228	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	162.229	402.398	417.560
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	164.720	(13.205)	(288.781)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	(2.760)	(1.571)	(9.034)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	1.285.715	385.080	64.995
e Aumento/(Redução) em Recursos de Clientes	(175.368)	(250.856)	(102.157)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros	(1.299.803)	(393.213)	(60.509)
Aumento/(Redução) em Provisões	52.908	(463)	13.778
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(17.148)	(2.215)	2.100
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(20.313)	(173.147)	(121.825)
S Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	150.180	(47.192)	(83.873)
S Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
e (Aumento)/Redução de Títulos Disponíveis para Venda	(7.395)	(13.008)	4.590
Aquisição de Imobilizado de Uso	(193)	(1.316)	(230)
s, Aquisição de Intangível	(3.965)	(5.521)	(9.865)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(11.553)	(19.845)	(5.505)
e S Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	_	(2.306)	(1.291)
S Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	_	(2.306)	(1.291)
	138.627	(69.343)	(90.669)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		, ,	,
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período		487.116 417.773	577.785 487.116
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	138.627	(69.343)	(90.669)
Aumento/(Redução) Liquido de Caixa e Equivatentes de Caixa	138.627	(69.343)	(90.069)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil--econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e sistema de segurança e comunicação - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa

· Software: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como men surar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudancas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda. Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que

finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente

gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para

do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redu-

ção de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro rata.

São demonstrados pelos valores de exigibilidade e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuado

de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN

· Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos ante riores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de

recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e a construcción de construcción dObrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionali

dade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda. m) Outros ativos e passivos

k) Depósitos - Recursos de clientes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

I - Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações em bolsas, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas: Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores em nome dos clientes; e · Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações

com ativos financeiros de renda fixa e renda variável, pendentes de liquidação na data do balanço. II - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resul tado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

R\$ mil

R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Jornal O DIA SP

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nos exercícios futuros. o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado

quência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com fre-

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

ு bradesco

n) Resultado recorrente e não recorrente

	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	19.774	117
Total de disponibilidades (caixa)	19.774	117
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	397.999	486.999
Total de caixa e equivalentes de caixa	417.773	487.116
(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90	dias e que apresentem r	isco insignificante de

117 5.999 7.116 mudança de valor justo

Em 31 de dezembro - R\$ mil Até 90 dias 2022 Aplicações em mercado aberto: Posição bancada.. 397.999 397.999 486.999 397.999 Letras do tesouro nacional 397.999 486.999 Total em 31 de dezembro de 2023 397.999 397.999 100,0 100,0 Total em 31 de dezembro de 2022. 486.999 486.999 100,0 100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

		2º Semestre	Acumulado em 3 2023 55.080	1 de dezembro	
		2023	2023	2022	
	Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
9	Posição bancada (Nota 6c)	24.762	55.080	71.301	
	Total	24.762	55.080	71.301	

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira por emissor

		2023							2022	
				Acima	Valor de mercado/	Valor de custo	Marcação	Valor de mercado/	Marcação	
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias	contábil (2)	atualizado	a mercado	contábil (2)	a mercado	
Títulos públicos	-	5.708	811.941	1.206.140	2.023.789	2.018.477	5.312	1.790.343	4.612	
Letras financeiras do tesouro	-	5.708	811.941	1.205.022	2.022.671	2.018.477	4.194	1.789.183	3.452	
Outros	-	-	-	1.118	1.118	-	1.118	1.160	1.160	
Títulos privados	578.599	-	-	-	578.599	561.758	16.841	798.840	11.313	
Cotas de fundos de investimento (1)	527.655	-	-	-	527.655	527.655	-	757.413	-	
Outros	50.944	-	-	-	50.944	34.103	16.841	41.427	11.313	
Total geral	578.599	5.708	811.941	1.206.140	2.602.388	2.580.235	22.152	2.589.183	15.925	

(1) No encerramento do exercício, a Bradesco Corretora possuía R\$ 506.310 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 757.413 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco; e (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações,

modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas

								Em 31 d	e dezembro - R\$ mil
				2023				202	.2
<u></u>				Acima	Valor de mercado/	Valor de custo	Marcação	Valor de mercado/	Marcação
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias	contábil (1)	atualizado	a mercado	contábil (1)	a mercado
Títulos para negociação	527.655	-	-	-	527.655	527.655	-	757.413	-
Cotas de fundos de investimento	527.655	-	-	-	527.655	527.655	-	757.413	-
Títulos disponíveis para venda	50.944	5.708	811.941	1.206.140	2.074.733	2.052.580	22.153	1.831.770	15.925
Letras financeiras do tesouro	-	5.708	811.941	1.205.022	2.022.671	2.018.477	4.194	1.789.183	3.452
Outros	50.944	-	-	1.118	52.062	34.103	17.959	42.587	12.473
Total geral	578.599	5.708	811.941	1.206.140	2.602.388	2.580.235	22.152	2.589.183	15.925
				* 1 . * 1					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações,

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31 de	e dezembro
	2023	2023	2022
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	24.762	55.080	71.301
Rendas com títulos e valores mobiliários	168.891	336.384	280.397
Total	107 657	701 464	751 600

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Corretora não operou com instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

7) PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA Movimentação da provisão

	2023	2022
Provisão sem característica de operações de crédito (Nota 12)	1.998	2.238
Provisão genérica (1)	7	17
Saldo inicial do período	2.005	2.255
Reversão de provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(7)	(10)
Baixas para prejuízo	-	(240)
Saldo final em 31 de dezembro	1.998	2.005
Provisão sem característica de operações de crédito (Nota 12)	1.998	1.998
Provisão genérica (1)	_	7

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

		Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Devedores por depósito em garantia	83.306	81.734
Rendas a receber	25	25
Outros investimentos	13	13
Total	83.344	81.772

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo metodo de equivalencia patrimo	nial dos investimentos re	oram registrados em con	itas de resultado, sob a rui	orica de "Resultado de parti	cipações em coligadas".				
								Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
		Patrimônio	Quantidade de	(%) Participação				Resultado de e	quivalência
	Capital	líquido	cotas possuídas	no capital	Lucro	Valor con	tábil	patrimo	onial
Empresa	social	ajustado	(em milhares)	social	líquido	2023	2022	2023	2022
Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda. (1)	1.756	3.333	9	0.54154	255	19	17	2	

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

10) IMOBILIZADO DE USO

útil-econômica dos bens.

a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de

> trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Corretora não têm valores individuais relevantes São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anterio-

Taxa de depreciação depreciação Custo 2023 2022 Móveis e equipamentos de uso/instalações 7.801 (3.217)4.584 5.315 1.579 7.306 Sistema de processamento de dados. 20% 644 108 (536)161 Total em 31 de dezembro de 2023.. 15.751 (9.480)6.271 Total em 31 de dezembro de 2022. 14.435 11) INTANGÍVEL

res, complexidade e posicionamento de tribunais. A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão

Custo líquido de Taxa de amortização amortização Custo Amortização 2023 2022 70.104 (55.194)15.629 20% 70.104 (55.194) 14.910 Total em 31 de dezembro de 2023 64.582 (48.953)15.629

Total em 31 de dezembro de 2022 12) OUTROS ATIVOS Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 2022 Negociação e intermediação de valores 1.394.332 Pagamentos a ressarcir 7.091 7.047 Outros valores e bens. 5.559 7.302 1.998 6.637 2.467 1.415.617 1.800.697

(1) A provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa dos Títulos e créditos a receber, está apresentada na linha de "Provisões para perdas de créditos de liquidação duvidosa associadas ao risco de crédito" do Balanço Patrimonial, no montante de R\$ 1998 mil (em 31 de dezembro de

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS a) Recursos de clientes

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

a) Ativos contingentes

I - Processos trabalhistas

	2023	2022
Recursos disponíveis de clientes	278.925	529.782
Total	278.925	529.782
b) Outros passivos financeiros		
	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Negociação e intermediação de valores	1.388.118	1.781.330
Total	1.388.118	1.781.330
14) OUTRAS PROVISÕES		
	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Provisão para pagamentos a efetuar	111.278	103.042
Provisão para contingências	6.397	14.574
Outros	1.726	1.530
Total	119.401	119.146

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do

artigo 244 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados,

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões R\$ mil Trabalhistas Fiscais Cíveis Saldo em 1º de janeiro de 2023. 2.116 11.494 Atualização monetária. 1.684 Constituições líquidas de (reversões e baixas) (8.524)

4.654

1.020

Saldo em 31 de dezembro de 2023... c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são rea lizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 80 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.230 mil) para os processos cíveis e R\$ 145.779 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 133.392 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

Autuação de IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela nova Bolsa (BMF e Bovespa) no ano-calendário de 2008, no montante de R\$ 74.126 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 68.807 mil);

Autuações de INSS - PLR - Anos-bases de 2014 a 2016 relativa a exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, no montante de R\$ 59.411 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 53.342 mil); e

Autuação de INSS sobre aportes em plano de previdência privada de janeiro 2014 a janeiro de 2015 por entender a fiscalização tratar-se de verba remuneratória, no montante de R\$ 1.721 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.562 mil).

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2023	2022	
scais e previdenciárias	69.977	141.128	
ociais e estatutárias	127.441	2.307	
redores diversos	12.353	12.541	
otal	209.771	155.976	

Tol 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social O capital social no montante de R\$ 2.543.386 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.087.950 mil), está representado por 971.561.866 (em 31 de dezem bro de 2022 - 971.561.866) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal Em 11 de julho de 2023, o Bacen homologou a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2023, que deliberou o aumentou de capital

social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 150.000 mil, sem a emissão de ações. Em 30 de novembro de 2023, o Bacen homologou a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de agosto de 2023, que deliberou o aumentou de capital social, mediante o saldo de contas "Reservas de Lucros - Reserva Legal e Reserva Estatutária" no montante de R\$ 1.305.436 mil, sem a emissão de ações

b) Movimentação do capital social

ı	Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.	•				R\$ mil
ı	b) Provisões classificadas como perdas prováveis		Quantidade	e de cotas		
ı	A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.		2023	2022	2023	2022
ı	Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos	Início do período	971.561.866	971.561.866	1.087.950	1.087.950
ı	anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.	Aumento de capital (1) (2)	-	-	1.455.436	-
ı	A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.	Final do período	971.561.866	971.561.866	2.543.386	1.087.950

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais (1) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 150.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", sem emissão de ações. O processo foi aprovado pelo Bacen em 11 de julho de 2023; e (2) Conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de agosto de 2023, foi deliberada o aumento do capital social de R\$ 1.305.436 mil, com contrapartida dos saldos de "Reservas de Lucros - Reserva Legal e Reserva Estatutária", sem a emissão de ações. O processo foi aprovado de la composição de ações. O processo foi aprovado de la composição de la compospelo Bacen em 30 de novembro de 2023.

no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:

723

Em 31 de dezembro - R\$ mil

R\$ mil

Jornal O DIA SP

→ bradesco

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

Acumulado em 31 de dezembro

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

c) Reservas de lucros			e) Obrigações fiscais diferidas
	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil	
	2023	2022	
Reservas de lucros	7.882	1.316.172	Atualização de depósitos judiciais.
- Reserva legal (1)	7.824	89.242	Total dos impostos diferidos sob
- Reserva estatutária (2)	58	1.226.930	Ajuste a valor de mercado dos títul
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capi	ital social realizado, ou 3	0% do capital social.	Total dos impostos diferidos (No
acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A re			

aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

to é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações financeiras.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição

Conforme Ata de Reunião da Diretoria foi deliberado em 22 de dezembro de 2023 o Juros sobre Capital Próprio, no montante de R\$ 127.441 mil (líquido de impostos R\$ 22.489 mil), os quais foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. O pagamento acontecerá até 30 de junho de 2024.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade total de ações.

18) RECEITAS DE PRESTAÇ	ÃO DE SERVIÇOS
-------------------------	----------------

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Corretagens de operações em bolsa	137.064	286.783	332.995	
Intermediação de operações estruturadas e com ações	16.417	35.002	41.394	
Outras	1.004	1.899	2.972	
Total	154.485	323.684	377.361	
19) DESPESAS DE PESSOAL				

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Proventos	66.231	113.281	98.020	
Encargos sociais	22.797	40.066	35.125	
Benefícios	5.689	11.826	19.759	
Treinamentos	31	207	297	
Total	94.748	165.380	153.201	

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2023	2022
Serviços de terceiros	21.948	42.102	43.560
Processamento de dados	16.858	32.116	30.114
Propaganda, promoções e publicidade	8.779	11.881	11.599
Depreciações e amortizações	3.476	7.563	5.647
Comunicações	3.195	5.169	6.438
Aluguéis	1.960	3.905	3.601
Serviços técnicos especializados	2.008	3.408	3.836
Outras	5.686	10.932	10.028
Total	63.910	117.076	114.823
21) DECDECAS TRIBLITÁRIAS			

21) DESPESAS TRIBUTARIAS

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Contribuição à Cofins	14.034	28.735	29.238	
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	7.724	16.184	18.871	
Contribuição ao PIS	2.280	4.669	4.751	
Impostos sobre Pagamentos ao Exterior	7	7	1.143	
Outras	131	368	395	
Total	24.176	49.963	54.398	

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

		R\$ mil
2º Semestre	Acumulado em 31 d	de dezembro
2023	2023	2022
1.208	18.130	-
2.992	6.118	5.837
2	56	673
695	1.892	421
4.897	26.196	6.931
	1.208 2.992 2 695	2023 2023 1.208 18.130 2.992 6.118 2 56 695 1.892

			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31 d	de dezembro
	2023	2023	2022
Despesas compartilhadas (1)	10.529	10.529	-
Atualizações monetárias passivas	704	4.547	2.615
Ressarcimentos	520	584	276
Provisões passivas	20	388	54
Taxa de manutenção/custódia	11	18	49
Outras	67	144	441
Total	11.851	16.210	3.435
(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Co	ontrolador com a Brad	esco CTVM.	

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

			RŞ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31 c	le dezembro
	2023	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	159.899	394.268	409.964
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes			
(Nota 3f)	(63.960)	(157.707)	(163.986)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Resultado de participações em controladas e coligadas	1	1	-
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(164)	(1.145)	(5.491)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	59.972	59.972	-
Outros valores	728	1.687	2.312
Imposto de renda e contribuição social do período	(3.423)	(97.192)	(167.165)
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social			

2º Semestre

		2023	2023	2022
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos		(28.135)	(100.910)	(170.781)
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões tempor	árias	24.712	3.718	3.616
Total dos impostos diferidos		24.712	3.718	3.616
Imposto de renda e contribuição social do período		(3.423)	(97.192)	(167.165)
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contrib	uição social dife	ridos		
,			Em 31 de de	zembro - R\$ mil
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para participação nos lucros/gratificações	32.460	41.161	(32.534)	41.087
Provisões cíveis	385	24	(1)	408
Provisões fiscais	-	77	-	77
Provisões trabalhistas	4.598	673	(3.410)	1.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54	-	(54)	-
Impairment de títulos e investimentos	4	-	-	4
Outros	2.482	191	(1.952)	721
Total dos créditos tributários	39.983	42.126	(37.951)	44.158
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	18.597	4.619	(1.670)	21.546
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	21.386	37.507	(36.281)	22.612

d) Projeção de realização dos credicos cribucarios sobre direrenças temporarias			
	Diferenças to	emporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social	Tota
2024	6.535	3.919	
2025	6.958	4.175	
2026	6.532	3.919	

	ae renaa	social	iotal
2024	6.535	3.919	10.454
2025	6.958	4.175	11.133
2026	6.532	3.919	10.45
2027	6.532	3.921	10.453
2028	709	426	1.13
2030	48	29	7
2033	284	171	45
Total	27 500	16 560	4415

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 40.934 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 37.538 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Corretora foram devidamente ativados.

Aos Acionistas e Administradores da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco Corretora" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Corretora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da dministração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

tadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne- tações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nil	, 			Saldo em 31 de dez	embro - R\$ mil
		2022	Constituição	Realização	2023
72	Atualização de depósitos judiciais	12.228	2.127	(1.670)	12.685
12	Total dos impostos diferidos sobre exclusões temporárias	12.228	2.127	(1.670)	12.685
30	Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	6.369	2.492	-	8.861
-ial	Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	18.597	4.619	(1.670)	21.546

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramen- operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (1)	417.773	487.116	-	-
Outros ativos	-	20	-	-
Passivo				
Dividendos/Juros sobre Capital próprio a pagar (2)	127.441	2.307	-	-
		Ac	cumulados em 31 de de	ezembro - R\$ mil
	Control	ador	Colig	adas
	2023	2022	2023	2022
Resultado				
Receita da intermediação financeira (1)	54.833	71.301	-	-
Receita de prestação de serviços (1)	114	4.639	-	-
Outras despesas (1)	10.529	_	_	_

(94)(136) Despesas de aluguéis. (1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- · O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

 A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Fun-
- cionários e Administradores da Instituição. Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.450 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.500 mil), sendo R\$ 2.700 mil (em 31 de dezembro de

2022 - R\$ 3.200 mil) para remuneração dos Administradores e R\$ 2.750 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve se

destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de Ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Remuneração	1.219	2.439	2.844
Total	1.219	2.439	2.844
Benefícios pós-emprego			
			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
	2023	2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.493	2.750	2.300
Total	1.493	2.750	2.300

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração,

26) BALANCO PATRIMONIAL POR PRAZO

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	19.774	-	-	-	-	19.774
Instrumentos financeiros	1.051.879	5.708	811.941	1.214.203	-	3.083.731
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	397.999	-	-	-	-	397.999
- Títulos e valores mobiliários	579.716	5.708	811.941	1.205.023	-	2.602.388
- Outros instrumentos financeiros	74.164	-	-	9.180	-	83.344
Provisões para perdas de créditos de						
liquidação duvidosa associadas ao risco de						
crédito	(1.998)	-	-	-	-	(1.998)
- Outros créditos	(1.998)	-	-	-	-	(1.998)
Créditos tributários	-	15.095	5.566	23.497	-	44.158
Investimentos em coligadas	-	-	-	-	19	19
Imobilizado de uso	65	325	390	5.491	-	6.271
Intangível	248	1.240	1.488	11.934	-	14.910
Outros ativos	1.412.502	1.510	-	1.605	-	1.415.616
Provisões para redução ao valor recuperável						
de ativos	(162)	-	-	-	-	(162)
Total em 31 de dezembro de 2023	2.482.308	23.878	819.385	1.256.730	19	4.582.320
Total em 31 de dezembro de 2022	3.153.240	559.470	484.577	821.202	18	5.018.507
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.667.043	-	-	-	-	1.667.043
- Recursos de clientes	278.925	-	-	-	-	278.925
- Outros passivos financeiros	1.388.118	-	-	-	-	1.388.118
Provisões	111.927	75	-	7.399	-	119.401
- Outras provisões	111.927	75	-	7.399	-	119.401
Impostos diferidos	-	21.546	-	-	-	21.546
Outros passivos	19.691	62.639	127.441	-	-	209.771
Total do passivo	1.798.661	84.260	127.441	7.399	-	2.017.761
Patrimônio líquido	-	-	-	-	2.564.559	2.564.559
Total em 31 de dezembro de 2023	1.798.661	84.260	127.441	7.399	2.564.559	4.582.320
Total em 31 de dezembro de 2022	2.435.855	133,186	2.307	33,483	2.413.676	5.018.507

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

R\$ mil

Acumulado em 31 de dezembro

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil no exercício de 2023 foi de R\$ 297.076 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 242.799 mil), não houve resultado não recorrente.

 $A \ a tividade \ de \ gerenciamento \ de \ riscos \'e \ altamente \ estrat\'egica \ em \ virtude \ da \ crescente \ complexidade \ dos \ serviços \ e \ produtos, \ e \ da \ globalização \ dos \ dos$ negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito de mercado, de liquidez e operaciona

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e necimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular

acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor iusto, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abran-

gentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos. Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e à operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito

aumentar ou diminuir. O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principa e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos

 $financeiros\ e\ o\ detalhamento\ das\ informações\ a\ serem\ divulgadas\ em\ notas\ explicativas.$ A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos nor mativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

d) Eventos subsequentes

Em 19 de janeiro de 2024, o Bacen, aprovou a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora para a Ágora CTVM. Esta operação está prevista para ocorrer em 28 de março de 2024. A cisão, visa promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, atualmente registrados nesta Sociedade, com o remanejamento desses para a Ágora CTVM.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães Contador - CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

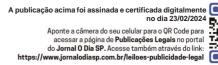
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e man mos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionai: Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circuns-
- tâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras
- podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis ado- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das consta-



KPMG





no dia 23/02/2024

Contador CRC 1SP-206103/0-4



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5678-C553-85F8-F755 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5678-C553-85F8-F755



Hash do Documento

CDD10DF6B4F2016A89AB3A847591046495D9FC1E6C95DEFB25C6125CF3C71012

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



🕝 bradesco

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2023, o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 33 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 382 milhões e Ativos Totais de

ores Acionistas,
A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), relativas ao exercício ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. A Instituição possui participação societária nas empresas BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil									
_	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		
Ativo				Passivo					
Disponibilidades	4	50	53	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.954.190	6.363.821		
Instrumentos Financeiros		4.633.690	7.047.594	Recursos de Instituições Financeiras	13a	3.954.190	6.363.821		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	468.081	306.412	Provisões		1.032.537	973.400		
Títulos e Valores Mobiliários	6a e 6b	3.036.428	5.665.984	Outras Provisões	14	1.032.537	973.400		
Operações de Crédito	7	73	81	Impostos Diferidos	23	237.614	219.444		
Outros Instrumentos Financeiros	11	1.129.108	1.075.117	Outros Passivos	16	101.358	204.889		
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1)	(32)	Total do Passivo		5.325.699	7.761.554		
Operações de Crédito	7	(1)	(32)						
Créditos Tributários	23	673.418	649.117	Patrimônio Líquido					
Investimentos em Controladas e Coligadas	8	225.353	351.445	Capital Social	17	294.573	370.000		
Imobilizado de Uso	9	72	72	Reservas de Lucros	17	85.300	59.845		
Intangível	10	586	586	Ajuste de Avalição Patrimonial		1.910	(3.703)		
Depreciações e Amortizações		(658)	(657)	Total do Patrimônio Líquido		381.783	426.142		
Imobilizado de Uso	9	(72)	(72)						
Intangível	10	(586)	(585)						
Outros Ativos	12	177.080	141.626						
Valor Recuperável de Ativos		(2.108)	(2.108)						
Total do Ativo		5.707.482	8.187.696	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.707.482	8.187.696		

		As Notas Explicativa	s são parte integra
RESULTADO	- Em Reais mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
Nota	2023	2023	2022
	358.871	736.710	480.659 I
7	117	850	479
6c	358.754	735.860	480.180
	(370.485)	(771.790)	(410.634)
13b	(370.485)	(771.790)	(410.634)
	(11.614)	(35.080)	70.025
	2	31	307
7	2	31	307
	(11.612)	(35.049)	70.332
	14.918	44.743	86.673
18	(5.825)	(10.912)	(8.178)
19	(1.121)	(2.097)	(6.136)
8	8.975	18.637	26.501
20	53.539	118.495	122.893
21	(41.472)	(86.290)	(103.450)
15	822	6.910	55.043
	12	484	2.230
	(319)	767	52.813
	1.129	5.659	-
	3.306	9.695	157.005
	10.717	14.560	292
	14.023	24.254	157.297
23	(956)	9.129	(22.914)
	7 6c 13b 7	Nota 2023 358.871 7 7 117 6c 358.754 (370.485) (370.485) (11.614) 2 7 2 (11.612) 14.918 18 (5.825) 19 (1.121) 8 8.975 20 53.539 21 (41.472) 15 822 12 (319) 1.129 3.306 10,717 14.023	Nota 2º Semestre 2023 Acumulado em 31 2023 358.871 736.710 7 117 850 6c 358.754 735.860 (370.485) (771.790) (370.485) (771.790) (11.614) (35.080) 2 31 7 2 31 (11.612) (35.049) 14.918 44.743 18 (5.825) (10.912) 19 (1.121) (2.097) 8 8.975 18.637 20 53.539 118.495 21 (41.472) (86.290) 15 8222 6.910 12 484 (319) 767 1.129 5.659 3.306 9.695 10.717 14.560 14.023 24.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

13.067

33.383

2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2023 2023 2022 Lucro Líquido do Período 13.067 33.383 134.383 Outros Resultados Abrangentes. (22.409) 5.613 (5.762) Ajustes de Avaliação Patrimonial (22.409) 5.613 (5.762 Resultado Abrangente do Período (9.342)38.996 128.621 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

6	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.707.482	8.187.696
teg	rante das Demonstrações Financeiras.			
	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE C	AIXA - Em Reais m	nil	
)		Acumulado em 31 c	le dezembro	
_		2023	2023	2022
9	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
9	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.023	24.254	157.296
0	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.717)	(11.415)	(20.187)
4)	- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2)	(32)	(340)
4)	- Depreciação e Amortização	-	1	4
5	- Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(8.975)	(18.637)	(26.501)
7	- Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(591)	637	6.650
7	- Outros	851	6.616	-
2	(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	517.710	2.537.799	8.121.302
3	- Títulos e Valores Mobiliários	541.123	2.627.984	8.114.277
8)	- Outros Instrumentos Financeiros Ativos	(30.303)	(53.991)	(23.355)
6)	- Operações de Crédito	34	8	673
)1	- Redução em Outros Ativos	6.856	(36.202)	29.707
3	Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	(1.719.844)	(2.350.235)	(4.815.241)
0)	- Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(1.730.661)	(2.409.630)	(4.795.077)
3	- Provisões	28.317	51.884	1.277
0	- Outros Passivos	(17.500)	7.511	25.544
3	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(46.985)
-	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(1.196.828)	200.403	3.443.170
5	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
2	Aquisição em Títulos Disponíveis para Venda	(41.524)	_	_
7	Alienação em Títulos Disponíveis para Venda	(-152-1)	10.345	7.695
4) 3	Dividendos Recebidos	_	82.102	12
	Alienação de Investimentos	_	63.275	-
0	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(41.524)	155.722	7.707
	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	_	(119.032)	(492.263)
	Redução de Capital	_	(75.427)	(2.824.000)
_	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(194.459)	(3.316.263)
3	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.238.352)	161.666	134.614
ა 2)	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.706.483	306.465	171.851
2)	Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	468.131	468.131	306.465
1	Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.238.352)	161.666	134.614

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

134.383

864,40

Eventos	Capital Social	Redução de Capital	Reservas de	Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.024.578	ue capitat	222.547	471.587	2.059	Acumutados	3.720.771
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	_	-		(5.762)	-	(5.762)
Aumento de Capital com Reservas	169.422	_	(169.422)	_	-	_	(0.7 02)
Redução de Capital	(2.824.000)	_	_	_	_	_	(2.824.000)
Dividendos Pagos com Reservas	_	-	-	(471.587)	-	-	(471.587)
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	_	_	-	(57.535)	(57.535)
Dividendos Deliberados com o Resultado do Exercício	-	-	-	-	_	(70.128)	(70.128)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	134.383	134.383
Destinações: - Reservas		-	6.720	-	-	(6.720)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.000	-	59.845	-	(3.703)	-	426.142
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.613	-	5.613
Redução de Capital	(75.427)	-	-	-	-	-	(75.427)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	33.383	33.383
Destinações: - Reservas	-	-	1.669	23.786	-	(25.455)	-
- Dividendos Propostos		-	-	-	-	(7.928)	(7.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	294.573	-	61.514	23.786	1.910	-	381.783
Saldos em 30 de junho de 2023	294.573	-	60.861	14.476	24.319	-	394.229
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(22.409)	-	(22.409)
Lucro Líquido	-	-	-	-		13.067	13.067
Destinações: - Reservas	-	-	653	9.310	-	(9.963)	-
- Dividendos Propostos		-	-	-	-	(3.104)	(3.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	294.573	-	61.514	23.786	1.910	-	381.783

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Lucro Líquido

Lucro por Ação em R\$

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira que tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteira de arrendamento mercantil, As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificacarteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições das como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades.

O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações A provisão para créditos de liquidação duvidosa associada ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em

financeiras devem ser entendidas neste contexto. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e

do Banco Central do Brasil (Bacen). A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do BERJ evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas

na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do BERJ

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço

c) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinan-

ceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de

aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período,

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de

exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração. f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos

níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	В
• de 31 a 60 dias	С
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	Н

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela

atualização (accrual) das operações vencidas até o 59° dia é contabilizada em receitas e a partir do 60° dia, em rendas a apropriar, sendo que o econhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da

acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

operação para categoria de menor risco.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outras, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais oram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperávei

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de

transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exer cidos com essa finalidade.

É composto por:

Software: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa

contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas $ser\ divulgados\ em\ notas\ explicativas,\ quando\ relevantes.\ As\ obrigações\ classificadas\ como\ remotas\ não\ são\ provisionadas\ e\ nem\ divulgadas;\ e$
- · Obrigações Legais Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata die).

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: nalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

32

479

2022

2022

306.412

Jornal O DIA SP

bradesco

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

	CNPJ 33.147.315/0001-15
idade de Deus -	Prédio Prata - 4º Andar - Vila Vara - O

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A) CALYA E EQUIVALENTES DE CALYA

n) Resultado recorrente e não recorrente Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 2022 Disponibilidades em moeda nacional 50 Total de disponibilidades (caixa)... 50 53 Aplicações no mercado aberto (1) 468 081 306.412 Total de caixa e equivalentes de caixa 468.131 306.465

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5)	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	
a)	Composição e prazos	

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Aplicações em operações compromissadas - Posição de bancada Total 31 de dezembro de 2023. Total 31 de dezembro de 2022.

Até 90 dias

2º Semestre

2023

242.033

242.033

Total 468.081 468.081 468.081 468.081 306.412

R\$ mil Acumulado em 31 de dezembro 2023 2022 405.568 101.408 405.568 101.408

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título e prazos

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 Valor de Valor de Valor de mercado, custo Marcação a mercado/ Marcação a **Títulos** 360 dias contábil atualizado contábil Títulos públicos. 35.776 (3.403)35.776 39.035 (3.259)37.317 Letras financeiras do tesouro 22.054 22.054 22.060 (6) (3.253) 19.458 (3.362) Moedas de privatização 13.722 13.722 16.975 17.859 Títulos privados 414.707 46.217 16.774 2.522.954 3.000.652 3.001.026 (374) 5.628.667 (9.176) Letras financeiras 414.707 46.217 16.233 2.440.882 2.918.039 2.919.445 (1.406)5.571.989 (9.141)Letras imobiliárias garantidas 82.072 82.613 81.581 1.032 56.678 Total geral... (12.579) 414.407 46.217 16.774 2.558.730 3.036.428 3.040.061 (3.633)5.665.984 b) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil Valor de Valor de Valor de mercado, Marcação a custo mercado atualizado mercado 360 dias contábil (1) contábil (1) Títulos para negociação. 229.603 16.774 44.312 2.522.954 2.813.983 710.950 2.813.643 (340)1.114 16.233 652.934 1.149 Letras financeiras do tesouro 1.338 Letras imobiliárias garantidas 541 82.072 82.613 1.032 56.678 (13.693) Títulos disponíveis para venda. 185.104 1.905 4.955.034 35.776 222.785 226.078 (3.293)Letras financeiras 1.905 187.009 187.043 4.919.055 (10.290) 13.722 Moedas de privatização (3.253)(3.362)13.722 16.975 17.859 Letras financeiras do tesouro (12.579)Total geral... 414.707 46.217 16.774 2.558.730 3.036.428 3.040.061 (3.633)5.665.984

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

R\$ mil 2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2022 405.568 242.033 101.408 Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b) Títulos de renda fixa.. 117.314 337.770 391.654 Perdas permanentes. (593) (7.478)(12.882)358.754 735.860 480.180 d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	AA	Α	В	С	D	E	F	G	н	2023	2022
Outros créditos	-	51	-	22	-	-	-	-	-	73	81
Total geral em 31 de dezembro de 2023	-	51	-	22	-	-	-	-	-	73	
Total geral em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	50	-	-	-	-	31		81
b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo	de vencimento										
										Em 31 de d	dezembro - R\$ mil
						Níveis de risco					
	AA	A	В	С	D	E	F	G	н	2023	2022
Curso normal	-	51	-	22	-	-	-	-	-	73	50

Níveis de risco

Parcelas vincendas 31 a 60 91 a 180 181 a 360 Acima de 360 33 Curso anormal 31 Parcelas vencidas 1 a 14 15 a 30 91 a 180 181 a 360 Acima de 360 20 Parcelas vincendas. 31 a 60 10 91 a 180 181 a 360 Acima de 360 Total geral. Provisão mínima requerida 32

c) Operação Atraso de Atraso de Atraso de Atraso de Atraso de Atraso acima Total em 61 a 90 dias 91 a 180 dias 181 a 360 dias 0 a 14 dias 15 a 60 dias de 360 dias 31 de dezembro 56 Total em 2022. d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 % (1) 2022 % (1) Dez maiores devedores.

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen e) Setor de atividade econômica

Provisão complementar Provisão existente

8) INVESTIMENTOS

Valores Mobiliários Ltda.

Total..

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 2022 73 100,0 100.0 100,0 f) Receitas de operações de crédito

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por

R\$ mil 2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2023 2023 2022 Recuperação de créditos baixados como prejuízo 117 850

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

R\$ mil 2023 2022 Provisão genérica (2) 248 339 Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa. (31)(307)Saldo final em 31 de dezembro 32 Provisão específica (1)

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior. h) Movimentação da carteira de renegociação

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em Controladas e coligadas": a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras Valor Contábil 2023 2022 Serel Participações em Imóveis S.A.

O BERJ não teve contratos renegociados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

66.040

mposto por móveis, equipamentos e sistemas de processamentos de dados que permanecem em uso e estão 100% depreciados

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas e de controle compartilhado" e, estão demonstrados abaixo: Resultado de de ações/ equivalência patrimonial Patrimônio Participação cotas Acumulado em Capital líquido possuídas Lucro 31 de dezembro **Empresas** social ajustado (em milhares) social % líquido 2023 2022 Serel Participações em Imóveis S.A. BEC - Distribuidora de Títulos e 124.625 14.195

34.200

159 313 66.040 61.640 225.353 351.445 Outros

4 4 4 2

18.637

Depósitos: Total em 31 de dezembro de 2023. 26.501

Em 31 de dezembro - R\$ mil Custo líquido de amortização Amortização Taxa Custo Software. 20% 586 (586) (586) Total em 31 de dezembro de 2023 Total em 31 de dezembro de 2022 586 (585)11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS Em 31 de dezembro - R\$ mil

Devedores por depósito em garantia 1.124.316 1.070.485 Títulos e créditos a receber 4.783 4.623 Títulos patrimoniais . 1.129.108 1.075.117 12) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 126.499 163.729 Investimentos por incentivos fiscais 2.097 2.097 Dividendos a receber 177 252

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

1 a 30 31 a 180 dias dias dias

Em 31 de dezembro - R\$ mil 181 a 360 3.954.190 3.954.190 100,0 100,0 Total em 31 de dezembro de 2022

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmen no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

2023

11.066

177.080

12.767

141.626

99,999997

R\$ mil

(410.634)

Jornal O DIA SP

ு bradesco

b) Despesas de intermediação financeira

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

R\$ mil

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

, ., ., ., ., ., ., ., ., ., ., ., ., .,			R\$ mil	
	2º Semestre	Acumulado em 31		
	2023	2023	2022	
Operações de captação no mercado	370.485	771.790	410.634	
Total	370.485	771.790	410.634	
14) OUTRAS PROVISÕES				
		Em 31 de de	ezembro - R\$ mil	
		2023	2022	
Provisão para contingências		1.018.950	965.001	
Provisão para pagamentos a efetuar		91	1.440	
Outras		13.496	6.959	
Total	•••••	1.032.537	973.400	
15) DDOVIÇÕES ATIVOS E DASSIVOS CONTINCENTES				

IS) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco BERJ não têm valores individuais relevantes. II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anterio res, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisio nados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas

PIS e Cofins no montante de R\$ 992.508 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 925.813 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.151	30.753	932.097
Atualização monetária	168	445	66.799
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(484)	(767)	(5.659)
Pagamentos	(485)	(5.743)	(324)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.350	24.688	992.913

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 17.416 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.530.457 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.434.772 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são: Autuação de IRPJ e CSLL relativos aos anos-bases de 2007 a 2011, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, a mesma não

valor total de R\$ 902.372 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 769.753 mil); e

Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi dis
d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social cutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 328.669 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 310.070 mil).

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 3 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - RŞ mi		
	2023	2022	
Credores diversos	90.791	83.126	
Impostos e contribuições a recolher	17	21	
Sociais e estatutárias	7.929	119.033	
Outros	2.621	2.709	
Total	101.358	204.889	

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 294.573 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 370.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022 - 155.463 ações ordinárias).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 12 de janeiro de 2023 foi deliberada a redução de capital social no valor de R\$ 75.427 mil, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo as suas efetivas necessidades, de conformidade com o disposto no artigo 173 da Lei nº 6.404/76, proposta pela Diretoria em Reunião de 5 de janeiro de 2023. O processo foi aprovado pelo Bacen em **e) Obrigações fiscais diferidas** 21 de abril de 2023

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2023	2022	
Reservas de lucros	85.300	59.845	
- Reserva legal (1)	61.514	59.845	
- Reservas estatutárias (2)	23.786	-	
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do ca acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A			

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída en até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especial mente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a dis tribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	33.383	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	1.669	
Base de cálculo	31.714	
Dividendos provisionados a pagar em 2023	7.929	25,009
Dividendos provisionados a pagar em 2022	70.128	54,909
JCP - Juros sobre o capital próprio provisionados em 2022	57.535	45,079
d) Lucro por ação		

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderad

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro		
		2023	2022	
Serviços técnicos especializados	4.223	5.982	3.209	
Sistema financeiro	465	2.115	1.850	
Seguros	267	1.262	1.330	
Condomínio	466	859	935	
Serviços de terceiros	189	373	402	
Propaganda, publicidade e publicações	46	91	130	
Depreciações e amortizações	-	1	4	
Outras	169	229	318	
Total	5.825	10.912	8.178	

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Contribuição à Cofins	661	1.009	4.281	
Contribuição ao PIS	107	164	696	
Despesas com impostos IPTU	53	222	485	
Impostos e taxas	300	702	674	
Total	1.121	2.097	6.136	

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

			KŞ MIL
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
	2023	2023	2022
Atualização sobre depósitos vinculados	36.046	73.457	68.169
Atualizações monetárias ativas (1)	11.855	15.582	35.013
Reversão de provisão operacional	3.320	2.640	3.476
Recuperação de encargos e despesas	160	469	1.643
Juros sobre impostos a compensar	1.984	25.370	2.337
Variação monetária ativa	174	977	12.255
Total	53.539	118.495	122.893

(1) Em 2022 contempla o valor de R\$ 12.227 milhões, referente a atualização de Depósitos Fiscais.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

			117 11110		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro			
	2023	2023	2022		
Variação monetária passiva	36.537	74.277	66.816		
Atualizações monetárias dos processos judiciais	1.303	7.589	14.507		
Outras	3.632	4.424	22.127		
Total	41.472	86.290	103.450		
>					

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As divulgações das transações entre partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

			Em 31 de de	<u>zembro - R\$ mil</u>	
	Controlador		Coligadas e Controladas		
	2023	2022	2023	2022	
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	468.081	306.412	-	-	
Títulos e valores mobiliários	3.000.652	5.628.667	-	-	
Dividendos a receber	-	-	177	252	
Passivos					
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7.929	119.032	-	-	
Depósitos interfinanceiros	3.954.190	6.363.821	-	-	
			2º Semestre o	de 2023 - R\$ mil	
				Coligadas e	
		Contro	olador	Controladas	
Resultado					
Receitas de intermediação financeira			324.708	-	
Despesas de intermediação financeira			(370.485)	-	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS <u> Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil</u> Controlador Coligadas e Controladas 2023 2022 Resultado Receitas de intermediação financeira.... Despesas de intermediação financeira ... 694,379

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

(771.790)

· A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 1 mil (em 2021 - R\$ 1 mil) para remuneração dos Administradores. Não foi determinado valores para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		2º Semestre	Acumulado em 31 d	de dezembro
		2023	2023	2022
s	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.023	24.254	157.296
	Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes			
	(Nota 3g)	(6.310)	(10.914)	(70.783)
_	Efeito no cálculo dos tributos:			
	Participações em coligadas	4.039	8.386	11.926
٥,	Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(3.033)	1.967	9.851
c	Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	25.891
5	Outros valores	4.348	9.690	201
_	Imposto de renda e contribuição social do período	(956)	9.129	(22.914)
е				

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	, . , . , , , , , ,			
				R\$ mil
re		2º Semestre	Acumulado em 31 d	le dezembro
2-		2023	2023	2022
	Impostos correntes:			
	Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.636)	(949)	(8.672)
	Impostos diferidos:			
D -	Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(1.447)	(2.646)	(14.233)
	Utilização de saldos iniciais de:			
	Prejuízo fiscal	-	-	(9)
0	Constituição no período sobre:			
da	Base negativa de contribuição social	945	5.418	-
	Prejuízo fiscal	1.182	7.306	-
s-		680	10.078	(14.242)
íО	Imposto de renda de contribuição social do período	(956)	9.129	(22.914)
	c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social difer	idos		
	•		0.11 =4.1.1	

			Saldo em 31 de d	dezembro - R\$ mil
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.036	-	(14)	4.022
Provisões cíveis	13.839	200	(2.930)	11.109
Provisões fiscais	426.841	30.267	(1.932)	455.176
Provisões trabalhistas	969	75	(436)	608
Impairment de títulos e investimentos	112.216	3.366	(887)	114.695
Ativos não financeiros Mantidos para venda	31.114	400	(15.632)	15.882
Outros	56.689	3.014	(683)	59.020
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	645.704	37.322	(22.514)	660.512
S Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	. 182	12.724	-	12.906
S Subtotal	645.886	50.046	(22.514)	673.418
8 Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.231	-	(3.231)	-
S Total dos créditos tributários	649.117	50.046	(25.745)	673.418
Obrigações fiscais diferidas (Nota 23e)	219.444	36.104	(17.934)	237.614
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	429.673	13.942	(7.811)	435.804
				-

	Diferenças	temporárias_	Prejuízo fiscal	Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	2.436	1.948	3.588	2.868	10.840
2025	4.947	3.958	2.863	2.291	14.059
2026	3.180	2.544	1.038	258	7.020
2027	3.180	2.544	-	-	5.724
2028	5.708	4.566	-	-	10.274
2029	2.604	2.083	-	-	4.687
2030	254.162	202.752	-	-	456.914
2031	965	772	-	-	1.737
2032	965	772	-	-	1.737
2033	89.125	71.301	-	-	160.426
Total	367.272	293.240	7.489	5.417	673.418
A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não	está diretamen	te relacionada à e	xpectativa de	lucros contábeis.	A partir do ano

calendário 2025, serão contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 529.910 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 501.476 mil), sendo: R\$ 517.515 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 501.305 mil) de diferenças temporárias e R\$ 12.395 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 171 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do Banco Bradesco BERJ foram devidamente ativados

			Em 31 de dez	embro - R\$ mil
	2022	Constituição	Realização	2023
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	6.679	3.100	(3.022)	6.757
Ganhos de capital	14.290	-	(7.652)	6.638
Atualização de depósitos judiciais	198.475	32.288	(7.260)	223.503
Total dos impostos diferidos sobre exclusões temporárias	219.444	35.388	(17.934)	236.898
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	716	-	716
Total dos impostos diferidos (Nota 23c)	219.444	36.104	(17.934)	237.614

24)	BALANÇO	POR	PRAZO

ara	24) Branity Collinate						R\$ mil
em		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
	Ativo						
	Disponibilidades	50	-	-	-	-	50
r a	Instrumentos financeiros	926.638	47.817	18.674	3.640.553	8	4.633.690
al-	Aplicações interfinanceiras de liquidez	468.081	-	-	-	-	468.081
is-	Títulos e valores mobiliários	414.707	46.217	16.774	2.558.730	-	3.036.428
os.	Operações de crédito	73	-	-	-	-	73
	Outros instrumentos financeiros	43.777	1.600	1.900	1.081.823	8	1.129.108
	Provisões para créditos de liquidação						
	duvidosa	(1)	-	-	-	-	(1)
	Operações de crédito	(1)	-	-	-	-	(1)
	Créditos tributários	-	5.475	5.341	662.602	-	673.418
ó	Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	225.353	225.353
6	Imobilizado de uso	-	-	-	-	72	72
ó	Intangível	-	-	-	-	586	586
	Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(658)	(658)
-1-	Outros ativos	2.263	134	14.600	160.083	-	177.080
da	Valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2.108)	(2.108)
	Total em 31 de dezembro de 2023	928.950	53.426	38.615	4.463.238	223.253	5.707.482
	Total em 31 de dezembro de 2022	822.014	154.086	46.477	6.815.772	349.347	8.187.696
l	Passivo						
_	Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	3.954.190	-	-	-	3.954.190
_	Recursos de instituições financeiras	-	3.954.190	-	-	-	3.954.190
9	Provisões	414	82	-	1.032.041	-	1.032.537
)	Provisões para contingências	414	82	-	1.032.041	-	1.032.537
)	Impostos diferidos	-	-	237.614	-	-	237.614
5	Outros passivos	20	-	7.929	93.409	-	101.358
2	Total do passivo	434	3.954.272	245.543	1.125.450	-	5.325.699
)	Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	381.783	381.783
4	Total em 31 de dezembro de 2023	434	3.954.272	245.543	1.125.450	381.783	5.707.482
8	Total em 31 de dezembro de 2022	74.193	2.808.863	112	4.878.386	426.142	8.187.696
8	25) OUTRAS INFORMAÇÕES						

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentam abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos: Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 33.383 mil, sendo considerado integralmente como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no período de 2023. Nosso resultado contábil em 2022 foi de R\$ 134.383 mil, sendo considerado integralmente como resultado recorrente. Não houve resultado não

recorrente no período de 2022. b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito

de mercado, de liquidez e operacional c) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico-financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência. d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzi dos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado,

gentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos. Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e à: operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito

conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abran-

aumentar ou diminuir. O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistémicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores. A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão

concluídos até a data de entrada em vigor da norma. e) Eventos subsequentes Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Andrévison Viana de Souza Contador - CRC 1SP278582/O-4

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:

bradesco berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Banco Bradesco BERJ S.A. ("Instituição ou BERJ") que compreendem o balanço patrimonial em vidualmente ou em conjunto, possar 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábei na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro,
 planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente
 para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que
 a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de audi-

- toria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis
- representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

 Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 F SP Gustavo Mendes Bonini Contador CRC 1SP-296875/O-4

> umento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP. īcar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinatu



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2198-9626-238D-AEA1 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2198-9626-238D-AEA1



Hash do Documento

255A7BE7A308149680FC89786F5D2C5B6C6FEE9369A51D50382BE0F0B0EAF2BD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



Acumulado em 31 de dezembro

(11.193)

47.808

5.143 44.930

(2.316)36.615

27.268

5.579

21.398

(29.250)(56.886)

19.395

19.451

(11.210)

34.633

35.420 (13.415)

(81.530)

(59.925)

(24.892)

640.182 615.290

(24.892)

449.810 2.621

(261)

479.756

468.130

10.427

(98)

Totais 454.510 2.252

291

45.495

53.331

2.567

50.142

560

98.826

15.268

(12.537)(3.949)

16.129

6.246

9.379

37.154

32.482

6.116

5.705

(7.149)

(1.738)

(76.330)

(75.183)

76.065

151.248

2º Semestre

17.039 26.637

25.178

608

43.676 41.757

(12.537)

16.993

22.016

(4.933)

20.218

72.641

36.903

30.619

10.867

(5.748)

(1.984)

(1.274)

(44.869)

(48.127)

109,947

10.427

(10.329)

158.074

AGORA

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às R\$ 1.345 milhões instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Ágora CTVM, a Casa de Investimentos do Bradesco, possui um portfólio completo de produtos e serviços. É uma plataforma aberta e independente para correntistas e não correntistas, com curadoria na seleção dos melhores investimentos do mercado, para cada perfil de investidor. São diversas opções como renda variável, mercados futuros, tesouro direto, COE, fundos e clubes de investimentos, títulos públicos e privados de renda de lucros. fixa no mercado primário e secundário e previdência privada. Além disso, o investidor conta com assessoria especializada, conteúdos e recomendações elaboradas por analistas de mercado para ajudá-lo a tomar a melhor decisão na hora de investir.

A nova plataforma de investimentos e negociação, ágil, moderna e dinâmica, privilegia a experiência do usuário e pode ser utilizada via site ou App Ágora, disponível 24 horas por dia. Os clientes iniciam o relacionamento com o cadastro 100% digital e conseguem em poucos minutos abrir sua conta e ter acesso ao que há de melhor no mundo dos investimentos.

No final do exercício de 2023 atingimos a marca de 1 milhão de investidores e um total de R\$ 91,3 bilhões em ativos sob custódia No exercício de 2023, a Ágora CTVM registrou lucro líquido de R\$ 28 milhões, patrimônio líquido de R\$ 480 milhões e ativos totais de

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento

A Ágora CTVM contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil										
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022			
Ativo				Passivo						
Disponibilidades	4	54.587	80.291	Instrumentos Financeiros		752.963	720.480			
Instrumentos Financeiros		936.078	838.396	Outros Instrumentos Financeiros	12	752.963	720.480			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	636.768	534.999	Provisões		69.600	62.863			
Títulos e Valores Mobiliários	6a e 6b	148.892	136.618	Outras Provisões	13	69.600	62.863			
Operações de Crédito	7	12.885	18.298	Impostos Diferidos	24e	5.293	5.350			
Outros Créditos	7	9.046	3.865	Outros Passivos	15	37.246	26.708			
Outros Instrumentos Financeiros	8	128.487	144.616	Total do Passivo		865.102	815.401			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e.l	(549)	(2.163)							
Operações de Crédito		(72)	(90)	Patrimônio Líquido						
Outros Créditos		(477)	(2.073)	Capital Social	16a	283.741	283.741			
Créditos Tributários	24d	28.992	35.238	Reservas de Lucros	16b	188.076	160.751			
	9	34.762	33.147	Outros Resultados Abrangentes		7.939	5.318			
Intangível	10	421.478	345.262	Total do Patrimônio Líquido		479.756	449.810			
Depreciações e Amortizações		(145.120)	(95.216)							
Imobilizado de Uso	9	(19.674)	(13.918)							
Intangível	10	(125.446)	(81.298)							
Outros Ativos	11	14.630	30.256							
Total do Ativo		1.344.858	1.265.211	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.344.858	1.265.211			
		As Notas Explicati	vas são parte integ	rante das Demonstrações Financeiras.						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	- Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CA	NIXA - Em Reais mil					

					y
DEMONSTRAÇÃO D	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAI				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 2023	de dezembro 2022	
Receitas da Intermediação Financeira		46.568	92.808	95.974	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Operações de Crédito	7e	6.633	13.438	17.019	Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6c	39.935	79.370	78.955	Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido antes dos Impostos:
Despesas da Intermediação Financeira		(4)	(4)	(1)	Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Operações de Empréstimos e Repasses		(4)	(4)	(1)	Depreciações e Amortizações
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		46.564	92.804	95.973	Constituição/(Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Cíveis e
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e.l	(818)	(2.567)	(5.143)	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		45.746	90.237	90.830	Trabalhistas
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(28.707)	(44.742)	(102.023)	Outros
Receitas de Prestação de Serviços	17	219.929	399.269	284.496	Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado antes dos Impostos
Despesas de Pessoal	18	(101.585)	(187.545)	(164.542)	(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos
Outras Despesas Administrativas	19	(98.441)	(185.836)	(187.068)	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação
Despesas Tributárias	20	(23.379)	(42.780)	(31.777)	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e Outros Créditos
Outras Receitas Operacionais	21	433	1.313	1.851	(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros Ativos
Outras Despesas Operacionais	22	(25.090)	(28.724)	(7.591)	(Aumento)/Redução em Crédito Tributário
(Despesas)/Reversões de Provisões	14	(574)	(439)	2.608	(Aumento)/Redução em Outros Ativos
- Trabalhistas		(314)	(314)	337	(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos
- Cíveis		(260)	(125)	2.271	Aumento/(Redução) em Outros Instrumentos Financeiros Passivos
Resultado Operacional		17.039	45.495	(11.193)	Aumento/(Redução) em Provisões
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		17.039	45.495	(11.193)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(6.612)	(17.909)	4.241	Aumento/(Redução) em Outros Passivos
Lucro/(Prejuízo) Líquido		10.427	27.586	(6.952)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos
Lucro/(Prejuízo) por Lote de mil Ações em R\$		0,73	1,92	(0,48)	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais
As Notas Explicativas são parte	integrante das Den	nonstrações Financeira	as.		Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
DEMONSTRAÇÃO DO DESI	UTADO ADDAN	CENTE Em Dooi	a mail		(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda
DEMONSTRAÇÃO DO RESU	LIADO ABRAN	GENTE - Em Real	STITIC		Aquisição de Imobilizado de Uso

Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado. **1.297** 1.297 2.621 2.252 Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda. 2.621 -abaa Niža Isaluidaa saa Luasa (/Dualuiga) Lifauid

2º Semestre

2023

10.427

	1.297	2.621	2.252					
Total dos Ajustes Não Incluidos no Lucro/(Prejuizo) Liquido Resultado Abrangente do Período	11.724	30.207	(4.700)	Aumento/	(Redução) Líquida de Cai	ka e Equivale	ntes de Caixa	109.947
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstraç	ões Financeiras.				,	As Notas Expl	icativas são parte integrante da	as Demonstrações Financeiras.
	DEMONST	'RAÇÃO DAS N	ΛUTAÇÕES DO	PATRIMÓ	ÔNIO LÍQUIDO - Em F	Reais mil		
Firmer	Capital	Social			vas de Lucros Estatutári		Outros Resultados	Lucros Acumulados
Eventos	Capicat	Social	Leg	at			Abrangentes	Acumutados
Saldos em 31 de dezembro de 2021		283.741		8.846	158	3.857	3.066	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-		-		-	2.252	-
Prejuízo Líquido		-		-		-	-	(6.952)
Destinações: - Absorção de Prejuízo com Reservas		-		-	(6	5.952)		6.952
Saldos em 31 de dezembro de 2022		283.741		8.846	15	.905	5.318	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-		-		-	2.621	-
Lucro Líquido		-		-		-	-	27.586
Destinações: - Reservas		-		1.380	25	5.945	-	(27.325)
- Dividendos Propostos		-		-		-	-	(261)

Acumulado em 31 de dezembro

(6.952)

27.586

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.704

522

Aguisição de Intangível

Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos....

177.850

168.043

9.807

Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa..

Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Saldos em 31 de dezembro de 2023.

- Dividendos Propostos

Saldos em 30 de junho de 2023 ..

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Destinações: - Reservas.

Lucro Líquido..

ucro/(Prejuízo) Líquido do Período

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição) tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na B3, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros servicos ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a fun cionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2024.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são aiustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quan-

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de

aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado. Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando:

(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	В
e de 31 a 60 dias	С
• de 61 a 90 dias	D
· de 91 a 120 dias	E
· de 121 a 150 dias	F
· de 151 a 180 dias	G
· superior a 180 dias	Н

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

6.642

existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as nor mas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações -Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as qua foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano e, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa

finalidade. É composto por:

Software: são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

j) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados

e acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constituciona

lidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda. l) Outros ativos e passivos

modo pro rata.

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata die).

Em 31 de dezembro - R\$ mil

720.480

720.480

62.863

752.963

752.963

R\$ mil

534.999 **615.290**

2023 54.587

54.587

691.355

Jornal O DIA SP

ÁGORA

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35 Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP

	NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
anciação e intermediação de valores (valores a nagar e a receber)	A) CALVA E EQUIVALENTES DE CALVA

Representadas por operações na B3 (bolsa), por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Este arupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e · Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações

II - Despesas antecipadas

com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência Letras do tesouro nacional nos exercícios futuros

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Total de disponibilidades (caixa)..

Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) **Total de caixa e equivalentes de caixa.**

1 a 30 dias 2022 Aplicações no mercado aberto: 636.768 636.768 Posição bancada. 636.768 636.768 534.999 Total geral em 31 de dezembro de 2023. Total geral em 31 de dezembro de 2022. 636,768 636,768 b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2023 Rendas de aplicações em operações compromissadas: 33.485 65.522 Posição bancada 66.983 Total geral (Nota 6c). 33.485 66.983

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2023 Acima de Valor de mercado/ Valor de custo Marcação Valor de mercado Marcação 1 a 30 dias De 31 a 180 dias De 181 a 360 dias a mercado a mercado Títulos públicos 33.020 29.858 35.262 98.140 98.092 48 91.882 109 Letras financeiras do tesouro 33.020 29.752 35.258 98.030 97.987 43 91.778 99 Notas do tesouro nacional. 106 105 104 50.752 50.752 37.567 13.185 44.736 50.752 50.752 37.567 13.185 44.736 50.752 33.020 29.858 35.262 148.892 135.659 13.233 136.618 b) Classificação por categoria e prazos

2023 Valor de mercado/ Valor de custo Marcação Valor de mercado, Acima de Marcação 1 a 30 dias De 31 a 180 dias De 181 a 360 dias contábil (1) 12.537 12.537 12.537 Títulos para negociação Cotas de fundos de investimentos 12.537 12.537 136.355 35.262 13.233 136.618 Títulos disponíveis para venda. 38.215 33.020 29.858 123.122 8.864 Letras financeiras do tesouro Cotas de fundos de investimentos 91.778 44.736 33.020 29.752 35.258 98.030 97.987 38.215 13.185 25.030 8.755 38.215 Notas do tesouro nacional Total geral... 50.752 33.020 29.858 35.262 148.892 135.659 13.233 136.618 8.864

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Acumulado em 31 d	e dezembro
	2023	2023	2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	33.485	66.983	65.522
Títulos de renda fixa	5.582	11.088	12.386
Títulos de renda variável	868	1.299	1.047
Total	39.935	79.370	78.955

d) Instrumentos financeiros derivativos

stituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

a) Modalidades e níveis de risco

		Nível de risco									
	AA	Α	В	c	D	E	F	G	Н	2023	2022
Financiamentos	163	12.714	-	-	-	-	-	-	8	12.885	18.298
Outros créditos (1)	992	2.685	4.529	361	23	14	29	88	325	9.046	3.865
Total em 31 de dezembro de 2023	1.155	15.399	4.529	361	23	14	29	88	333	21.931	
Total em 31 de dezembro de 2022	396	18.802	403	170	268	52	102	14	1.956		22.163
(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber											

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

										Em 31 de d	ezembro - R\$ mil
	Nível de risco										
	AA	Α	В	С	D	E	F	G	н	2023	2022
Curso normal	1.155	15.399	4.505	347	3		-	-	6	21.415	20.057
Parcelas vincendas	163	12.714	-	-	-	-	-	-	-	12.877	18.298
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60	163	12.714	-	-	-	-	-	-	-	12.877	18.298
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vencidas até 14 dias	992	2.685	4.505	347	3	-	-	-	6	8.538	1.759
Curso anormal	-	-	24	14	20	14	29	88	327	516	2.106
Parcelas vencidas	-	-	24	14	20	14	29	88	327	516	2.106
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.690
Acima de 360	-	-	24	14	20	14	29	88	327	516	-
Parcelas vincendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral	1.155	15.399	4.529	361	23	14	29	88	333	21.931	22.163
Provisão mínima requerida	-	77	45	11	2	4	15	62	333	549	2.163
Provisão complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

								R\$ mil
		Atraso até	Atraso de	Atraso de	Atraso de	Atraso de	Atraso acima	
Exposição - operações de crédito	Em dia	14 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias	Total
Total geral em 31 de dezembro de 2023	12.877	8.538	38	20	131	327	_	21.931
Total geral em 31 de dezembro de 2022	18.298	1.759	195	45	177	1.689	-	22.163

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

		zembro - R\$ mil		
	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor	4.229	19,3	2.443	11,2
Dez maiores devedores	14.529	66,2	8.666	39,9
Vinte maiores devedores	16.822	76,7	11.733	54,0
Cinquenta maiores devedores	19.684	89,8	16.387	75,5
Cem maiores devedores	21.269	97,0	19.801	91,2

` ′	Setor de atividade econômica
(1)	Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

Provisão existente. I - Operação

		Em 31 de dezi	embro - k\$ mii
2023	%	2022	%
21.931	100,0	22.163	100,0
2.117	9,7	656	3,0
2.081	9,5	-	-
2	-	5	-
1	-	175	0,8
-	-	344	1,6
33	0,2	132	0,6
19.814	90,3	21.507	97,0
21.931	100,0	22.163	100,0
	21.931 2.117 2.081 2 1 - 33 19.814	21.931 100,0 2.117 9,7 2.081 9,5 2 - 1 - 33 0,2 19.814 90,3	2023 % 2022 21.931 100,0 22.163 2.117 9,7 656 2.081 9,5 - 2 - 5 1 - 175 - - 344 33 0,2 132 19.814 90,3 21.507

e) Resultado das operações de crédito			
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezer
	2023	2023	202
Rendas com operações de crédito	6.633	13.438	
Total	6.633	13 438	

	2023	2023	2022
Rendas com operações de crédito	6.633	13.438	17.019
Total	6.633	13.438	17.019
I - Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa			
			R\$ mil
		2023	2022
- Provisão específica (1)		1.805	1.356
- Provisão genérica (2)		358	145
Saldo inicial em 1º de janeiro	•••••	2.163	1.501
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.567	5.143
Baixas para prejuízo		(4.181)	(4.481)
Saldo final em 31 de dezembro		549	2.163
- Provisão específica (1)		410	1.805
- Provisão genérica (2)		139	358
(1) Para de aparações que envecablem para las unacidas há mais de 14 dias e			

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

II - Recuperações

		R\$ mil
2º Semestre	Acumulado em 31 o	de dezembro
2023	2023	2022
974	2.411	2.933
974	2.411	2.933
	2023 974	2023 2023 974 2.411

Á Ágora CTVM não teve contratos renegociados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

o, comes mornerization man	02111007111100	

8) OUTROS INSTROMENTOS FINANCEIROS ATIVOS		
	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Negociação e intermediação de valores	85.167	110.725
Depósitos por devedores em garantia	23.768	25.930
Rendas a receber	19.552	7.961
Total	128.487	144.616

9) IMOBILIZADO DE USO

				Em 31 de dezer	nbro - RŞ mil
				Custo líq de deprec	
	Taxa anual	Custo	Depreciação	2023	2022
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.242	(5.231)	1.011	7.053
Sistema de segurança e comunicação	10%	1.521	(872)	649	803
Sistema de processamento de dados	20%	26.999	(13.571)	13.428	11.373
Total em 31 de dezembro de 2023		34.762	(19.674)	15.088	
Total em 31 de dezembro de 2022		77 1/17	(17 010)		10 220

	Taxa de			Custo líqu amortiz	
	amortização	Custo	Amortização	2023	2022
Sistemas de processamento de dados	20%	421.478	(125.446)	296.032	263.964
Total em 31 de dezembro de 2023		421.478	(125.446)	296.032	
Total em 31 de dezembro de 2022		345.262	(81.298)		263.964

2023	2022
9.992	16.010
2.357	13.219
1.789	448
492	579
14.630	30.256
14.030	30.230
	2.357 1.789 492

13) OUTRAS PROVISÕES		
	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	2023	2022
Provisão para pagamentos a efetuar	67.217	59.112
Provisão para contingências	845	2.313

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos

anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Ágora CTVM não têm valores individualmente relevantes.

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/02/2024 acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link

R\$ mil

R\$ mil

Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil

Prazo

R\$ mil



ĀGORA

INVESTIMENTOS

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

R\$ mil

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sem- R\$ 3.900 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

III - Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Civeis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.318	995
Atualização monetária	67	54
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	314	125
Pagamentos	(1.259)	(769)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	440	405
c) Descrives continuous eleccificades como nevelas neceívais		

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizada análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 10.253 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 9.593 mil) para os processos cíveis e R\$ 8.239 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 7.617 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

Autuação de INSS, ano-base 2010, referente à contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PLR no valor total de R\$ 4.441 mil (em a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social 31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.009 mil): e

Autuação de IRPJ e CSLL, ano-base 2008, relativo a Incentivos à Inovação Tecnológica no valor total de R\$ 3.725 mil (em 31 de dezembro de 2022

15) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 c	<u>le dezembro - R\$ mil</u>
	2023	2022
Impostos e contribuições a pagar	33.031	25.470
Obrigações por aquisição de bens	-	805
Credores diversos	3.954	433
Sociais e estatutárias	261	-
Total	37.246	26.708

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, no montante de R\$ 283.741 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 283.741 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 14.334.086 (em 31 de dezembro de 2022 - 14.334.086) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro - R	
	2023	2022
Reservas de lucros	188.076	160.751
- Reserva legal (1)	10.226	8.846
- Reservas estatutárias (2)	177.850	151.905
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do cap	ital social realizado, ou 30	0% do capital social

acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermedi-

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	27.586	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	1.380	
Base de cálculo	26.206	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2023	261	1,0
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022	-	-
(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.		

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Rendas de corretagens de operações em bolsas	37.867	74.531	87.387	
Comissões de intermediação de títulos	166.903	299.262	163.505	
Comissões de colocação de títulos	13.307	21.985	29.856	
Rendas de serviços de custódia	1.312	2.450	2.672	
Taxas de administração	540	1.041	1.076	
Total	219.929	399.269	284.496	

18) DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Proventos	33.702	67.546	56.597	
Participação dos empregados nos lucros	29.937	49.732	50.959	
Encargos sociais	22.663	41.088	35.375	
Benefícios	15.046	28.781	21.377	
Treinamentos	237	398	234	
Total	101.585	187.545	164.542	

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Processamento de dados	35.839	73.056	72.533
Depreciações e amortizações	25.178	50.142	44.930
Serviços do sistema financeiro	11.818	22.224	21.935
Propaganda, promoções e publicidade	20.534	30.144	33.369
Serviços de terceiros	1.744	3.391	3.864
Aluguéis	850	2.337	4.123
Serviços técnicos especializados	629	1.074	1.482
Comunicação	641	1.230	2.451
Manutenção e conservação de bens	446	855	838
Outras	762	1.383	1.543
Total	98.441	185.836	187.068

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
	2023	2023	2022
mposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	10.980	19.932	14.193
Contribuição à Confins	10.625	19.594	15.108
Contribuição ao PIS	1.727	3.184	2.455
Outras	47	70	21
Total	23.379	42.780	31.777

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Receitas financeiras	376	1.137	1.712	
Outras	57	171	76	
Reversões de provisões operacionais	-	5	63	
otal	433	1.313	1.851	
22) OLITOAS DESDESAS ODEDACIONAIS				

			R\$ mil	
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Despesas compartilhadas (1)	24.494	24.494	-	
Baixa de depósito judicial	-	2.963	533	
Outras despesas financeiras	309	758	5.450	
Atualizações monetárias passivas	131	272	339	
Outras	156	237	1.269	
Total	25.090	28.724	7.591	

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Controlador com a Ágora CTVM.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização Bradesco realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas: Em 31 de dezembro - R\$ mil

	Controlado	ores (1)	Coligad	as (2)	Pessoal-Cl	nave (3)
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos						
Disponibilidades (1)	54.379	80.083	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros ativos	-	-	-	-	115	271
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5a) (1)	636.768	534.999	-	-	-	-
Passivos						
Outros instrumentos financeiros passivos	-	-	-	-	1.529	265
Outros passivos (1)	3.471	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar (1)	261	-	-	-	-	-
				Acumulac	lo em 31 de deze	mbro - R\$ mil
	Controlado	ores (1)	Coligad	as (2)	Pessoal-Cl	nave (3)
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas de intermediação financeira (Nota 5b)	33.485	65.522	-	-	-	-
Outras receitas, líquidas de outras despesas,						

Despesas operacionais (1) (2)... 24.494 (1) Controlador indireto: Banco Bradesco S.A.; Controlador direto: Ágora Investimentos S.A.;

(2) BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

- Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.500 mil (2022 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores, e de R\$ 4.600 mil (2022 - R\$ 5.500 mil) pre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe

nuneração de curto e médio prazo a administradores

				RŞ MIL
<u>il</u>		2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
_		2023	2023	2022
5	Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	2.059	4.118	4.822
4	Total	2.059	4.118	4.822
5	Benefícios pós-emprego			
9) 5				R\$ mil
3		2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
		2023	2023	2022
ra"	Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.477	4.600	3.900
las sos	Total	2.477	4.600	3.900

mos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Āções, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
	2023	2023	2022	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.039	45.495	(11.193)	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(6.816)	(18.198)	4.477	
Efeito no cálculo dos tributos:				
Despesas indultáveis líquidas das receitas não tributáveis	(25)	60	(311)	
Outros valores	229	229	75	
Imposto de renda e contribuição social do período	(6.612)	(17.909)	4.241	
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social				

	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.467)	(13.467)	(1.853)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias		1.428	6.920
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(2.568)	(2.201)	(310)
Prejuízo fiscal	(4.281)	(3.669)	(516)
Total dos impostos diferidos	6.855	(4.442)	6.094
Imposto de renda e contribuição social do período	(6.612)	(17.909)	4.241
c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição	social diferidos		

ι,				Saldo em 31 de dez	embro - RŞ mil
a		2022	Constituição	Realização	2023
	Provisões cíveis	399	21	(258)	162
n	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.040	728	(964)	3.804
	Provisões para participações nos lucros/gratificações	18.914	18.876	(18.914)	18.876
	Provisões trabalhistas	528	27	(378)	177
	Outros	1.629	1.901	(1.415)	2.115
-	Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	25.510	21.553	(21.929)	25.134
l	Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	9.728	-	(5.870)	3.858
2,	Total dos créditos tributários	35.238	21.553	(27.799)	28.992
-	Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e)	5.350	1.747	(1.804)	5.293
	Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	29.888	19.806	(25.995)	23.699

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

			Prejuízo	Base	
	Diferenças I	emporárias	fiscal	negativa	
	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição	
	de renda	social	de renda	social	Total
2024	6.561	3.937	2.411	1.447	14.356
2025	7.218	4.331	-	-	11.549
2026	792	475	-	-	1.267
2027	792	506	-	-	1.298
2028	304	152	-	-	456
2033	41	25	-	-	66
Total	15.708	9.426	2.411	1.447	28.992

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco Bradesco S.A. líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 28.992 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 33.237 mil), sendo: R\$ 25.133 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 24.354 mil) de diferenças temporárias e R\$ 3.858 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 8.883 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados

e) Obrigações fiscais diferidas

R\$ mil

	2022	Constituição	_Realização_	2023
Atualização de depósitos judiciais	1.804	-	(1.804)	-
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	1.804	-	(1.804)	-
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.546	1.747	-	5.293
Total dos impostos diferidos (Nota 24c)	5.350	1.747	(1.804)	5.293
25) RALANCO PATRIMONIAL DOD DRAZO				

4 2		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	indeter- minado	Total
	Ativo						
	Disponibilidades	54.587	-	-	-	-	54.587
il	Instrumentos financeiros	795.206	45.905	29.858	65.109	-	936.078
_	Aplicações interfinanceiras de liquidez	636.768	-	-	-	-	636.768
_	Títulos e valores mobiliários	38.215	33.020	29.858	47.799	-	148.892
3	Operações de crédito	-	12.885	-	-	-	12.885
0	Outros créditos	9.046	-	-	-	-	9.046
5	Outros instrumentos financeiros	111.177	-	-	17.310	-	128.487
9	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(549)	-	-	-	-	(549)
4	Operações de crédito	(72)	-	-	-	-	(72)
3	Outros créditos	(477)	-	-	-	-	(477)
2	Créditos tributários	-	7.177	7.177	14.638	-	28.992
51	Imobilizado de uso	515	2.573	3.088	28.586	-	34.762
8	Intangível	7.025	35.123	42.148	337.182	-	421.478
3	Depreciações e amortizações	(2.368)	(11.839)	(14.207)	(116.706)	-	(145.120)
8	Imobilizado de uso	(277)	(1.385)	(1.662)	(16.350)	-	(19.674)
	Intangível	(2.091)	(10.454)	(12.545)	(100.356)	-	(125.446)
	Outros ativos	7.072	4.559	2.999	_	-	14.630
il	Total em 31 de dezembro de 2023	861.488	83.498	71.063	328.809	-	1.344.858
_	Total em 31 de dezembro de 2022	788.841	101.348	104.987	270.035	-	1.265.211
3	Passivo						
	Instrumentos financeiros	752.963	-	-	-	-	752.963
8	Outros instrumentos financeiros	752.963	-	-	-	-	752.963
	Provisões	16.276	50.941	-	2.383	-	69.600
21 7	Outras provisões	16.276	50.941	-	2.383	-	69.600
′	Impostos diferidos	-	-	-	5.293	-	5.293
	Outros passivos	32.835	4.150	261	-	-	37.246
91	Total do passivo	802.074	55.091	261	7.676	-	865.102
il	Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	479.756	479.756
_	Total em 31 de dezembro de 2023	802.074	55.091	261	7.676	479.756	1.344.858
2	Total em 31 de dezembro de 2022	756.379	49.921	-	9.101	449.810	1.265.211

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos: Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 27.586 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

so resultado contábil em 2022 foi de R\$ (6.952) mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões cole-

giadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de

mercado, de liquidez e operacional

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de

acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado,

conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abran-

gentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos. Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito

e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos

 $O\ Bacen\ a inda\ emitir\'a normas\ complementares\ para\ a\ definição\ dos\ componentes\ do\ instrumento\ financeiro\ que\ constituem\ pagamentos\ de\ principal$

normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores. A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma

491

Em 19 de janeiro de 2024, o BACEN, aprovou a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora para a Ágora CTVM. Esta operação está prevista para ocorrer em 28 de março de 2024. A cisão, visa promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações

A DIRETORIA

Geane Braga de Melo Contadora - CRC 1SP273494/O-7

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 23/02/2024 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link

2.337

4.111

ÁGORA

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INVESTIMENTOS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobillários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora CTVM em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para KPMG Auditores Independentes Ltda. evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circuns-

tâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das consta-tações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

Instituição.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi Contador CRC 1SP-206103/O-4



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6045-7976-C7F9-2760 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6045-7976-C7F9-2760



Hash do Documento

585E13DEC6A60F3F23C4309BA9B7DE6928D3CAAA5760091E26015FA0D99827FB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



	Voltalia São Miguel do G	Edição Digital Certificada * sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024 Gostoso Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 19.943.730/0001-54
Balanços patr	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONS	SOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Demonstração dos fluxos de caixa
ivo	Nota Controladora Consolidado 8 2023 2022 2023 2022 Flue 6.898 6.667 21.563 26.512 Lu	Iuxo de Caixa das Atividades Operacionais ucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL Controladora 2023 2022 2023 2022 Eluxo de caixa das atividades de investimentos Controladora 2023 2022 2023 2022 Consolidado 2023 2022 2023 2022 ucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL 2.320 2.320 2.520 8.890 8.217 8.890 8.217 Redução em investimentos 7.649 2.307 - 2.307 -
ontas a receber diantamento a fornecedores	2.2.4 – – 7.689 9.025 c r 5 81 616 1.155 o ₁	justes para reconciliar o lucro líquido Aplicações em títulos e valores mobiliários Com recursos provenientes das atividades Dividendos recebidos Dividendos recebidos Dividendos recebidos 1.811 2.426 Perior (Apulición) de impolitivado 2.3.1
lespesas antecipadas rividendos a receber - Partes relacionadas npostos a recuperar	5.1 1.780 1.811 – – Re	Lesultado em equivalência patrimonial 2.3.3 (7.399) (8.467) _ Baixas (Aquisições) de imobilizado 2.3.1
utros Ativos ão circulante ítulos e valores mobiliários		lessarcimentos contratuais - reversão/em curso 2.2.4 - 5.631 (1.442) de investimento 8.131 2.562 (8.214) (17.57 enalidades contratuais - reversão/em curso 2.2.11 - 3.317 14.431 Fluxo de caixa de atividades de financiamento
ontas a receber	2.2.4 – – 1.047 4.692 De 2.3.3 258.951 260.980 – – Re	Hallades Contractors - adalização infanceira 2.2.11 19.685 20.445 lepreciações e amortizações e amortizações e amortizações e amortizações (1.916) (1.277) (10.392) (7.605) etendimento de aplicação financeira 2.1.3 (1.916) (1.277) (10.392) (7.605) Pagamento debêntures 2.2.9 (3.311) (1.592) (3.311) (1.592) (3.311) (1.593)
nobilizado	2.3.1 – – 380.219 391.381 Pr 2.3.2 <u>– – 10.581 11.154</u> Di	rovisão para contingências fiscais 1 1 Pagamento de arrendamentos 2.2.10 (1.078) (70 Iminuição (aumento) nos ativos Aumento de capital social 2.4.1 - 3.650 - 3.650 - 3.650
assivo _	Controladora Consolidado Outroladora Nota 2023 2022 2023 2022 Acceptadora	outros ativos - Indenizações a receber — (1.047) — Gaixa e equivalentes de caixa inquitos diantamentos a fornecedores 75 (3) 539 (128) gerados (consumidos) pelas atividades
	2.2.7 3 11 5.834 9.310 lm 2.2.8 – – 15.404 14.354 Ou	Authors a literal paras 1
lebêntures Ibrigações fiscais e trabalhistas Iontas a pagar - Partes relacionadas	8 7 2.093 2.495 Fo	umento (diminuição) nos passivos Caixa e equivalentes de caixa no início cornecedores (8) - (2.073) 3.936 do exercício 2.2.2 1.688 137 6.338 2.02 obrigações fiscais e trabalhistas 1 2 (1.070) (1.120) do exercício 2.2.2 1.688 137 6.338 2.02
enalidades contratuais	2.2.11 – – 18.054 7.536 Pe 2.2.10 – – 353 214 Fo	California Cal
ebêntures assivo de arrendamentos	2.2.9 47.303 50.382 47.303 50.382 Oc. 2.2.10 – 7.988 5.363 Re	outras obrigações
enalidades contratuais rovisão fiscal	2.2.11 – – 15.609 23.162 Ju 1 1 25 24 Ju	uros pagos sobre financiamento 2.2.8 - (15.543) (16.552) Baixa cuesto de transação - 1.403 uros pagos sobre debêntures 2.2.9 (4.334) (4.366) (4.334) (4.366) Baixa cuesto de transação - 1.403
brigações pela desmobilização de ativos otal passivo atrimônio Líquido	52.911 53.784 283.687 287.315 Re	R e CS pagos
apital Social rejuízo Acumulado otal do passivo e patrimônio líquido	235.230 235.230 235.230 235.230 (4.886) (7.206) (4.886) (7.206) (283.255 281.808 514.031 515.339	ConsolidadaConsolidadoadministrados pela Receita Federal do Brasil ou podem s202320222022objeto de restituição. Em ambos os casos, a recuperação
Demonstração do	os resultados Controladora Consolidado Se	Des Des Santo Car São deverá ser feita mediante envio da declaração acessó. Custos pesas Custos pesas (1.403) - (1.056) - Ativo circulante
utras receitas operacionais, líquida	Nota 2023 2022 2023 2022 All 2.1.1 (a) 78.494 68.967 Section 2.1.1 (b) 1.352 1.982 Section 2.1.1 (b) 1.352 1.982 Section 2.1.1 (b) 1.352 1.982 Section 2.1.1 (c) 1.352 1.982 Section 2.1.1 (d) 1.352 1.982 Section 2.1.1 (e)	luguel (403) - (573) - Receita Fixa (*) 1.831 2.592 1.811 1.852 8.086 a ausência de débitos de impostos a serem compensados erviços (1.370) - (1.777) Ressarcimento(**) Respessas administrativas (2.047 2.835 2.073 2.070 9.025 conforme dispositivo legal supracitado. De acordo compensados conforme dispositivo legal supracitado. De acordo conforme dispositivo legal supracitado.
ustos operacionais esultado bruto espesas operacionais	2.1.2 — — — (50.884) (45.238) ge	gerais – (1.443) – (939) Ativo não circulante la
	2.1.2 (288) (167) (3.387) (2.745) 2.3.1 – – 3.164 5.494 2.3.2 7.300 8.467	total 3.387 (45.238) (2.745) Total 3.129 (4.048) (3.382) (4.048) (3.382) (4.048) (4.04
ucro antes do resultado financeiro e tributos espesas Financeiras	7.111 8.300 28.739 28.460 CO (28.131) 50 (ontratual dos serviços de Operação & Manutenção após o Ativo não circulante 4,692 diferenças temporárias dos impostos IRPJ, CSLL, PIS e Ci (*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a FINS apurados por competência, no valor de R\$ 1.423, client declaração de apta recebida da ANEEL em 30/06/2015, (**) Re- diversos referente ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor of the contraction of the
esultado antes do IR e CS	2.1.31 (4.791) (5.798) (19.849) (20.243) December 2.320 2.502 8.890 8.217	descrição Controladora 2023 2022 2022 2022 2022 2022 2022 202
Re CS u <mark>cro do exercício</mark> Companhia não possui outros resultados abrangentes além do	2.320 2.502 2.320 2.502 Re o resultado do exercício, razão pela qual optou por não apre-	Lendimentos Aplicações inanceiras (*) 1.916 1.277 10.392 7.605 Ativo Circulante Consolidado
entar a Demonstração dos resultados abrangentes. Demonstração das mutaçõe	OL OL	rutras receitas financeiras 275 283 275 283 275 283 Imposto de Renda - Saldo uros sobre mútuos ativos — 98 — 98 — 884 219 219 219 219 219 219 219 219 219 219
aldos em 31/12/2021 umento de capital	231.580 (9.708) 221.872 De 3.650 – 3.650 Ju	respesa Financeira
ucro líquido do exercício aldos em 31/12/2022 ucro líquido do exercício 2.4.2	235.230 (7.206) 228.024 Ju - 2.320 2.320 Ju	inanciamentos — — (21.509) (18.434) Total ativo circulante 3.088 3.087 3.101 3.103 4 Ativo não circulante 5.086 5.087 3.087 3.101 3.103 3.
aldos em 31/12/2023 Notas explicativas às demonstrações financeira:	235.230 (4.886) 230.344 ar as individuais e consolidadas em 31/12/2023 Aj	arrendamentos – – (724) (492) R\$ 2.842 referente a créditos de saldo negativo de IRPJ dos juste a valor presente – – (100) – anos calendários 2017 e 2018. Em março de 2023, o saldo tentrologo expelidades – – (100) – anos calendários 2017 e in referente a nano 2017 foi restituido pela Receita Federal por calendários expelidades – (100) – (10
	sivamente mediante geração de energia proveniente desses su parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de Ou	Itualização penalidades - - (432) (1.235) valor de frenche do an lo 2017 foi restantido pera recenta recentar r
olidadas e performance da Companhia durante o período. su	suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é compro- metida com o contrato, por todo o período de suprimento. O To	(6.982) (7.456) (30.516) (28.131) (28.131) (28.132) (3.024) (4.701) (5.702) (40.202) (5.002) (4.701) (5.702) (40.202) (5.002) (4.701) (5.702) (40.202) (5.002) (6.982) (7.456) (30.516) (28.131) (6.982) (7.456) (30.516) (28.131) (7.456) (30.516) (30
ciciedade por ações constituída em 13/02/2014, com sede se Iministrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º na dar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de qu	ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de (2)) Refere-se a atualização de juros selic para o período. 1.4 Imposto de renda e contribuição social Total Saldo negativo de IRPJ 2018 2.533 2.301 Cluridados seluciais 22 Saldo negativo de IRPJ 2022 2.49 — Outros — 22 Máquinas e equipamentos (*) — 2000
ão Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta co i indireta em sociedades organizadas sob qualquer nature- to indireta em sociedades organizadas sob qualquer nature-	contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes su-	De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrucção Normativa 2.055/20/21, estes Total de fornecedores 3 11 5.834 9.31 De acordo com a Instrução Nor
esenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração le e empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser ac	ecidas no Contrato de Energia de Reserva, sujeitará a CCEE All ao pagamento da receita variável. Nesse sentido, a receita fixa IR	líquota nominal 34% 34% RPJ e CSLL (789) (851) 2.2.8 Empréstimos e financiamentos. 2.2.8.1 Composição de saldo
peração de teste em maio de 2017 e em operação em julho Ed	condicionada à entrada em operação comercial do Parque Cr Eólico. O vendedor tem direito a receber, a partir do início do De	restributarios não constituídos (1.727) (2.028) Controlada Financiamentos (1.727) (2.028) (2.727) (2.028) (2.727) (2.028) (2.727) (2.728) (2.727) (2.728) (2.727) (2.728) (2.727) (2.728) (2.728) (2.728) (2.728) (2.728) (2.728) (2.728) (2.728
e 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por inter- édio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas de divindas de suas operações. Em 31/12/2023 as participações tiv	período de entrega da energia contrata, em relação a cada mês Ali desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efe-	líquota efetiva 0% 0% Santo Cristo BNDES TJLP + 2,18% a.a. Real 24/08/2015 - 15/11/2031 45.088 47.33 Carnaúba BNDES TJLP + 2,18% a.a. Real 24/08/2015 - 15/11/2031 45.927 48.34
ocietárias diretas são as seguintes: de <u>Empreendimento</u> % Participação cia	de(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potên-	2023 2022 São João BNDES TJLP + 2,18% a.a. Real 24/08/2015 - 15/11/2031 42.004 44.21
sina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. 100,00%	Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de 🔍	hutras receitas 1.047 5.494 Total não circulante 160.750 170.96 dese ajustada 160.750 170.96 dese ajustada 175.01 mosto de Renda - 8% (a) 6.601
utorização do Parque Eólico Santo Cristo: A Portaria do loi inistério do Minas a Energia. MME po 233 do 16/04/2012	contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao Pr ongo do ano contratual seguinte; e à parcela do saldo acumu- De	resunção contribulção social - 12% (b) 9.902 9.496 2.2.8.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios consolidado empréstimos por consolidado exercícios consolidado exercícios consolidado exercícios consolidado exercícios consolidado exercícios consolidado exercícios exercícios consolidado exercícios exercícios exercícios exercícios consolidado exercícios exe
utorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a pristabelecer-se como Produtora Independente de Energia si	ado da Conta de Energia contida na faixa de tolerância e Ba proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha Im sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração Ac	mposto de renda:15% 2.807 2.491 Saldo inicial 185.316 198.557 de dividad deve ser igual du superior à 1,3 serido calcular de l'imposto de Renda:10% 1,782 1,445 . Juros incorridos 21,508 18,434 do término do exercício social da Companhia. ICSD (Índic
redica Hediaine a Implantação e Asploração da Central Gereia datora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 nidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade	ealizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e Toquatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos Ba	otal IRPJ 4.589 3.936 Juros pagos (15.543) (16.552) dese de Cálculo - CSLL 22.014 19.772 Amortização de principal (16.530) (15.543) (16.552) de Cobertura do Serviço da Divida) = [(geração de caixa do ano anterior) / serviço de caixa de caixa do ano anterior) / serviço de caixa de
stalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo início em 18/04/2012 e o término em 18/04/2047, podendo inferior prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elé-	negativo: Em 31/12/2023, nas demonstrações financeiras To	contribuição social: 9% 1.981 1.779 Outros ativos 1.403 — divida; Em 3/1/2/2023 o referendo indice atinglu o número do contribuição social: 9% 1.981 1.779 Outros ativos 1.76.154 185.316 2,52 (2022 - 2,35) conforme apresentado abaixo. otal IRPJ e CSLL 6.570 5.715 Reduto Santo Cristo Carnaúba São João SMG Tota
rica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE Handard de la carta de 1907 (1917) - Cristo SPE	se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 25.876. GÖ davendo a necessidade de capital giro adicional, a administra-	.2 Ativos e passivos financeiros: Esta nota provê informa- ões sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, in- (-) Conta reserva do serviço da dívida luindo: • Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por
ho ANEEL nº 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, entrou de m operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 ot	de que a Companhia e suas controladas honrem com suas calobrigações de curto prazo. <i>Aprovação das demonstrações</i>	ategoria. Informações específicas para cada tipo de instru- (-) Conta reserva Debêntures (14.162) (14.1
ecnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica 2	financeiras: A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 29/01/2024. 1.2 Base de preparação e políticas contábeis :	a: A Companhia possul os seguintes instrumentos financeiros: Ajuste no EBITDA Controladora Consolidado Lucro (prejuízo) no período de 12 meses findo em 31/12/2023 979 4.220 (99) 2.299 (5.079) 2.320 2023 2023 2022 (+) Provisão de imposto de renda e contribuição social 1.360 2.308 1.220 1.680 - 6.568
anto Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linear- nente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica as	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Atas práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pro-	ktivos financeiros (+/-) Resultado financeiro 3.760 3.435 4.404 3.458 4.791 1.9.845 eixas e equivalentes (+) Depreciação e amortização 5.019 5.007 4.886 - 19.687 el caixa 2.025 1.688 5.175 6.338 (-) Ganho na baixa ativo sinistrado - (2.155) -<
estina-se à comercialização na modalidade de produção in- ependente de energia elétrica, em conformidade com as de	mentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal Code Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas	contas a receber 8.736 13.717 EBITDA ajustado 11.118 12.815 10.300 12.323 (288) 46.268
° 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em que 1/07/2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	que correspondem àquelas utilizadas pela administração na To	otal ativos financeiros 19.431 15.849 113.381 101.277 (-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o
.vv kvv para 27.465 kvv, a potencia instalada da Central Ge- ra adora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de va	Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras fo- ram preparadas considerando o custo histórico como base de En ralor. 1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas	mpréstimos e 9.506 8.652 9.074 10.327 (288) 37.271
correu apos a finalização do processo de Alteração de Carac- que erísticas Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substitui- co	demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), pue é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações procede a contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredonare.	lebentures (52.894)(53.765) (52.894) (53.765) ao somatório do valor do principal e juros da divida (assivo de com o BNDES 7.824 7.899 8.320 7.616 7.645 39.394 (assivo de com o BNDES 7.824 7.899 8.320 7.616 7.645 39.394 (bidied de cobertura do serviço de divida (A + B) / (C) 3,12 3,29 2,48 3,48 n/a 2,55
risto S.A. <i>Autorização do Parque Eólico Reduto:</i> A Portaria _{ot} o Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13/04/2012 se	dadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de peroutra forma. 2 Principals informações financeiras: Esta Corta de	enalidades contratuais – (33.663) (30.698) 2.2.8.4 Garantias: São garantias do contrato do BNDES o viva - Valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.
utorizou a Usina de Energia Éólica Reduto SPE S.A. a esta- tra elecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica de diante a implantação e exploração da Central Geradora	rações financeiras individuais e consolidadas. 2.1 Resultado re	dividendos - partes e emergentes, alienação fiduciária de bens (36 turbinas para Fator Juros - fator juros fixos calculado com 9 casas decimai elacionadas (5) – (110) (130) a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1) com arredondamento, apurados da seguinte forma: e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da divida
ólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades _{Va} eradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A _{Va}	valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos At	inanceiros (52.902) (53.776) (276.996) (284.796) e 3 meses de operação e manutenção. 2.2.9 Debêntures: A Companhia emitiu, em março de 2016, R\$ 57.000 em debêntures de caiva: Conforme demonstratures não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fideiussória, em série única, com data
utorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em te 6/04/2012 e o término em 16/04/2047, podendo ser prorroga- a a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	es na receita. O saldo da receita operacional liquida apresen- a a seguinte composição: Consolidado do	o a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos de vencimento em 15/12/2028, junto ao Itaú Unibanco S.A. As
a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Reduto PE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme espacho ANEEL № 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, a D e	Santo Car- São Descrição Reduto Cristo naúba João Total De	Controladora Consolidado parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 escrição 2023 2022 2022 2022 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, consolidado en concexão com contratos so dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, consolidado en concexão com contratos so dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, consolidado en concexão com contratos so dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, consolidado en concexão com contratos so dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente.
sina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em operação Romercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16/06/2017.	Receita bruta de	plicações financeiras 2.025 1.64 5.124 6.262 de cada período de capitalização, será calculado em regime foram repassados para suas controladas através de aumen
edor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta Petitima autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. Tr	Penalidade - CCEE (2.402) (1.919) (2.535) (2.193) (9.049) As mo	nontante connecido de caixa e estao sujeitas a um insignifi-
	Total de receita operacional com	eferem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e decimais sem arredondamento; aprovada em 15/09/2016. decimais sem arredondamento; aprovada em 15/09/2016.
m conformidade com as condições estabelecidas nos artigos e 2, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto	fornecimento de energia, líquida 19.251 20.689 18.852 19.702 78.494 Se - C	a. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e Encargos financeiros e de desempenho nos últimos 12 meses foi de 95,4% do CDI Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um título de Controlada Financiamentos
° 2.003/96. Autorização do Parque Eólico Carnaúba: A prtaria do Ministério de Minas e Energia - MME N° 204 de D o	Santo Car- São rei Descrição <u>Reduto Cristo naúba João Total</u> Int	anda fixa cuja rentabilidade e seu desempenho nos últimos 12 Voltalia São Miguel do Gostoso 08/03/2016 - 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028 15/12/2028
A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Ener- a Elétrica mediante a implantação e exploração da Central C	de de fornecimento - CCEE 21.146 22.418 20.675 21.566 85.805 2.3	e rating B classificado pela Śtandard & Poor's. 2.3 Títulos e valores mobiliários Total circulante Total não circulante 47.303 50.38
	Tributos sobre receita (659) (626) (676) (653) (2.614) Re	2023 2022 2023 2022 2023 2022 2023 2022 2023 2023 2022 2023 2
ca - ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia 🛭 👩	operacional com el fornecimento de Se	cerviço da divida - Saldo inicial 53,765 52,36 empréstimo BNDES (2) - - 9,106 8,222 Juros incorridos 6,774 7,35 erviços de manutenção Juros pagos (4,334) (4,334) (4,36)
ólica Carnaúba SPE S.A. entrou em fase de teste em e 0/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de O 0/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Eólica Carat	energia, líquida 17.379 16.499 17.838 17.251 68.967 CC D aumento na receita se deve basicamente em função da atualização contratual referente as receitas fixas e redução.	O&M (2) 3.568 3.220 Amortização de principal (3.311) (1.59 (3.314) (1.59 (3.314) (1.59 (3.314) (1.59 (3.314) (3.314) (1.59 (3.314)
ubba SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme da spacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, 2. i recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas,	das penalidades apuradas para o exercício. 2.1.1.(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquida Ou	Reserva Debentures - APL 15.609 14.161 15.609 14.161 demonstrada: Consolidado
ara entrada em operação. A partir desta última autorização, a sina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. passou a depre-	2023 A Santo Car- São SF	seguir, descrição das principais contas: (1) Conta Reserva Passivo de arrendamentos Passivo Circulante Passi
nos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eóli- _{Oi} a Carnaúba SPE S.A. destina-se à comercialização na mo-	Descrição Reduto Cristo naúba João Total rel Outras receitas (despesas)	emanescentes da conta Centralizadora, depois de observada Passivo Não Circulante 5.363 724 7724 3.118 - (493) 7.98 destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Total no Passivo 5.577 724 (1.078) 3.118 8.34 eviço do Dívida, conforme definido em contrato juntos ao Cansolidado
alidade de produção independente de energia elétrica, em onformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12,	operacionais 205 (17) 246 918 1.352 en fotal de outras jur	nte financiador. (2) Contas reservas que foram constituídas em Inho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de Vida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços Passivo Circulante 282 2021 2
2 2 002/06 Autorização do Barque Fálico São João: A	operacionais, líquida 205 (17) 246 918 1.352 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	ecessários para operar e realizar a manutenção dos parques. Passivo Não Circulante 5.578 492 (492) - (66) (149) 5.36 O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço Total no Passivo 5.860 492 (709) - (66) - 5.57
A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Enera Elétrica mediante a implantação e exploração da Central	Santo Car- São da Reduto Cristo naúba João Total re	a Divida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, ninimamente em 31/12/2023, a três vezes o valor gasto no As operações de arrendamento da Companhia em vigência xo listados: - Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A: 13 eferido mês com a amortização do financiamento de longo em 31/12/2023 não possuem cláusulas de restrições que MWmédios, montante 3,3% inferior quadriênio anterior (13
nidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade stalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo	operacionais 33 1.359 549 116 2.057 m Tributos sobre receita (1) (50) (20) (4) (75) dir	razo (principal e encargos) e dos contratos de operação e imponham a manutenção de índices financeiros, assim como MWméd) Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. 13 anutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam MWmédios, montante 6,1 % inferior quadriênio anterior (14 ireitos creditórios. (3) Centralizadora: Conta corrente de tituser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual MWméd) Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. 13 ireitos creditórios. (3) Centralizadora: Conta corrente de tituser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual MWméd) Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. 13 ireitos creditórios.
nício em 26/03/2012 e o término em 26/03/2047, podendo To r prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elé- va - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Fólica São João São	loral de outras receitas operacionais, líquida 32 1.309 529 112 1.982 (B Saldo refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de	aridade da Companhia mantida junto ao banco administrador e opções de compra ao final dos contratos. A composição da MWmédios, montante 1,1% inferior quadriênio anterior (13 Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem movimentação suntanta do ativo já está mencionada na NE MWméd) Usina de Energia Edica Solos SPE S.A: 13 revisionado provincia de aproparação deste parço a que pão estagar contra. 2 3.1.2 Paralledade contratuação deste parço a que pão estagar contra.
PE S.A. A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. entrou on fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL activity 1392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia con control de la co	operação e manutenção devido a indisponibilidade dos parques tua acima do previsto em contrato. Em Reduto R\$ 205 no ano ex corrente. Santo Cristo R\$ 84 no ano corrente e o estorno de	almente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em MWméd). Diante disso, houve uma redução na receita fixa pa xdusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore ne defidos pela Companhia em gargatia de contratos de emprés, entre a energia garda da usina e a energia contratada. O próximos quatro apos quatro ap
ólica São João SPE S.A. entrou em operação comercial, Kô onforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 100	timo ano corrente e o estorno de R\$ 29 registrado no exercício	mos (nota explicativa 2.2.7). Tais recursos são aplicados em ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de volume originalmente contratado no leilão a partir do início undo de investimento conforme estabelecido no contrato de teleprácia. 10% de pração espá paga en 10 procedas menseis, quando quadrápio, Em 31/10/2023, as valores de pagalidad.
7/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor CC as turbinas, para entrada em operação. A partir desta última RC utorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. 2.	comparativo, Sao Joao R\$ 920 no ano corrente e o estorno de CR\$ 2 registrado no exercício comparativo. 2.1.2 Custos e despesas por natureza ch	essão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% estão assim demonstrados: - Usina de Energia Eólica Red. e contas. O fundo busca acompanhar as variações do ben- do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula SPE S.A. registra um valor de R\$ 7.196 referente a provis. hmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,6% 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na para penalidades contratuais, sendo R\$ 4.356 corresponder
assou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na da útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de nergia Eólica São João SPE S.A. destina-se à comercializa-	<u>Controladora</u> do <u>2023</u> <u>2022</u> a	o CDI - Certificado de Depósito Interbancário. 2.2.4 Contas faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho receber de clientes: O prazo médio de recebimento dos parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas após positivos 2022 (R\$ 3.782 deduzido o pagamento realizado de 5
no na modalidade de produção independente de energia Se étrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos De	Serviços (159) (154) do Despesas Legais e Judiciais (4) (3) Er	o faturamento. Mais detalhes do contrato CER (Contrato de venda vigente. O ressarcimento por desvios positivos (acima penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho inergia de Reserva) estão detalhados na Nota 1. A rubrica da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 par- 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 1.071 referente à penalic
tigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. <i>Contrato de Energia de Reserva - CER:</i>	Outras despesas (71) – ad (288) (167) oc	utros evidencia o valor de R\$ 1.047 referente a indenização celas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, de quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 dicional junto ao prestador de serviço, relacionado ao sinistro valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos quadriênio contratual) Usina de Energia Eólica Santo Crisco Abaixo, é demonstrada que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão SPE S.A. registra um valor de R\$ 13.002 referente a provis
s controladas firmaram em 08/08/2012 um Contrato de Ener-		composição do contas a receber consolidado. Consolidado Consolidado ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações para penalidades contratuais, sendo R\$ 10.897 corresponder com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho
a de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de lergia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia	2023 2022 Des- Des-	
a de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de lergia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia étrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de lergia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este ntrato, as controladas se comprometeram a vender a totali-	2023 2022 Des- Des- Custos pesas Custos pesas	 Santo Car- São Reduto Cristo naúba João Total Total Reduto Cristo naúba João Total Reduto Cristo naúba João Total Contado a partir do início da operação comercial, valorada ao 2022 (R\$ 10.056 deduzido o pagamento realizado de 5 paro preço de venda vigente. Durante o primeiro quadriênio, findo las, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.517 referente Em junto de 2018 a jun
a de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de lergia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia étrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de lergia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este ntrato, as controladas se comprometeram a vender a totalide de energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a utir de 01/07/2014, ao preço original de R§ 98,92 /MWh Ergosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço	Logranda 2023 pesas 2022 pesas Desamble Custos pesas Custos pesas Custos pesas Pesas Depreciações e amortizações (19.685) - (20.445) - Reserviços de operação & Reserviços de operação	contado a partir do início da operação comercial, valorada ao 2022 (R\$ 10.056 deduzido o pagamento realizado de 5 paro preço de venda vigente. Durante o primeiro quadriênilo, findo las, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.517 referente em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2028 (a quadriênilo contratual) e R\$ 429 referente à penalida et de de contrato de Energia de Contrato de Energia de Reserva, a Companhia ficou quadriênilo contratual). Esta de contratual per serva de contratual per serva de contratual) e R\$ 429 referente à penalida et de contrato de Energia contratual revisada para o segundo quadriênilo contratual). Usina de Energia Eólica Carnatual revisada para o segundo quadriênilo contratual). Usina de Energia Eólica Carnatual revisada para o segundo quadriênilo contratual).
a de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de lergia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia étrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de lergia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este ntrato, as controladas se comprometeram a vender a totalibude da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a artir de 01/07/2014, ao preço original de R\$ 98,92 /MWh Er	2023 2025 Des-	contado a partir do início da operação comercial, valorada ao 2022 (R\$ 10.056 deduzido o pagamento realizado de 5 parc



Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 19.943.730/0001-54

Consolidado
2023 2022
isto Custo

Valor <u>rico</u> <u>líquido</u>

912

391.381

Amorti- líquido em 2023 (573) 10.579

zação em 2022 (572) 11.152

(579) 11.154 (579) 11.154

Não Circulantes

Líquida

2022 2023 2022

64.569 20.620 17.363

2023 2022

1.099

65.344

64.392

2.299

(1.926)

1.930)

(7.648) 258.951

2023

<u>(7</u>)

Histó- Valor Histó-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual). - Usina 2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1 Imobilizado de Energia Eólica São João SPE S.A. registra um valor de R\$ 10.182 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 7.874 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de 2022 (R\$ 6.919 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$ 2.410 referente à penalidade quadrienal do **Operação** período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio con-

tratual) e R\$ 853 refere de julho de 2022 a jun)26 (3° c	quadriêr	nio conti		e equipamentos de geração	491.826	371.524	491.643	<u>385.176</u>
		Cor	<u>1solida</u> 2023	ao		Total do imobilizado em operação	491.826	371.524	491.643	385.176
		Santo	Car-	São		Bens em operações	1011020	002.	1011010	0000
	Reduto	Cristo	naúba	João	Total	Edificações/Obras Civis	402	279	402	296
Saldo inicial		12.647	2.255		30.702	Equipamento de				
Atualização financeira	52	207	64	105	428	informática	75	42	39	13
Saldo de pagamento						Equipamentos de				
penalidades						Comunicação	6	2	6	2
suspensas - (anual						Terrenos - direito de uso				
julho/2019 a	(400)	(004)		(0.07)	(704)	(Nota 2.2.10)	6.195	7.379	6.195	4.866
junho/2020)	(166)	(281)	-	(337)	(784)		000		000	0
Penalidade contratual	1.071	400	064	050	2 247	(Nota 2.2.10)	233	_	233	2
- em curso Saldo final		429	964		3.317 33.663	Máquinas e equipamentos	1.628	900	1.495	912
	4.923					Instalações	1.020	54	1.495	72
Passivo circulante		7.286 5.716	5 3.278		18.054	Móveis e utensílios	87	39	81	42
Passivo não circulante	2.273		ಎ.೭/೦ 1 solida		15.609	Total dos bens em				72
		Col	2022	uo		operações	8.813	8.695	8.638	6.205
		Santo	Car-	São		Total do imobilizado		380.219		
	Reduto				Total	A base para o cálculo d				
Saldo inicial		12.196	2.247		29.464	(custo menos o valor re				
Atualização financeira	281	451	4	498	1.234	depreciação foi reconhec				
Saldo final	6.239	12.647	2.251	9.561	30.698	ciamentos com o BNDES				
Passivo circulante	1.704	2.919		2.908	7.536	estão garantidos por 36 t				
Passivo não circulante	4.535	9.728	2.246	6.653	23.162	de geração de energia, r	no montar	nte total de	e R\$ 308	.719.

2.3.1.1 Movimentações em 2023: Para o exercício de 2023 foi efetuada a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização conforme demonstrado a seguir e de acordo com os contratos fundiários: Usina Eólica Reduto S A., Usina Eólica Carnaúba S.A. e Usina Eólica São João S.A. prazo final 2044 e Usina Eólica Santo Cristo S.A., prazo final 2043.

Valor

líquido Atualização Desmo-

Intangível em operação

Gastos desenvolvimento

Total do intangível em

Intangível em operação

Gastos desenvolvimento

Total do intangível em

Total do intangível

2.3.3 Investimento

Companhias Voltalia São Miguel

do Gostoso Participações S.A Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.

Usina de Energia Eólica Reduto S.A.

Eólica São João S.A Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Usina de Energia

Total Investimento

Companhias Voltalia São Miguel

do Gostoso Participações S.A

Carnaúba S.A.

7.399

Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica

Software

2.3.2.2 Movimentações no exercício co

operação Total do intangível

295

Ativos Totais

Líquido

(1.780)

2022

113.059 114.966 54.642 54.693

123.145 122.521 58.753 57.952

132.750 135.679 61.953 66.064 491.510 496.325 232.560 235.345

58.417 60.273 19.097 18.367

65.344 66.523 19.456 17.411

70.797 69.615 20.673 17.808 258.950 260.980 79.846 70.949

Resgates de ações (a) (1.757)

	em 2022	contratual	bilização	Adições d	ciação	em 2023
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	385.176		4.474	183 (18.309)	371.524
Total do imobilizado em operação	385.176		4.474	183 (18.309)	371.524
Bens em operações						
Edificações/Obras Civis	296	-	_	_	(17)	279
Equipamento de informática	13	-	_	36	(7)	42
Equipamentos de Comunicação	2	-	_	_	_	2
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10)	4.866	3.118	_	_	(605)	7.379
Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10)	2	-	_	_	(2)	-
Máquinas e equipamentos	912	-	_	133	(145)	
Instalações	72	-	_	_	(18)	54
Móveis e utensílios	42			6	(9)	39
Total dos bens em operações	6.205	3.118		175	(803)	
Total do imobilizado	<u>391.381</u>	3.118	4.474	358 (<u>19.112</u>)	380.219
2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo						
		Valor líquido				or líquido
		em 2021	<u>(Baixas</u>)	<u>Depreciaç</u>	<u>ao</u>	em 2022
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração		391.970	12.470	(19.20		385.176
Total do imobilizado em operação		391.970	<u>12.470</u>	(19.2	<u>64)</u>	385.176
Bens em operações						
Edificações e obras civis		314	_		18)	296
Equipamento de informática		11	7		(5)	13
Equipamentos de Comunicação			_		_	2
			(40)	(0)	201	4 000
Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10) Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10)		5.251 86	(49) 8		36) 92)	4.866

Máquinas e equipame Instalações Móveis e uta Total dos bens em operações No exercício findo em 31/12/2021, ocorreu um incêndio no 2.3.2.1 Movimentações em 2023 aerogerador SC-02 do parque eólico Santo Cristo, cujos impactos nas demonstrações financeiras estão indicados a seguir: A SPE Santo Cristo efetuou a baixa do aerogerador, cujo valor contábil líquido, na data do sinistro, era de R\$ 5.969, com impacto em redução do ativo imobilizado; • Em junho de 2022 a SPE Santo Cristo reconheceu o direito de indenização devida pela seguradora no valor de R\$ 10.212. Em 2021, a Companhia recebeu da seguradora o pagamento da indenização parcial aprovada, no montante de R\$ 5.130 e registrou, em junho/2022, o valor da segunda parcela da indenização em junho/2022, o valor da segunda parcela da indenização de R\$ 5.082. Dessa forma, o reconhecimento da baixa do imobilizado no resultado da Companhia dentro do período foi de R\$ 4.243. Ainda dentro do período, a Companhia realizou o pagamento da nova turbina no montante de R\$ 5.275; • Em junho de 2022 a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. fez o reconhecimento do montante de lucro cessante referente ao 2º semestre de 2021 de R\$ 1.559, somado ao valor de lucro paracristrado no aversir de 2021 de R\$ 1.559, somado ao valor de lucro.

registrado no exercício de 2021 de R\$ 1.008, o valor de lucro cessante é de R\$ 2.568; • Em setembro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu por parte da segu-radora, o valor da segunda parcela de indenização atualizada em R\$ 4.808, dessa forma reconheceu o ajuste da provisão no seu resultado de R\$ 274. Ainda em setembro, a controlada recebeu parte do valor de danos materiais em R\$ 2.741 e reconheceu o seu novo aerogerador no valor de R\$ 12.470 onde, R\$ 6.766 foram pagos a título de adiantamento; - Em outubro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu o valor final de danos materiais em R\$ 2.068 Até a data desse relatório, a Companhia apresenta o valor de lucro cessante para recebimento, em R\$ 2.066. Até a data desse relatório, a Companhia apresenta o valor de lucro cessante para recebimento, em R\$ 2.568 e a parcela a ser quitada referente ao novo aerogerador de R\$ 2.005; • Em março de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu o valor total de lucro cessante em R\$ 2.568. Até a data deste relatório, a Companhia apresenta o valor de R\$ 2.005 a ser quitado referente ao novo aerogerador; • Em junho de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. reconheceu o valor a receber referente ao mecanismo de divisão de custos com seguro em R\$ 2.154; Em julho de 2023, a controlada recebeu o valor referente a divisão de custos com seguros em R\$ 2.154 e quitou o valor de R\$ 2.005 referente ao novo aerogerador. • Em setembro de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE reconheceu o valor a receber rerente a indenização adicional junto ao prestador de serviço, R\$ 1.047, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021. 2.3.2 Intangível

	(Conso	lidado		Reduto S.		65.344	00.523
	2023		2022		São João	nergia Eólica	64.392	64.569
	Custo		Custo			nergia Eólica	04.552	04.503
		Valor		Valor	Santo Cris		70.797	69.615
Intangível em operação	rico lí			uido	Total Inves			260.980
Gastos desenvolvimento		0.579		1.152				
Software	<u> 162</u>	2	<u> 162</u>	2				
Total do intangível em					Companhia			
operação	<u>14.467</u> <u>1</u>	0.581	<u>14.467</u> <u>1</u> 1	1.154		Miguel do Go	octoco	
Total do intangível em					Participaçõ		51050	
operação			<u>14.467</u> <u>11</u>				O	- 0 4
O valor registrado no In					United at the F	nergia Eólica		
incorridos até a respectiv						nergia Eólica		
senvolvimento do projeto						nergia Eólica		
eólica, no município de Sã		Gosto	so antes do	início		nergia Eólica	Santo Ci	isto S.A.
da construção do parque.					Total Inves	timento		
A movimentação do invest	imento no i	neríodo	é a seguin	ło.				
Companhias	inionto no p	porioac	202		uivalência	Dividendos	Resga	tes de aç
Usina de Energia Eólica C	arnaúba S.	Α.	60.27		(99)	_		
Usina de Energia Eólica R			66.52	3	979	(232)		
Usina de Energia Eólica S	ão João S.	A.	64.56	9	2.299	(546)		

<u>260.980</u>

Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A

(a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Aos Administradores e Acionistas Voltalia São Miguel do com os princípios éticos relevantes previstos no Código de sáveis pela governança da Companhia e suas controladas são por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas Gostoso Participações S.A. São Paulo - SP. Opinião: Exa- Ética Profissional do Contador e nas normas profissionals aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria obtivadas até a data de nosso relatório. enimamos as demonstrações financeiras individuais e consoli- emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpri- elaboração das demonstrações financeiras individuais e con- evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Com-

dadas da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. mos com as demais responsabilidade dos auditores independentes nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante panhia a não mais se manter em continuidade operacional. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria das demonstrações financeiras individuais resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião obter segurança que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles interdemonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do sobre as demonstrações financeiras. Responsabilidade da razoável de que as demonstrações financeiras individuais e nos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas demonstrações financeiras representam as correspondentes patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo administração e da governança sobre as demonstrações consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos transações os eventos de maneira compatível com o objetivo nessa data, assim como o resumo das principais políticas financeiras individuais e consolidadas: A administração e da governança sobre as demonstrações consolidadas; A administração intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos transações os eventos de maneira compatível com o objetivo relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de apresentação adequada. • obtivemos evidência de auditoria contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, da Companhia é responsável pela elaboração e adequada emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o apropriada e suficiente referente às informações financeiras das as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima apresentação dessas demonstrações financeiras individuais razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos contro- entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria realizada de acordo com as práticas contábeis adotadas que a auditoria sempre detecta as eventuais adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações necessários para permitir a elaboração de demonstrações distorções relevantes existentes. As distorções relevantes existentes. As distorções relevantes existentes, as distorções relevantes existentes. S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado financeiras livres de distorção relevante, independentemente decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demons-consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com trações financeiras individuais e consolidadas, a administração, de base confidibil de continuidade operações de suas data, de acordo com trações financeiras individuais e consolidadas, a administração dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das consas práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações incerteza relevante em relação a eventos ou condições que tatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa
em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a
base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional e mantemos ceticismo profissional e mantemos ceticismo profissional ao
que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em
Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2024 seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações

Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 Rodrigo de A. Albuquerque - Contador CRC CE019775/O-9-T-RJ

ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo. 3.2.2 Risco de crédito: O risco de inadimplência dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de fornecimento (CER). Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os en quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER. 3.2.3 Risco de liquidez: O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de passivos são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no periodo no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo atendimento às necessidades operacionais do negócio. Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação em contar-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com tributária vigente no final de cada exercício de saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de superación de juros. em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período
remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos
contábeis em 31/12/2023 e 31/12/2022, conforme apresentado abaixo:

	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de	
	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total
Em 31/12/2023					
Fornecedores	3	_	_	_	3
Partes relacionadas - mútuos	5	_	_	_	5
Debêntures	5.591	7.954	39.349	_	52.894
Em 31/12/2022					
Fornecedores	11	_	_	_	11
Debêntures	3,383	5.198	29.190	15.994	53.765
			Consolidado		
	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de	
	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total
Em 31/12/2023					
Fornecedores	5.834	_	_	_	5.834
Empréstimos e financiamentos	15.404	17.765	63,490	79.495	176.154
Partes relacionadas - mútuos	_	_	_	_	_
Debêntures	5.591	7.954	39.349	_	52.894
Partes relacionadas - contas a pagar	110	_	_	_	110
Passivo de arrendamento	353	353	1.059	6.576	8.341
Penalidades contratuais	18.054	12.292	3.317	_	33.663
Em 31/12/2022	10.004	12.202	0.017		00.000
Fornecedores	9.310	_	_	_	9.310
Empréstimos e financiamentos	14.354	16.169	57.093	97.700	185.316
Debêntures	3.383	5.198	29.190	15.994	53.765
Partes relacionadas - contas a pagar	130	5.150	23.130	10.554	130
Passivo de arrendamento	214	214	642	4.507	5.577
Penalidades contratuais	9.793	20.905	042	4.507	30.698
r enalidades contratuais	9.793	20.905	_	_	30.090

4 Itens não reconhecidos: Esta seção provê informações para cumprimento das exigências das normas contábeis e sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações outros pronunciamentos. 5.1 Transações com partes relacio-financeiras individuais e consolidadas uma vez que não nadas: A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. 4.1 Contingências. 4.1.1 Perdas possíveis não provisio nadas no Balanço: A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversa

instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações ou que envolvar questões tributárias. As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituidas provisões quando há uma provável saida de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. As suas sociedades controladas possuem os seguintes processos:
• Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal
de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de
8\$ 1.228 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados
pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento • Processo administrativo de risco possível ajuizada perante a Seção Judicial do Distrito Federal no montante atualizado R\$ 817 que trata do pedido de suspensão dos pagamentos

Controladora

-		(Controlade	ora
Э		2023	20	022
О		Ativo	Ativo	
О		- Divi-	- Divi-	- Encargos
-	Circulante	dendos	dendos	s/ Mútuo
s	Usina de Energia Eólica			
а	Carnaúba S.A.	_	130	(28)
s	Usina de Energia Eólica			
,	Reduto S.A.	232	259	(17)
n	Usina de Energia Eólica			
О	São João S.A.	546	261	(20)
S	Usina de Energia Eólica			
а	Santo Cristo S.A.	1.002	1.161	(34)
r	Total Circulante	1.780	1.811	(99)
S	Total	1.780	1.811	(99)
S			onsolidad	
:		2023		2022
ıl		Passivo -		Passivo -
Э		Contas a	tado -	Contas a
S	Circulante	pagar	Serviços	pagar
Э	Voltalia Energia do			
Э	Brasil Ltda	38	(4.784)) 79
١.	Voltalia Serviços do Brasil			
а	Ltda	72	(856)	
Э	Total Circulante	110	(5.640)	
S	Total	110	(5.640)	
а	5.2 Seguros: Os seguros			
Э	acionista majoritária no que	tange à cobe	ertura de ati	ivos próprios

de penalidade de lastro criada em nova regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que na decisão de mérito não conheceu o pleito, negando o provimento. Parte envolvida: Usina de Energia Elétrica Carnaúba SPE S.A. e Usar de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-finance renvolvida: Usina de Energia Edica Carnaúba SPE S.A. e Usar de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-finance de acordo com a análise de acordo

seção inclui outra	as informações que devem ser divulgad	as das torres eólicas.	
	Ramo Garan Reduto Seguro Garantia CCT Reduto Seguro Risco Operacional Reduto Seguro Resp. Civil anto Cristo Seguro Garantia CCT anto Cristo Seguro Risco Operacional anto Cristo Seguro Resp. Civil Sernaúba Seguro Garantia CCT Carnaúba Seguro Risco Operacional Saño João Seguro Garantia CCT São João Seguro Risco Operacional	mplexo de São Miguel do Gostoso	
	Ramo	Vigência/Seguradora	Valor em Risco
	G	Sarantia	
Reduto	Seguro Garantia CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
Reduto	Seguro Risco Operacional	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	182.972
Reduto	Seguro Resp. Civil	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	23.236
Santo Cristo	Seguro Garantia CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
Santo Cristo	Seguro Risco Operacional	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	185.111
Santo Cristo	Seguro Resp. Civil	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	24.932
Carnaúba	Seguro Garantia CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	873
Carnaúba	Seguro Risco Operacional	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	182.713
Carnaúba	Seguro Resp. Civil	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	22.471
São João	Seguro Garantia CCT	31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL	925
São João	Seguro Risco Operacional	13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE	183.240
São João	Seguro Resp. Civil	22/11/22 A 28/11/24 - AXA	23.887

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa includentes de caix 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financulos - 5 anos • Móveis utensílios e equinamentos - 10 anos e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e vendê-lo; e • Capacidade de mensurar com segurança os essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social

6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado esta demonstrado ao maneira contiavel. A evidencia objetiva de que os ativos finantema valor de usto, deduzido de depreciação. São registrados como ceiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não acordo com a política contábil da Companhia contro com a política contábil da Companhia com contábil da Companhia contro com a política contábil da Companhia com contro com a contro com a política contábil da Companhia com contro com contro contábil da Companhia contro contábil da Companhia contro contábil da Companhia contro contábil da Companhia com com contro contro contro contro contro com com com contro contro contro com contro contro com contro c quando concluidas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para
o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.
A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada da companhia são analisados a cada exercicio de apresentade cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do
custo menos o seu valor residual após sua vida útil estima de deferminado. Uma perda por redução no valor recuperável de
custo menos o seu valor residual após sua vida útil estima de deferminado. Uma perda por redução no valor recuperável é
reconstruições en reconstruições en menos de la tituda da tituda estimada em processo de lanciada do desaparecemento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não
financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros
da Companhia são analisados a cada exercício de apresentacada ativo pelo método linear, de modo que o valor do
caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável de
determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é
mento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não
financeiros: Os valores ontábeis dos ativos não financeiros
da Companhia são analisados a cada exercício de apresentacada ativo pelo método linear, de modo que o valor do
caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável de
determinado. Uma perda por redução no valor recuperável de
reconstruições en valor construições en mento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não
financeiros: Os valores de titulo da Companhia são analisados a cada exercício de apresentada Companhia são analisados da cada exercício de apresentada Companhia são analisados a cada exercício de apresentada Companhia são analisados a cada exercício de apresentada Companhia são analisados a cada gralmente baixado (exceto para terrenos e construções em reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do resultado. Em 31/12/2023, não havia evidência que indicasse balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante ciamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, lia vida útil, que é estimada como segue: • Benfeitorias em quido dos custos incorridos na transação e são, subsequenteimóveis de terceiros - 5-15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veí- mente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferenca entre os valores cantados (líquidos dos * Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. * Insta-lações - 10 anos. * Turbinas Eólicas - 32 anos (2022 - 25 anos).

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor en anaciamentos estejam em aberto, utilizando o método da recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após nhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso continuo do ativo. Quaisquer ganhos ou o evalores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Por das na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de considerações requeridas para brigação explandados de considerações requeridas para de considerações de considerações de considerações requeridas para de considerações de c e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras recada período de relatório, considerando-se os riscos e as inceitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício. certezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensura-Desmobilização: As provisões dos custos de desmobilização da com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contradinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios partida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecimento. 6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos Intangíveis reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vide reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente separadamente são registrados ao provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são recusto, deduzido da amortização acumulada e impairment. A conhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações (a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de aplicação de reserva de capital, sem redução de capital social da Companhia.

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia de de R\$ 235.230. dividido em R\$ 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor recorações sem valor nominal (em 311/2/2022 era de R\$5 235.230. 182 taxa de desconto, podem amortização é reconhecida pelo método linear com base na judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos dade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação do acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD. A companhia apresentou lucro que absorveram o referido lucro. Em 31/12/2023, no entanto, possui prejuízoa acumulado. 3 Estimativas críticas e riscos: Esta quando aplicável, apenas após a análise e aprovação de sucreos companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar das demonstrados financeiras estádo acumulado. 3 Estimativas e vande de consolidados e acondo com o método da taxa efetiva de juros destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de somente se, as seguintes condições são atendidas e, corditos decorrentes das despesas na medida em que são incorridos. O ativo mitangível das despesas o receitas operacionais na demonstras o gerado internamente resultante do sucréditos decorrentes das receitas operacionais na demonstras os ceráditos decorrentes das despesas financeiras estão aprelimado ao cálculo do ICSD. A companhia apresentou lucro pue terminação do acordo com o método da taxa efetiva de destinação, podendo ter constituição or mentanto, possou prejuízoa acumulado. 3 contanto, possou prejuízoa acumulados de contratos e julgamento de quais custos são elegíveis da detérnica de completar o ativo intangível das despesas na medida em que são internamente resultante do servéditos decorrentes das despesas financeiras estáde apresentos de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecidos e, os créditos decorrentes das despesas financeiras estáde apresentos desenvolvimento do sexercício. 6,7.2 Tributos sobre o lucro. Companhia realizado de contratos e financeiras estáde tecnica de completar o ativo intangível das despesas financeiras estáde de completar o ativo intangível para que despesas financeiras estáde de completar o ativo intangível para que despesas fin lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros em estudos técnicos. Determinação da taxa efetiva de juros despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível das despesas e receitas operacionais na demonstração do Companhia e sua performance. 3.1 Estimativas criticas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das gastos atribuíveis ao autivo intanquivel durante seu desenvolvisão das demonstrações financeiras estimativas criticas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das gastos atribuíveis ao autivo intanquivel durante seu desenvolvisão calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. 3.2 Gestão mento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intantivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as individuais e consolidadas requer que a Administração used de riscos: A administração dos riscos é realizada por meio giveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente o incridos desde que o ativo intanquível passou a atendados internamente puder que entra e computado sobre o lucro tribuíva são de riscos: A administração dos riscos é realizada por meio giveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente o internamente corresponde à soma dos gastos atribuíveis actual corresponde de riscos: A administração dos riscos é realizada por meio giveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos atribuíveis actual corresponde de soma desposição de reconhecidas por mento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intantivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as gastos atribuíveis actual corresponde de sous autoritarios de reconhecido de ativos intantivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as gastos atribuíveis actual corresponde de sous autoritarios actual corresponde de receita corresponde de actual corresponde d estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, nhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão recontribuição social é computada pela alfiquota de 9% sobre o com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de nhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteros de risco de risco de liquidez. O programa de gestão de risco da riormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangiveis gerencidação e amortização do competência. Imposto de renda e a contribuição social são contentra na imprevisibilidade dos mercados rados internamente puder de accessor desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Posteros riccos de incorda riormente ao reconhecimento inicial, os ativos internamente puder de accessor de competência. Valor de reconhecidos por resolutado pelo resolutado de amortização do companhia este contribuição social se contribuição social se competidos pelo resolutado do exercício, entre o reconhecidos pelo resolutado do exercício, ent

final de cada exercício. 6.8 Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado, sendo provável que um resurso companhia possui companhia passado, sendo provável que um resurso companhia possui companhia passado, sendo provável que um resurso companhia pos que requesta companhia possui companhia passado. curso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e issivos são classificados como circulantes quando sua rea lização ou líquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 6.9 Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo o valor justo da contrapiresação receber peto fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que beneficios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) superdecidado com segurança; (ii) estandado com segurança; (iii) estandado com segurança; (iiii) estandado com segurança; (iii quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica con-siderando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 6.10 Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação es tiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutu-ante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a dife-rença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 6.11 Passivo de arrendamentos O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação actual de contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato iniear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Reau valui presente inquiot ou contrators, sad allocatari in Nessatultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes líquido de inflação. 6.12 Normas novas e alteradas no exer-cício corrente: As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2023 foram as seguintes: IFRS 17 "Contratos de Seguro": O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconheci-mento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalen-te ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. Alterações ao IAS 8 "Definição de Estimativas Contábeis": As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis Mensuração e inputs para essenvoiver estimativas contabeis. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement "Divulgação de Políticas Contábeis": Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis más ritidades as fornecer divulgações de políticas contábeis. beis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades di-vulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requi-sito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o

conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Alterações ao IAS 12 Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentemporarias incluaveis e deculveis giugas, como arrendamen-tos e passivos de desativação. <u>Alterações ao IAS 12 "Refor-ma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois"</u>: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tri-butos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve se divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisi-tos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023 Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. 6.13 Normas emitidas, mas ainda não pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteadas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16 "Passivo de Locação em um Sale and Leaseback": Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para específicar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação da sesponsabilidade de locação decorrente de uma transação da contra de acestada de acestada de contra de acestada de

de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheca qualquer quantia do vandeuor-arientario in a reconine y quarquar y quantua do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstra-ções financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Alterações ao IAS 1 "Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante": Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações ao parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)-Apresentação das demonstrações contábeis) para especifica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instru mento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram covenants nuturos dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 e devem ser aplicadas retros-pectivamente. Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 "Acordos de financiamento de fornecedores": Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - De-

monstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as caracteristicas de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer medidad sa tros. Quaisquer medidad sa tros of sea tros de tros ferences temporárias no final de cada exercício, entro so sequidos and selector tros. A companhia atvo intangível se baixad quando não há benacimento sucurismos reconhecidos nas demonstrações financeiras a compredada som se passivos reconhecidos sa demonstrações financeiras a compredata som spender de tros so spender os se foltudos de cinax de cada exercício, entro de sercicio, entro de semporárias de curs. Tros sucurios de dividenciamentos os futuros intangível se baixad quando não há benacimento com formece-desmobilização e care prejuízos materiais para a Comspendad de perguízos financeiras a compredor se as bases fiscais correspondentes usadas na apuração de tera core espulsações, fundad de cada exercício, entro se sequismos de de ciaxa de ciaxa de ciaxa de desconto de prejuízos financeiras a compredor se auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compre

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras nas demo





O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EEE7-0732-97C7-E92A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EEE7-0732-97C7-E92A



Hash do Documento

968152513F98B11786542A6431B3469736B61AB7383C0366891116AB808B5F15

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



Invad O DIA CD

Jornal O	DIA SP	PUBLICAÇÕES LEGAIS - 14 Edição Digital Certificada * sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024
	Voltalia São Miguel do	Gostoso I Participações S.A cnpJ/MF № 21.278.819/0001-95
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E C	ONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Balanços p	patrimoniais Controladora Consolidado Nota 2023 2022 2023 2022	Demonstração dos fluxos de caixa Notas Controladora Consolidado Notas Controladora Consolidado
Circulante Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber	Nota 2023 2022 2023 2022 9.535 10.883 31.096 37.396 2.2.2 9.379 10.797 14.554 17.135 2.2.4 - - 7.689 9.025	Ajustes para reconciliar o lucro liquido mobiliários 1.230 1.307 (6.626) (3.537
Adiantamento a Fornecedores Despesas antecipadas Impostos a recuperar	5 8 621 1.163 1.229 1.302 2.2.5 151 78 3.250 3.182	com recursos provenientes das atividades operacionais Resultado em equivalência patrimonial 2.3.3 (2.320) (2.502) (Aquisições) Baixas de imobilizado Caixa e equivalentes de caixa líquidos Aumento de capital dos investimentos - (3.650) (358) (12.731) Caixa e equivalentes de caixa líquidos
Outros ativos Não circulante	2.2.6	Resultado financeiro - Provisão de Juros 2.1.3 - 29.005 26.28 2 dista e equivalentes de caixa injuitodos pelas atividades de juros 21.3 - 100 21.3 - 5.631 (5.631) 26.28 2 dista e equivalentes de caixa injuitodos pelas atividades de juros 21.3 - 5.631 (5.631) 27.00
Títulos e valores mobiliários Contas a receber Outros ativos	2.2.3 - - 99.470 81.222 2.2.4 - - 1.047 4.692 2.2.6 - - 1.151 378	Penalidades contratuais - reversão/em curso 2.2.11 – 3.317 18.620 Fluxo de caixa de atividades de Penalidades contratuais - atualização financeira 2.2.11 – 432 1.235 financiamento
Investimentos Imobilizado Intangível	2.3.3 230.344 228.024 380.219 391.381 2.3.2 10.581 11.154	Depreciação e amortização 2.1.2 - - 19.685 20.445 Pagamento debêntures 2.2.9 - - (3.311) (1.593 Rendimentos Aplicações financeiras 2.1.3 (1.230) (1.307) (11.622) (8.913) Pagamento debêntures 2.2.8 - - (16.530) (15.123) Sinistro - impacto no resultado - - - 838 Passivo de arrendamentos 2.2.10 - - (1.078) (709
Total do ativo	<u>239.879</u> <u>238.907</u> <u>523.564</u> <u>526.223</u> <u>Controladora</u> <u>Consolidado</u>	Provisão para contingências fiscais - - 1 1 Aumento de capital 2.4 - 9.857 - 9.857 Diminuição (aumento) nos ativos Contas a receber - 397 288 Dividendos pagos (2.194) - (2.194) - (2.194) -
Passivo Circulante Fornecedores	Nota 2023 2022 2023 2022 17 2.220 47.454 39.643 2.2.7 1 8 5.835 9.318	Caixa e equivalentes de caixa líquidos Indenização a receber
Empréstimos e financiamentos Debêntures Obrigações fiscais e trabalhistas	2.2.8 15.404 14.354 2.2.9 5.591 3.383 16 18 2.107 2.514	Impostos a recuperar (73) (38) (68) (211) Aumento (redução) em caixa e equivalentes (1.418) 7.129 (2.581) 11.446 (1.418)
Contas a pagar - partes relacionadas Dividendos - partes relacionadas	5.1 110 130 5.1 - 2.194 - 2.194 2.2.11 18.054 7.536	Aumento (diminuição) nos passivos exercício 2.2.2 10.797 3.668 17.135 5.688 Fornecedores (7) (3) (2.080) 3.934 Aumento (redução) em caixa e equivalentes
Penalidades contratuais Passivo de arrendamentos Não circulante	2.2.10	Obrigações fiscais e trabalhistas (137) (129) (1.210) (1.282) de caixa (1.418) 7.129 (2.581) 11.446 Penallidades contratuais – (784) (250) Caixa e equivalentes de caixa no final do
Debêntures Empréstimos e financiamentos Penalidades contratuais	2.2.9 47.303 50.382 2.2.8 160.750 170.962 2.2.11 15.609 23.162	Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais (291) (268) 53.458 60.700 Urros pagos sobre financiamento 2.2.8 (15.543) (16.552) Passivo de arrendamento 2.2.10 - (3.118) (63
Passivo de arrendamentos Provisão Fiscal Obrigações pela desmobilização de ativos	2.2.10 - - 7.988 5.363 4.1 - - 25 24 2.3.1 - - 4.573 -	Juros pagos sobre debêntures 2.2.9 - - (4.334) (4.366) Baixa custo de transação 2.2.8 - - 1.403 IR e CS pagos (163) (117) (6.065) (4.500) Baixa de valores prescritos 2.1.2 - - (478) -
Total Passivo Patrimônio Líquido	2.4 <u>17 2.220 283.702 289.536</u> 239.862 <u>236.687 239.862 236.687</u>	Recursos líquidos gerados pelas (aplicados nas) atividades operacionais (454) (385) 27.516 35.282 Baixa de impostos prescritos (37 Provisão desmobilização 2.3.1 - (4.474) -
Capital Social Prejuízo acumulado Total do passivo e patrimônio líquido	243.351 243.351 243.351 243.351 (3.489) (6.664) (3.489) (6.664) 239.879 238.907 523.564 526.223	Consolidado Consolidado administrados pela Receita Federal do Brasil ou podem se 2023 2022 objeto de restituição. Em ambos os casos, a recuperação deverá ser feita mediante envio da declaração acessóri
Demonstração	o dos resultados <u>Controladora</u> <u>Consolidado</u>	Custos pesas Custos pesas Custos pesas Depreciações e amortizações (19.685) — (20.445) — Receita Fixa (*) —
Receita operacional com fornecimento de energia, líquida	Nota 2023 2022 2023 2022 2.1.1.1 78.494 68.967	Serviços de operação e manutencão (13.233) - (8.379) - Ativo não circulante 2.047 2.835 2.073 2.070 9.025 sociedade solicitou a restituição dos valores apresentado conforme dispositivo legal supracitado. De acordo com
Outras receitas operacionais, líquida Custo dos serviços Resultado Bruto	2.1.1.2 1.352 1.982 2.1.2 (50.884) (45.241) 28.962 25.708	
Despesas operacionais Despesas Administrativas	2.1.2 (83) (78) (3.470) (2.821)	Ativo circulante 9.025 respectivo período de apuração. 2.2.6 Outros ativos: O sald de outros ativos e composto majoritariamente pela rubrica de revenda (15) – (9) Ativo não circulante 4.692 de outros ativos e composto majoritariamente pela rubrica de de outros ativos e compost
Outras receitas e despesas Resultado das participações societárias Lucro antes do resultado financeiro e tributos	2.3.3	Seguros (1.403) - (1.056) - (*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a diefenças temporarias dos impostos IRPJ, USLL, PIS e CC Aluguel (403) - (573) - declaração de apta recebida da ANEEL em 30/06/2015. (**) Re- FINS apurados por competência, no valor de R\$ 1.423, cliente Servicos - (1.536) - (1.836) ferente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1).
Despesas Financeiras Receitas Financeiras Resultado Financeiro	(3) (19) (30.520) (28.150) 1.239 1.310 11.907 9.199 2.1.3 1.236 1.291 (18.613) (18.951)	Despesas administrativas gerais – (1.342) – (958) 2.5 Innection of BNDEs (Nota 2.2.8). (Nota 2.1.1), no valor de R\$ 1.486 e depósitos judiciais referent o processo de alvará (Nota 4.1.1) no valor de R\$ 1.151
Resultado antes do IR e CS IR e CS	3.473 3.715 10.043 9.430 2.1.4 (298) (258) (6.868) (5.973)	Despesas legais judiciais — (97) — (27) Ativo Circulante — Controladora Consolidado (Consolidado (Consolidad
Lucro do exercício A Companhia não possui outros resultados abrangentes além sentar a Demonstração dos resultados abrangentes.	n do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apre-	O aumento nos custos se deve basicamente a atualização contratual dos serviços de Operação & Manutenção após o Negativo 69 - 2.851 2.842 Diferenças temporárias 1.423 616
<u>Nota</u>	cões do patrimônio líquido Capital Social Lucros (Prejuízos) Acumulados Total	2.1.3 Receitas e despesas financeiras Controladora Consolidado Outro importos a recuperar 2 3 Total ativo circulante 3.753 5.588
Saldos em 31/12/2021 Aumento de capital Lucro líquido do exercício	233.494 (10.121) 223.373 9.857 - 9.857 - 3.457 3.457	Rendimentos de aplicações financeira (*) 1230 1307 11622 8913 Total de outros ativos 151 78 3.250 3.182 Ativo não circulante Depósito judicial 1.151 378 1.250 1.362 Depósito judicial 1.151 378 1.250 3.182 Depósito judicial 1.151 378 1.250 3.182 Depósito judicial 1.151 378 3.250 3.182 Depósito judicial 1.151 3.250
Saldos em 31/12/2022 2.4.2 Lucro líquido do exercício 2.4.2 Saldos em 31/12/2023	243.351 (6.664) 236.687 - 3.175 3.175	Outras receitas financeiras 9 3 285 286 1.239 1.310 11.907 9.199 8 2.842 referente a créditos de saldo negativo de IRPJ dos anos calendários 2017 e 2018. Em marco de 2023, o saldo 2.2.7 Fornecedores 2.2.7 Fornecedores
Notas explicativas às demonstrações finance	243.351 (3.489) 239.862 eiras individuais e consolidadas em 31/12/2023 : energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia	Juros sobre empréstimos e financiamentos – (21.509)(18.436) respensa financiamentos respensa financiament
Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras indi-	e Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de - Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este	Juros sobre debăntures
o período. 1.1 Informações gerais: A Voltalia São Miguel do	e contrato, as controladas se comprometeram a vender a totali- o dade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a é partir de 01/07/2014, ao preco original de R\$ 98.92 /MWh	Ajuste a valor presente – (100) – Saldo negativo de IRPJ 2018 – - 2.533 2.842 Encargos seronais – - 913 654 Atualização penalidades – - (100) – Saldo negativo de IRPJ 2022 69 – 318 – Outros – - 22 91 Atualização penalidades – 2.005
uma sociedade por ações constituída em 03/09/2014 e com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista,	n (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Precc , ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento	suspensas - (432) (1.235) De acordo com a Instrução Normativa 2.055/2021, estes Total de fornecedores 1 8 5.835 9.318 Outras despesas financeiras (3) (19) (983) (632) créditos podem ser utilizados por meio de compensação de (*) Referente ao valor do novo aerogerador da controlada Usina (4) (4) (20.8.20) (23.8.450) créditos podem ser utilizados por meio de compensação de (*) Referente ao valor do novo aerogerador da controlada Usina (4) (4) (20.8.20) (23.8.45
tado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer	 de energia foi postergada de 01/07/2014 a 01/04/2015 através o do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva r CER № 165/11 datado de 27/01/2015. O Contrato de Energia 	Total de resultado financeiro 1.236 1.291 (18.613)(18.951) (*) Refere-se a atualização de juros selic para o período. 2.2.8 Empréstimos e financiamentos. 2.2.8.1 Composição de saldo
o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração	 de Reserva estabelece que o vendedor é o responsável pela o entrega da energia contratada, no centro de gravidade do r submercado onde estão localizados os parques eólicos, exclu- 	<u>Controladora</u> <u>Incidentes Moeda Prazo do contrato 2023 2022</u> 2023 2022 Controlada Financiamentos
desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram	, sivamente mediante geração de energia proveniente desses n parques. Em razão do seu objeto, a partir da data de início de n suprimento, toda garantia física dos parques eólicos é compro	Lucro antes do IRPJ e CSLL 3.473 3.715 Reduto BNDES IJLP + 2,18% a.a. Real 24/08/2015 - 15/11/2031 45.135 45.414 A A A A A A A A A A A A A A A A A A
julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das recei-	r metida com o contrato, por todo o período de suprimento. C - Contrato também estabelece que no caso de a energia gerada	Resultado de equivalência Patrimonial (34%) 2.320 2.502 São João BNDES TJLP + 2,18% a.a. Real 24/08/2015 - 15/11/2031 42.004 44.219 176.14 185.316 185.316
diretas e indiretas detidas são as seguintes. % Parti-	 s ser superior à energia contratada, o vendedor fica impedido de negociar o montante de energia associado a essa variação em qualquer ambiente de comercialização, devendo a CCEE 	Alfquota efetiva 9 0 0 1
Controlada direta Conso- didação 2023 Voltalia São Miguel do Gostoso	o contabilizar toda a energia gerada no âmbito do contrato. A eventual verificação de entrega de energia em montantes su periores aos contratados, observadas as disposições estabe-	Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1) - Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)
Participações Š.A. Integral 100,00% % Parti-	ao pagamento da receita variavel. Nesse sentido, a receita fixa	Outras receitas 1.047 5.494 5.494 5.495 20.22
Controladas indiretas (controladas Conso- cipação diretas da controlada lidação 2023 Voltalia São Miguel do Gostoso	condicionada à entrada em operação comercial do Parque	Presunção imposto de Renda - 8% (a) 6.001 6.331 Juros pagos (15.543) (16.552) Presunção contribuição social - 12% (b) 9.902 9.496 Amortização de principal (16.530) (15.123)
Participações Š.A.) Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. Integral 100,00%	desse período, um duodécimo do valor da receita fixa. O efe- tivo pagamento se dá na proporção da potência da(s) unida	Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c) 19.613 16.607 Saldo final 185.316 185.316 Imposto de renda: 15% 2.942 2.491 2.2.8.3 Cláusulas restritivas: O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (indice de cobertura do serviço da divida
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. Integral 100,00% Usina de Energia Eólica Carnaúba	 de(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potên- cia do Parque Eólico, enquanto a receita variável corresponde ao pagamento associado à parcela do saldo acumulado da 	Total IRPJ Base de Cálculo - CSLL 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772 4.806 22.914 19.772
Usina de Energia Eólica São João SPE	6 Conta de Energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância (>30% da energia efetivamente vendida contratual- 6 mente), conforme apuração realizada ao final de cada ano	. Total de CSLL <u>2.062 1.779</u> Reduto Sánto Cristo Carnaúba São João SMG Total
Autorização do Parque Eólico Santo Cristo: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16/04/2012	o contratual, paga em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ac 2 longo do ano contratual seguinte, e à parcela do saldo acumu	2.2 Ativos e passivos financeiros: Esta nota provê informa- (-) Conta reserva do serviço da dívida (1.998) (2.132) (2.154) (1.937) - (8.221) (2.505) (2.154) (1.937) - (3.220)
estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Ge-	a proveniente de desvios positivos de geração, que não tenha sido objeto de repasse e/ou de cessão, conforme apuração	a categoria. • Informações específicas para cada tipo de instru- (A) Caixa inicial da atividade 14.871 17.645 11.578 16.176 1.688 61.958 mento financeiro. 2.2.1 Instrumentos financeiros por catego- Ajuste no EBITDA
Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade	9 realizada ao final de cada quadriênio, paga em 24 (vinte e e quatro) parcelas mensais ao longo dos dois primeiros anos o contratuais do quadriênio seguinte. Capital circulante líquido	
o início em 18/04/2012 e o término em 18/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elé-	negativo: Em 31/12/2023, nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas "Grupo" ou "Grupo SMG") encontram-se com c	S Caixa e equivalentes de (+/-) Resultado financeiro 3.760 3.435 4.404 3.458 4.791 19.848 e caixa 9.379 10.797 14.554 17.135 (+) Depreciação e amortização 5.019 5.007 4.775 4.886 - 19.687
Cristo SPE S.A. A Úsina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despa-	 capital circulante negativo no montante de R\$ 16.358. Haven do a necessidade de capital giro adicional, a administração 	Títulos e valores EBITDA ajustado 11.118 12.815 10.300 12.323 (288) 46.268 mobiliários 99.470 81.222 (—) Despesas de imposto de renda e contribuição social
em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização	u realizará chamada de capital para as suas acionistas, a fim de 5 que a Companhia e suas controladas honrem com suas obri o gações de curto prazo. Aprovação das demonstrações fi	Passivos financeiros (–) Distribuição de capital a qualquer título prevista para Formecedores (1) (8) (5.835) (9.318) o ano seguinte de referência (232) (1.002) – (546) – (1.780
técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica	nanceiras: A emissão das demonstrações financeiras foi au- torizada pela diretoria em 29/01/2024. 1.2 Base de preparação e políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram	Empréstimos e (B) EBITUA ajustado com efeito do imposto de renda (P) financiamentos – - (176.154)(185.318) (C) Consider de fécile (C) Consider (C) Consider (C) Consider (C) Consider (C) Consider (C) Conside
mente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.	a elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados	P Passivo de arrendamento – (8.341) (5.577) correspondente ao somatório do valor do principal e Passivo de arrendamento – (8.341) (5.577) juros da dívida com o BNDES 7.824 7.989 8.320 7.616 7.645 39.394
dependente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei	s pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma fi foram elaboradas considerando todas as informações relevan-	dividendos - partes 2.2.8.4 Garantias: São garantias do contrato do BNDES o VNa - Valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, calculand
nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 01/07/2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no uso de suas atribuições regimentais decide alterar, de 27.000	n tes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstra	Total de passivos financeiros (1) (2.202)(276.997)(287.000) (1) (2.202)(276.997)(287.000) (2) pennor de açoes, a cessao flouciaria de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (3) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (3) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (3) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (4) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (5) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (6) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (7) de divinar a de direitos creditorios com 8 casas decimais, sem arredondamento. (8) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (8) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (8) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (9) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (1) (2.202)(276.997)(287.000) (1) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (1) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (1) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (2) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (2) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (3) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais, sem arredondamento. (4) de divinar a de direitos creditorios com 9 casas decimais com 9 casa
KW kW para 27.465 kW, a potência instalada da Central Geradora Eólica (EOL) Santo Cristo, outorgada à Usina de	ções financeiras foram preparadas considerando o custo his- tórico como base de valor. 1.3 Moeda funcional e moeda de a presentação: Estas demonstrações financeiras estão apre-	Contas reserva no valor de 3 neses de serviço da divida e 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de 4 neses de 3 contas reserva no valor de 3 neses de 3 contas reserva no valor de
ocorreu após a finalização do processo de Alteração de Carac- terísticas Técnicas (ACATI) devido a necessidade de substitui-	 sentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milha- 	do a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com serie única, com data de garantia adicional fidejuscoria, em série única, com data de
Cristo S.A. Autorização do Parque Eólico Reduto: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13/04/2012	ores de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo aexceto quando indicado de outra forma. 2 Principais informa 2 ções financeiras: Esta seção provê informações detalhadas	Descrição 2023 2022 2023 2022 debêntures não estão sujeitas à resgate antecipado, total ou parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 1,000 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de pagam juros anuais de 1,000 As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de pagam juros anuais de 1,000 As debêntures de pagam juros anuais de 1,000 As debêntures de 1,00
autorizou a Usina de Energia Éólica Reduto SPE S.A. a esta- belecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica	sobre linhas das demonstrações financeiras. 2.1 Resultado do exercício. 2.1.1 Receita operacional líquida. 2.1.1.1 Receita operacional com fornecimento de energia, líquida: C	a vista 11 6 62 82 dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio do Subles, serio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio do Subles, serio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios sao pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios dias pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios dias pagos semestralmente, empresamio felios pelo Grupo Simbo Jurio dias uteis. Os juros remuneratorios dias pagos semes dias pagos semes dias pelo Grupo Simbo Jurio dias pelo Grupo Simbo Jurio dias pelo G
Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A	s valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos A valores a receber da CCEE descontadas dos impostos inciden	As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um de capitalização de acordo com a fórmula: foram repassados para suas controladas através de aument de capitalização de capital conversiveis em um insignifi- de capital soujeitas a um insignifi- de capital conversive de capital soujeitas a um insignifi- de capital conversive de capital conve
16/04/2012 e o término em 16/04/2047, podendo ser prorroga- da a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Consolidado	referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imedia- La Depósito Bancário, ambos com liquidez imedia- technicados de Depósito Bancário, ambos com li
e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL № 1.392 de 19/05/2017. Em 17/06/2017, a	2023 Santo Car- São	ta. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 95,4% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um titulo de Encargos financeiros - CERTIFICADO DE ENCARDO DE
usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16/06/2017.	Receita bruta de for-	renda fixa cuja rentabilidade e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 98% a 100,5% do CDI - Certificado de Depósito Ustrahardia e de montale uma incidente de Depósito Voltalia São Miguel do Gostoso
No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do for- necedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto	Penalidade - CCEE (2.402) (1.919)(2.535)(2.193) (9.049 Tributos sobre receita (729) (784) (713) (747) (2.973	Participações Š.A. BNDES IPCA + 8,19% a.a Real 08/03/2016 - 15/12/2028 52.894 53.765
SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A. destina-se à	, Total de receita a operacional com	Consolidado 2023 2022 2.2.9.2 Movimentação das debêntures, nos exercícios Controladora Controladora
comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabe-	e energia, líquida <u>19.251</u> <u>20.689</u> <u>18.852</u> <u>19.702</u> <u>78.494</u> <u>2022</u>	Serviço da divida - empréstimo BNDES (2) 9.106 8.222 Saldo inicial 53.765 52.366 52.365 52.366
lecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96. <i>Autorização do Parque Eólico Carnaúba</i> : A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME	Descrição Reduto Cristo naúba João Total	Conta centralizadora (3) 6.775 7.404 Juros pagos (4.366 Reserva Holding 1.797 - Amortização de principal (3.311) (1.593 Reserva Debêntures - APL 15.609 14.161 5aldo final 52.894 53.765
Nº 204 de 05/04/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Inde- pendente de Energia Elétrica mediante a implantação e explo-	fornecimento - CCEE 21.146 22.418 20.675 21.566 85.805 Penalidade - CCEE (3.108) (5.293)(2.161)(3.662) (14.224)	Outras aplicações restritas 102 22 99.470 81.222 2 10 Passivos de arrendamento: Entre 31/12/2023 e 31/12/2022, a movimentação do passivo de arrendamento esta asim demonstrada:
ração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW	, Tributos sobre receita <u>(659) (626) (676) (653) (2.614</u>	

A seguir, descrição das principais contas: (1) Conta Resen SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recurso remanescentes da conta Centralizadora, depois de observac

a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao

ente financiador. (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de divida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques.

O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M deve corresponder, minimamente em 31/12/2023, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de distribos creditórios. (3) Centralizadora: Contra corrente de titu-

direitos creditórios. (3) Centralizadora: Conta corrente de titu-

laridade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos calidas pos a companida de contratos do companidas.

cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.8). Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de

cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benómark e seu desempenho nos últimos 12 mese foi de 97,6% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. 2.2.4 Contas

Santo Car- São

 Reduto
 Cristo
 naúba
 João
 Total

 1.895
 2.001
 1.876
 1.917
 7.689

 1.895
 2.001
 1.876
 1.917
 7.689

 1.895
 2.001
 1.876
 1.917
 7.689

1.895 3.048 1.876 1.917 8.736 7.689

1.047

Ativo circulante Receita Fixa (*)
Total ativo circulante

(78) Ativo não circulante

Ativo não circulante

(17) 246 918 **1.352**

<u>205</u> <u>(17)</u> <u>246</u> <u>918</u> <u>1.352</u> 2022 Santo Car- São

Reduto Cristo naúba João Total

2023

Des-<u>Custos pesas</u> <u>Custos pesas</u>

(20)

(83)

2022 Des-

> (59)Outros

(19) Total

anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eóli-ca Carnaúba SPE S.A. destina-se à comercialização na mo-dalidade de produção independente de energia elétrica, em

gia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9

conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, (despesas) 15 e 16 da Lei № 9.074/95, regulamentada pelo Decreto № 2.003/96. *Autorização do Parque Eólico São João*: A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME № 173 de 22/03/2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Capital in Elétrica mediante a implantação e exploração da Capital

das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última **2.1.2 Custos e despesas por natureza** autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto N° 2.003/96. *Contrato de Energia de Reserva - CER*), na modalidade de quantidade de Outras despesas

constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09/04/2012 e o término em 09/04/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Elétrica -ANEEL e a pedido da Companhia. A Usina de Energia Elólica Carnaúba SPE S.A. entrou em fase de teste em 20/05/2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19/05/2017. Em 20/06/2017, a Usina de Energia Elólica Carnaúba SPE S.A. entrou em peração comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16/06/2017. No dia 27/06/2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir destá útima autorização, a Usina de Energia Elólica Carnaúba SPE S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos. A energia elética produzida pela Usina de Energia Elólic

Outras receitas

Outras receitas

(despesas) operacionais Total de outras receitas

operacionais, líquida

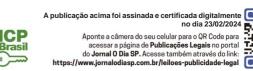
2.2.10 Passivos de arrendamento: Entre 31/12/2023 e 31/12/2022, a movimentação do passivo assim demonstrada: Consolidado Atualização Adições Passivo de arrendamentos Passivo Circulante Passivo Não Circulante Pagamentos (354) (724) (Baixas) Transf CP/LP - 493 2023 353 5.363 (493)Total no Passivo 5.577 724 (1.078)3.118 8.341 Consolidado Adições Passivo de arrendamentos
Passivo Circulante **2021** 282 Juros Pagamentos contratual (Baixas) Transf CP/LP 2022 5.578 **5.860**

<u>(709</u>)

492

As operações de arrendamento da Companhia em vigência de energia contratada, sendo que, a partir de julho de 2022, os em 31/12/2023 não possuem clâusulas de restrições que parques passaram a ter de energia contratual para o periodo não apresentam clâusulas de pagamentos variáveis que devam listados: - Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A.: 13,1 ser consideradas, ou clâusulas de garantia de valor residual MVmédios, montante 3,3% inferior quadriênio anterior (13,6 e opções de compra ao final dos contratos. A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE MVmédios, montante 6,1% inferior quadriênio anterior (14,6 2.3.1. 2.2.11 Penalidades contratuais: O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em contratual (periodo de julho a junho) as diferenças MVmédio. - Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A: 13,3 entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O MVmédios, montante 1,1% inferior quadriênio anterior (14,0 ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais o terceiro quadriênio. Caso a produção de energia melhore nos fotos de energia melhore nos fotos de energia melhore nos fotos de energia contratuada, a de todo en aprior de parques passaram a ter de energia contratual para o período que compreende julho. 2022 2 junho. 2026 os MVmédios. PE S.A: 13,1 ser consideradas, ou clâusulas de parques passaram a ter de energia contratual para o período que compreende julho. 2022 22 junho. 2026 os MVmédios. montante 3,3% inferior quadriênio anterior (14,6 MVmédios, montante 1,1% inferior quadriênio anterior (14,6 montante 1,1% inferior quadriênio anterior (14,6 montante 1,2% inferior quadriênio anter

que estreten la laba de cilidaria a - 30% de geraça sera o 2022 (2 quadriento contratual e N.\$ 1.07 referente a pertantaressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações de quadrienal do periodo de julho de 2022 a junho de 2026 (3º com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contratual). - Usina de Energia Eólica Santo Cristo contado a partir do início da operação comercial, valorada ao SPE S.A. registra um valor de R\$ 13.002 referente a provisão preço de venda vigente. Durante o primeiro quadriênio, findo para penalidades contratuais, sendo R\$ 10.897 correspondente em junho de 2018, a energia gerada pela Companhia ficou às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto 2022 (R\$ 10.056 deduzido o pagamento realizado de 5 parces adequal de 2009 a 2009 a 2009 (2009) (200 aclausula 4º do Contrato de Energia de Reserva, a Companhia las, sendo 3 delas em 2020 e 2 em 2023), R\$2.517 referente à teve a energia contratual revisada para o segundo quadriênio penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de en como consequência, houve uma redução da receita fixa do empreendimento. O desempenho dos parques no segundo quadrienio (jul. 2018 - jun. 2022) foi objeto de revisão do montante quadriênio contratual). - Usina de Energia Eólica Carnaúba



código 6247-99BB-5170-2B7C

Edição Digital Certificada * sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. - CNPJ/MF № 21.278.819/0001-95

Consolidado

2022 Custo Valor Histó-

402

<u>235.230</u> <u>235.230</u> <u>100%</u> <u>100%</u> <u>235.230</u> <u>235.230</u> <u>100%</u> <u>100%</u>

Total do ativo 2023 2022 2023 2022

283.255 281.808 52.911 53.784 283.255 281.808 52.911 53.784

230.344 228.024 2.320 2.502 230.344 228.024 2.320 2.502

Saldo Equiva-

Ordiná- Ordiná- Integra- Capital

rias rias lizado Votante

2.3.3.2 Informações financeiras sobre as controladas indireta

Ações (mil) 2023 2022

58.097 59.851

56.199 58.125

60.995 60.017

Ativos Totais

<u>lência</u> <u>em 2023</u>

2.320 230.344 2.320 230.344

% Participação
2023
Capital

Socia

100%

100%

100%

100% 100%

(Circulantes e

Não Circulantes)

Receitas

Líquida 2022 2023 2022

Período

2.299

2023 2022

4.220 4.890 7.399 8.467

2023 2022 2023 2022

491.510 496.325 232.560 235.345

58.417 60.273 19.097 18.367

65.344 66.523 19.456 17.411

70.797 69.615 20.673 17.808 79.846 70.949 Resulted do

Líquido

100%

 Patrimônio Líquido
 Resultado do Período

 2023
 2022
 2023
 2022

2023

Histó-

Imobilizado em

em operação

Total do imobilizado

Bens em operações

Edificações/Obras Civis

Operação Aerogeradores, máquinas

SPE S.A. registra um valor de R\$ 3.283 referente a provisão 2.3 Ativos e passivos não-financeiros. 2.3.1 Imobilizado para penalidades contratuais, sendo R\$ 56 correspondente para penalidades contratuals, serido x\$ 56 correspondente as penalidades anuais do período de julho de 2021 a junho de 2022, R\$ 2.263 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 964 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual). - Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. registra um valor de R\$ 10.182 referente a provisão para penalidades contratuais, sendo R\$ 7.874 correspondente às penalidades anuais do período de julho de 2019 a junho de 2022 (R\$ 6.919 deduzido o pagamento realizado de 5 parcelas, sendo 3 delas em 2020 o pagamento realizado de 5 parceias, seriud 3 detas em 2023, c 2 em 2023), R\$ 2.410 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2018 a junho de 2022 (2º quadriênio contratual) e R\$ 853 referente à penalidade quadrienal do período de julho de 2022 a junho de 2026 (3º quadriênio contratual).

Consolidado

		Cor	<u>ısolidac</u>	lo		Edificações/Obras Civis	402	279	402	296
			2023			Equipamento de				
	Reduto	Santo Cristo	Car- naúba	São João		informática	75	42	39	13
Saldo inicial Atualização financeira			2.255 64	9.561 105	30.702 428	Equipamentos de Comunicação	6	2	6	2
Saldo de pagamento penalidades						Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10)	6.195	7.379	6.195	4.866
suspensas - (anual julho/2019 a junho/2020)	(166)	(281)) –	(337)) (784)	Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10) Máguinas e	233	-	233	2
Penalidade contratual - em curso	1.071	429	964		3.317	equipamentos	1.628	900	1.495	912
Saldo final	<u>7.196</u>	<u>13.002</u>	3.283	<u>10.182</u>	33.663	Instalações	187	54	187	72
Passivo circulante	4.923	7.286	5	5.840	18.054	Móveis e utensílios	<u>87</u> .	<u>39</u>	<u>81</u>	42
Passivo não circulante	2.273	5.716	3.278	4.342	15.609	Total dos bens em				
		Cor	<u>ısolidac</u>	lo		operações	8.813	8.695	8.638	6.205
			2022			Total do imobilizado	500.639	380.219	500.281	391.381
	Reduto	Santo Cristo	Car- naúba	São João		A base para o cálculo d	a deprecia	ação é o	valor de	oreciável
Saldo inicial	5.958	12.196	2.247	9.063	29.464	(custo menos o valor res				
Atualização financeira	281	451	4	498	1.234	depreciação foi reconheci				
Saldo final	6.239	12.647	2.251	9.561	30.698	ciamentos com o BNDES	6 (Nota 2.2	2.8) das c	ontrolada	s diretas
Passivo circulante	1.704	2.919	5	2.908	7.536	estão garantidos por 36 to	urbinas (9	turbinas (de cada e	mpresa)
Passivo não circulante	4.535	9.728	2.246	6.653	23.162	de geração de energia, n	o montan	te total de	R\$ 308.	719.
0.0.4.4.14	00	00. D		. (- ! ! -	0000 6					

2.3.1.1 Movimentações em 2023: Para o exercício de 2023 foi efetuada a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização conforme demonstrado a seguir e de acordo com os contratos fundiários: Usina Eólica Reduto S.A., Usina Eólica Carnaúba S.A. e Usina Eólica São João S.A. prazo final 2044 e Usina Eólica Santo Cristo S.A., prazo final 2043. Valor líquido Atualização Desmo-Valor líquido

em 2022 contratual bilização Adições Depreciação Imobilizado em operação em 2023 Aerogeradores, máquinas e equipamentos Total do imobilizado em operação Bens em operações Edificações/Obras Civis Equipamento de informática 13 42 Equipamentos de Comunicação Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10) 4.866 3.118 (605)7.379 Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10) (2) (145) (18) Máquinas e equipamentos Instalações Móveis e utensílios 912 72 133 900 54 Total dos bens em operações Total do imobilizado 2.3.1.2 Movimentações no exercício comparati Imobilizado em operação em 2021 Adições/(Baixas) Depreciação em 2022 Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração Total do imobilizado em operação 12.470 (19.264 385.176 Bens em operações Edificações e obras civis Equipamento de informática (18) (5) Equipamentos de Comunicação (49) (336)Terrenos - direito de uso (Nota 2.2.10) 5.251 4.866 (92) (124) (18) Veículos - direito de uso (Nota 2.2.10) 741 90 295 Total dos bens em operações Total do imobilizado (19.866) 391.381 No exercício findo em 31/12/2021, ocorreu um incêndio no % Participação Ações (mil) aerogerador SC-02 do parque eólico Santo Cristo, cujos impactos nas demonstrações financeiras estão indicados a 2023 Capital Social 2023 2022 seguir: • A SPE Santo Cristo efetuou a baixa do aerogerador Ordi- Integra-Companhias nárias nárias lizado Votante do Gostoso

Participações S.A

Participações S.A. Total de Investimento

Companhias Voltalia São Miguel

Companhias Voltalia São Miguel

Carnaúba S.A

Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica São João S.A.

Usina de Energia Eólica

Santo Cristo S.A

Participações S.A

Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica

Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.

<u>Companhias</u> Voltalia São Miguel do Gostoso

Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A Usina de Energia Eólica Reduto S.A. Usina de Energia Eólica São João S.A.

Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A

Total Investimento

Particinações S A

Total Investimento

Total Investimento

Companhias Voltalia São Miguel

Carnaúba S.A Usina de Energia Eólica

do Gostoso

cujo valor contábil líquido, na data do sinistro, era de R\$ 5.969, com impacto em redução do ativo imobilizado; • Em junho de 2022 a SPE Santo Cristo reconheceu o direito de indenização devida pela seguradora no valor de R\$ 10.212. Em 2021, a Companhia recebeu da seguradora o pagamento da indenização parcial aprovada, no montante de R\$ 5.130 e registrou, em junho/2022, o valor da segunda parcela da indenização de R\$ 5.082. Dessa forma, o reconhecimento da baixa do imobilizado no resultado da Companhia dentro do período foi de R\$ 4.243. Ainda dentro do período, a Companhia realizou o pagamento da nova turbina no montante de R\$ 5.275; • Em junho de 2022 a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. fez o reconhecimento do montante de lucro cessante referente ao 2º semestre de 2021 de R\$ 1.559, somado ao valor registrado no exercício de 2021 de R\$ 1.008, o valor de lucro cessante é de R\$ 2.568; • Em setembro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu por parte da seguradora, o valor da segunda parcela de indenização atualizada em R\$ 4.808, dessa forma reconheceu o ajuste da provisão no seu resultado de R\$ 274. Ainda em setembro, a controlada recebeu parte do valor de danos materiais em R\$ 2.741 e reconheceu o seu novo aerogerador no valor de R\$ 12.470 onde, R\$ 6.766 foram pagos a título de adiantamento; • Em outubro de 2022, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu o valor final de danos materiais em R\$ 2.068. Até a data desse relatório, a Companhia apresenta o valor de lucro cessante para recebimento, em R\$ 2.568 e a parcela a ser quitada referente ao novo aerogerador de R\$ 2.005; • Em março de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. recebeu o valor total de lucro cessante em R\$ 2.568. Até a data deste relatório, a Companhia apresenta o valor de R\$ 2.005 a ser quitado referente ao novo aerogerador; • Em junho de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A. reconheceu o valor a receber referente ao mecanismo de divisão de custos com seguro em R\$ 2.154; Em julho de 2023, a controlada recebeu o valor referente a divisão de custos com seguros em R\$ 2.154 e quitou o valor de R\$ 2.005 referente ao novo aerogerador. • Em setembro de 2023, a controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE reconheceu o valor a receber referente a indenização adicional junto ao prestador de serviço, de R\$ 1.047, relacionado ao sinistro ocorrido em 2021.

2.3.2 Intangível

	moto valor moto valor						
Intangível em operação	<u>rico líquido</u> <u>rico líquido</u>						
Gastos desenvolvimento	14.305 10.579 14.305 11.152						
Software	162 2162 2						
Total do intangível em							
	14.467 10.581 14.467 11.154						
Total do intangível em							
operação	14.467 10.581 14.467 11.154						
O valor registrado no Intan	gível corresponde aos gastos	6					
incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao de-							
senvolvimento do projeto de parque de geração de energia							
eólica, no município de São M	liguel do Gostoso antes do início)					
da construção do parque.							
2.3.2.1 Movimentações em 20	023						
-		.467 11.154 .467 1					
	líquido Amorti- líquido						
Intangível em operação	em 2022 <u>zação</u> em 2023						
Gastos desenvolvimento	11.152 (573) 10.579						
Software	22						
Total do intangível em							
operação							
Total do intangível							
2.3.2.2 Movimentações no exercício comparativo							
Intangível em operação	em 2021zação em 2023						
Gastos desenvolvimento							
Software	9(7)2						
Total do intangível em	()						
operação	<u>11.733</u> <u>(579)</u> <u>11.156</u>						
Total do intangível	<u>11.733</u> <u>(579)</u> <u>11.156</u>						
2.3.3 Investimentos. 2.3.3.1 Informações financeiras sobre							
a controlada direta							
		-					

2023 2022 Custo Custo Histó- Valor histó- Valor

Cálculo da provisão para perda/ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento. A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é basea de risco considerada. \$2.1 Risco regulatório: A atividade da ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de risco considerada. \$2.1 Risco regulatório: A atividade da ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras como requirmento para estabelecer essas premissas, com base em estudos técnicos. Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos: Os empréstimos ada de contrato e julgamento de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de como contrato de sinistro. Somo "custos de transação". Reconhecimento de sinistros como "custos de transação". Reconhecimento de sinistros, o companhia realiza o reconhecimento de sinistros, o companhia realiza o reconhecimento de sinistros, quando aplicável, apenas após a análise e aprovação da seguradora responsável pelo sinistro. Os velores definistro. Os companhia en aliza e contrato de sinistros e passada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o comtrato de sinistros e passada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de sinistro de sinistros, e conhecimento de sinistro de sinistros, e conhecimento de sinistro de sinistros, e conhecimento de sinistro de sinistro de sinistro de sinistro de sinistro de sinistro. Se mprema de companhia as companhia e contrato de sinistro de sinistro de contrato de lucro tributável, incluindo saldo de prejuizos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente regulatório poder de xecrec impacto sobre as atividade de centração de simpactos obre as atividade de centração de simpactos obre as atividades de centração de simpactos obre as atividades de centração de acercação de simpactos obre as atividades de centração de simpactos obre as atividades de centração de simpactos obre as atividades de centração de simpactos obre as atividades de cen Cálculo da provisão para perda/ressarcimento no âmbito a Companhia. • Definição de cenários adicionais na variável temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de Valor rico líquido rico líquido 491.826 371.524 491.643 385.176 seguradora responsável pelo sinistro. Os valores definitivos e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia das transações envolvendo essas estimativas somente são de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e dos pagamentos do EER. 3.2.3 Risco de liquidez: O gerencia-premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das mento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela estimativas são reconhecidas prospectivamente. 3.2 Gestão controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a de riscos: A administração dos riscos é realizada por meio fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites 491.826 371.524 491.643 385.176 de riscos: A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pala Conselho de Administração. As attividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco de companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento apresentado abaixo: panhia. • Definição de um cenário provável do comportamento apresentado abaixo 500.639 380.219 500.281 391.381

	Controladora						
	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de			
Em 31/12/2023	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Tota		
Fornecedores	1	_	_	_			
Em 31/12/2022							
Fornecedores	8	_	_	_			
Partes relacionadas - dividendos	2.194	_	_	_	2.19		
			Consolidado				
	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de			
Em 31/12/2023	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Tota		
Fornecedores	5.835	_	_	_	5.83		
Empréstimos e financiamentos	15.404	17.765	63.490	79.495	176.15		
Debêntures	5.591	7.954	39.349	_	52.89		
Partes relacionadas - contas a pagar	110	-	_	_	110		
Partes relacionadas - dividendos	_	_	_	_			
Passivo de arrendamento	278	278	834	6.951	8.34		
Penalidades contratuais	18.054	13.092	2.517	_	33.66		
Em 31/12/2022							
Fornecedores	9.318	_	_	_	9.31		
Empréstimos e financiamentos	14.356	16.169	57.093	97.700	185.31		
Debêntures	3.383	_	17.594	27.590	48.56		
Partes relacionadas - contas a pagar	130	_	_	_	13		
Partes relacionadas - dividendos	2.194	_	_	_	2.19		
Passivo de arrendamento	278	278	834	4.187	5.57		
Penalidades contratuais	9.793	20.905	_	_	30.69		

Circulante

Voltalia S.A

Circulante

Energia - COPEL

Total Circulante

Voltalia Energia do Brasil Ltda

Voltalia S.A. Voltalia Energia do Brasil Ltda

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. 4.1 Contingências. 4.1.1 Perdas possíseu reconnecimento. 4.1 Contingencias. 4.1.1 Perdas possi-veis não provisionadas no Balanço: A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo rea-valiado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos gover-namentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias. As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituídas provisões quando há uma provável saída de recursos tudas provisoes quando na uma provavei saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. As suas sociedades controladas possuem os seguintes processos *Ações anulatórias de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado de R\$ 1.228 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados alon Mujerio de São Miguel do Casteso para coheraça de sua contra de casteso para coheraça de sua contra de servicio de São Miguel do Casteso para coheraça de sua contra de servicio de São Miguel do Casteso para coheraça de sua como contra de servicio de São Miguel do Casteso para coheraça de sua contra de servicio de São Miguel do Casteso para coheraça de servicio de São Miguel do Casteso para coh Voltalia Serviços do Brasil Ltda Companhia Paranaense de res 1.22 com o nutido de cancelar Autos de Infração lavidados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento do respectivo empreendimento. Processo administrativo de risco possível ajuizada perante a Seção Judicial do Distrito Federal no montante atualizado de Circulante R\$ 817 que trata do pedido de suspensão dos pagamentos de penalidade de lastro criada em nova regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que na decisão de mérito não conheceu o pleito, negando o provimento. Parte envolvida: Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A. e Usina de Energia Eólica São João SPE S.A. 5 **Outras informações**: Voltalia Energia do Brasil Ltda **Total Circulante**

Seguros Vigentes para o Complexo de São Miguel do Gostoso Ramo Vigência/Seguradora Valor em Risco Garantia 31/07/23 A 31/07/24 - Austral 31/07/24 - SWISS F Seguro Garantia CC1 Seguro Risco Operacional Reduto 13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE 13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE 22/11/22 A 28/11/24 - AXA 31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL 13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE 22/11/22 A 28/11/24 - AXA 31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL 13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE Seguro Resp. Civil Seguro Garantia CCT Seguro Risco Operacional Seguro Resp. Civil Reduto 23.236 925 Santo Cristo 24.932 Seguro Garantia CCT Carnaúba Carnaúba Seguro Risco Operaciona 182.713 22/11/22 A 28/11/24 - AXA 31/07/23 a 31/07/24 - AUSTRAL 13/12/23 A 13/12/24 - SWISS RE 22/11/22 A 28/11/24 - AXA Seguro Resp. Civil
Seguro Garantia CCT
Seguro Risco Operacional Carnaúba 22.471 925 Seguro Resp. Civil

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com líquidez imediata e risco insignificante de meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento ativos qualificaveis, os custos de empresumos capitalizados de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações maneira conflável. A evidência objetiva de que os ativos finan-são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado ceiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso recuperável estimado. Um item do imobilizado é baixado após transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonsalienação o u quando não há beneficios econômicos futuros tração do resultado durante o exercício em que os empréstimos resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda ou valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras re-esultantes de eventos passados, em que seja possível estimar outras de eventos passados, em que seja possível estimar contrativa de exercício em que os empréstimos resultantes de eventos passados, em que esta passados en que os empréstimos resultantes de eventos passados, em que esta passados en que esta passados en que esta passados en empréstimos de eventos passados, em que esta passados en que esta passados en que esta passados en que esta passados en empréstimos en que esta passados en en que esta passados en que esta passados en el que esta passados en que esta passados en el que esta ceitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício, os valores de forma confiável e cuia liquidação seja provável. Desmobilização: As provisões dos custos de desmobilização O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a coda período de relatório, considerando-se os riscos e as inperiodos de tentados considerações es a descripción de relatório, considerando-se os riscos e as inperiodos de tentados considerações de caixa estimados para liquidar a descripción de relatório, considerando-se os riscos e as incapacidados de caixa estimados para liquidar a descripción de relatório, considerando-se os riscos e as incapacidados de caixa estimados para liquidar a descripción de relatório, considerando-se os riscos e as incapacidados de caixa estimados para liquidar a descripción de relatório, considerando-se os riscos e as incapacidados de relatórios de relató financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente reconhecimento. 6.3 Intangível. 6.3.1 Ativos Intangíveis desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios diti definida, adquiridos separadamente são registrados ao econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é vida util estimada dos circilos. A vida util estimada e o metodo de amortização são revisados no fim de cada exercício e o provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reefeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos com base nos custos incorridos para aquisição e para fazarer governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhiscom que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados

quando o ativo é baixado. 6.4 Redução ao valor recuperável ("impairment"). 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por Companhia apresentou lucro o qual também foi absorvido pelo de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, seu préjuizo acumulado. 3 Estimativas críticas e riscos: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta o curso desa forma, a provisão e revisada periodicamente de sala posición para que todas estas possíveis alterações nas políticas comás diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas el qualdas da como as diferenças entre as receitas en

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercicio e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o

2022

1.031

pagai

2022 Resultad

Dividendos

Consolidado

dendos

438

1.031

2.194

2.194

2023

(5.640)

(5.640)

Consolidado

2022

Passivo Passivo

- Divi- Contas a

2023

pagar

72

110

Passivo -Contas a

ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impos-tos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recu-perar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício. 6.8 Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Scompanhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulan tes. 6.9 Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que beneficios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica consi-derando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato. A receita financeira é reconhecida com base no mé-todo da taxa de juros efetiva. 6.10 Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor Os ativos infancierios sad inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensu-rados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensu-rados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamen-tos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação es-tiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na 2.194 onstração do resultado. 6.11 Passivo de arrendamentos O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos"/"Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de descon to para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obti-(Serviços) (Serviços) das por operações financiamentos para ativos destas classes líquido de inflação. 6.12 Normas novas e alteradas no exer-cício corrente: As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2023 foram as seguintes: IFRS 17 "Con-(3.839)(3.839) de Energia Eólica São João SPE S.A. 5 **Outras informações:**Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos. 5.1 **Transações com partes relacionadas:** A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

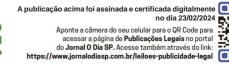
Tatos de Seguro": O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimentos de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financiamentos. 5.1 **Transações com partes relacionadas:** A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

Tatos de Seguro": O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro, abrangendo o reconhecimento e acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (com de vida ramos elementareo das torres eólicas. tratos de Seguro": O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Con de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. Alterações ao IAS 8 "Definição de Estimativas Contábeis": As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement "Divulgação de Políticas Contábeis": Alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contá-beis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades di-vulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requi-sito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia contábil de Companhia. Tale installados de acordo com a política contábil de Companhia c acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações maneira conflável. A evidência objetiva de que os ativos finan-são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado ceiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreno pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor en aíos se aplique mais a transações que gerem diferenças ciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendameno uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. aceitaria em outras transações oú indicações de que o devedor tos e passivos de desativação Alterações ao IAS 12 "Reforma A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecide cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja internacional após sua vida ú da de Companina sao analisados a cada exercicio de apresentarial Dois de COLDs sobre BETS e incluenti. (i) unha exceção de perda no valor recuperável.

13.059 114.966 54.642 54.693 a analamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os ção para apurar se há indicação de perda no valor recuperável do ativo balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável do ativo exceder o seu valor se dimentionados a decorrentes da implementação jurisdicional balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável do ativo exceder o seu valor se simantivas são contabilidados afendadas, a fim de ajudar os usuários das recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição a vida útil, que é estimada como segue: • Benfeitorias em invésis de terceiros - 5-15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veigre o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável do ativo exceder o seu valor gação para antidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois de terceiros - 5-15 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veigre o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

25.05 123.159 25 decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data culos - 5 anos. • Móveis, utensilios e equipamentos - 10 anos.
• Equipamentos de processamento de dados - 5 anos. • Instalações - 10 anos. • Tuntinas Eólicas - 32 anos (2022 - 25 anos). e instalações - 10 anos. • Tuntinas Eólicas - 32 anos (2022 - 25 anos). quido dos custos incorridos na transação e são, subsequente tos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor mente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer recursoriado de cultados recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023 pronunciamentos. 6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As seguintes alterações de normas foram emitidas mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16 "Passivo de Locação em um Sale and Leaseback" Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheca qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024 reconhecida pelo método linear com base na reconhecido se, e somente se, o reetinico so de amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada e o método certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são refato deve ser divulgado. Alterações ao IAS 1 "Classificação ato de verto a torda de verto é devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do de Passivos como Circulante ou Não-Circulante": Em ja-neiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos a controlade direta 5022 Eduvalanta para de l'acceptant de l'accep parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) -Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou



Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.278.819/0001-95

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

e consolidadas". Somos independentes em relação a Compa- realista para evitar o encerramento das operações. Os respon- individuais e consolidadas, independentemente se causada incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

As Administradores e Acionistas di Voltalia São Niguel o Gesteso I Participações S.A. São Paulo - SP. Opinião - no Código de Élica Profissional do Contador e na normas aquales com responsabilidade pela supervisão do processo de consolidadas são processo de sudiforia e previstos do processo de consolidadas são processo de sudiforia e previsão do processo de consolidadas são processo de sudiforia e previsão do processo de consolidadas são processo de sudiforia e previsão do processo de consolidadas são processo de sudiforia e previsão do processo de consolidadas são processo de consolidadas são processo de consolidadas e participações S.A. São Paulo - SP. Opinião - no Código de Élica Profissional do Contador e na normas aquales com responsabilidade de pela supervisão do processo de consolidadas e participações são se consolidadas são processo de consolidadas são processo de sudiforia em responsabilidade e pela supervisão do processo de consolidadas são video processo de consolidadas são processo de sudiforia em responsabilidade e pela supervisão do processo de consolidadas são processo de consolidadas são processo de consolidadas são processo de consolidadas são de consolidadas são processo de resultada, com as operações do resultada, são mante processo de consolidadas são de consolidadas são processo de consolidadas são processo

Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

mento foi assinado digitalmente por JORNAL O DIA SP. car as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6247-99BB-5170-2B7C.





O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6247-99BB-5170-2B7C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6247-99BB-5170-2B7C



Hash do Documento

8B2E69B4FF179D8E992BC2B345AC8B3864865D830B6BA3E9E9DB4D1D8BDB194C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



RUMO MALHA OESTE S.A.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2024 ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2024

1. Data, Hora e Local: 16 de janeiro de 2024, às 09:00 horas, realizada por meio de conferência telefônica, nos termos do Artigo 20 do Estatuto Social da Rumo Malha Oeste S.A. ("Companhia"). 2. Presença: Membros do Conselho de Administração, mencionados no item 5 abaixo. 3. Composição da Mesa: Sr. Daniel Rockenbach, como Presidente. Sra. Fattyma Blum Gonçalves, como Secretária. 4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar, sem quaisquer restrições, a atteração de empresa de auditoria independente, de forma que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. ("BDO"), passa a auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que se encerraía em 31 de dezembro de 2023, em substituição a Prats & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"). 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração e lavrada esta Ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. (Ass.:) Daniel Rockenbach, como Presidente; Cristino Carvalho Brasil e José Liuz Kimenes. Certifico que a presente ata confece com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de janeiro de 2024. Fattyma Blum Gonçalves - OAB/PR n° 73.891 - Secretária. JUCESP: Certifico o registro sob o nº 1.016.240/24-7 em 23.01.24. Protocolo SPJ2400069750 - Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

Companhia Aberta - Categoria B
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2023 ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: 22 de dezembro de 2023, às 16:00 horas, realizada por meio de conferência telefónica, nos termos do Artigo 21, §1º do Estatuto Social da Rumo Malha Paulista S.A. ("Companhia"). 2. Presença: Membros do Conselho de Administração, mencionados no item 4.1 abaixo. 3. Composição da Mesa: Sr. Daniel Rockenbach, como Presidente. Sra. Fattyma Blum Gonçalves, como Secretária. 4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar, sem quaisquer restrições, a alteração de empresa de auditoria independente, de forma que a BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS LTDA. ("BDO"), passa a auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que e encerrará em 31 de dezembro de 2023, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"). 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração e lavrada esta Ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. (Ass.:) Daniel Rockenbach, como Presidente; Cristiano Carvalho Brasil e Julio Cesar da Silva Julio. Certifico que a presente ata confere com a original Lavrada em livro próprio. Curitiba, 22 de dezembro de 2023, Fattyma Blum Gonçalves - OAB/PR nº 73.891. Secretária. JUCESP certifico o registro sob o nº 1.031.091/24-5 em 08/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/MF n° 29.197.194/0001-49 - NIRE n° 35.300.510.925

Anúncio de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da BRASILWOOD TERRAS FLORESTAIS S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1327, 2° andar, sala 82, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, em 4 de março de 2024, às 09:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovar o aumento de capital social da Companhia; b) aprovar o boletim de subscrição e declarar formalmente concretizado o aumento de capital mediante a criação de novas ações ordinárias e preferenciais; c) aprovar a alteração do caput do artigo 5° do Estatuto Social defenda ao capital social da Companhia; d) censolidar em virtude das deliberações scima bomadas capital mediante a criação de novas ações ordinárias e preferenciais; c) aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social referente ao capital social da Companhia; d) consolidar, em virtude das deliberações acima tomadas, o novo Estatuto Social da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. Instruções Gerais: Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, §3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes ás matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 22 de fevereiro de 2024.

Henrique Americano Carvalho de Freitas e Alessandro Pellegrini - Diretores

por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. Capítulo IV

REC CAJAMAR S.A. CNPJ/MF nº 21.967.607/0001-15 - NIRE 35300479599

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/01/2024

1. Data, Hora e Local: Em 24/01/2024, às 10h, na sede da REC Cajamar S.A. ("Companhia"), na Cidade de Cajamar, SP, na Av. Dr. Antônio João Abdalla, 3.945, Empresarial Colina, CEP 07750-020. 2. Presença e Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, face à presença do único acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa: (i)** Presidente: Felipe Sacramento Wardil; e **(ii)** Secretário: Fernando Ribeiro Starck Crestana. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, o único acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: (i) Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 130, $\S1^\circ$, da Lei 6.404/76. (ii) Tendo em vista que 3/4 do capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 5.842.178,00, mediante a emissão de 5.842.178 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R\$ 5.842.178,00, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso II, da Lei indiminat, as piczy ce trinssa groota te każ 20-42.17/300, inada de advato coni o ango 176, § 17, incisot ce advato con 501, 5º andar, parte, Torre Corcovado, Botafogo, de acordo com os termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata, na forma constante do **Anexo I**. (iii) Em decorrência do referido aumento, o capital social da Companhia passará de R\$ 137.934.753,00, dividido em 120.804.712 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 143.776.931,00, dividido em 126.646.890 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (iv) Em ato subsequente, aprovar, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia, em R\$ 143.775.930,85, por ser considerado excessivo ao objeto social da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$ 143.776.931,00 dividido em 126.646.890 para R\$ 1.000,15, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com cancelamento de 143.775.930 ações, mediante entrega ao BTG Pactual Logística Fundo de Investimento Imobiliário, único acionista da Companhia, de 1 imóvel de propriedade da Companhia, Cajamar, localizado na Av. Dr. Antônio João Abdalla, 3.945, Cajamar/SP, objeto da matrícula 153.904, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiai/SP, melhor descrito e caracterizado no Anexo II, cujo valor contábil corresponde a R\$ 143.775.930,85, conforme balanço patrimonial da Companhia de 31/12/2023, o qual está arquivado na sede da Companhia, e conforme permitido pelo artigo 22 da Lei nº 9.249, de 26/12/1995. (v) Consignar que a redução de capital ora deliberada somente será efetivada após o transcurso do prazo de 60 dias contados da publicação desta ata, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/76. (vi) Em decorrência das deliberações aprovadas acima, aprovar a alteração do *caput* do artigo 5° do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,15, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (vii) Em decorrência da deliberação aprovada do item (vi) acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social que passará a vigorar na forma do Anexo III à esta ata. (viii) Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas. 5. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se esta AGE, após a lavratura desta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelo único acionista da Companhia. Cajamar/SP, 24/01/2024 Mesa: Felipe Sacramento Wardil - Presidente. Fernando Ribeiro Starck Crestana - Secretário. Acionista: BTG Pactual Logística Fundo de Investimento Imobiliário, representado por sua administradora BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM. Por: Rodrigo Natividade Cruz Ferrari e Renata Kelly Ribeiro. Estatuto Social - Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1. A REC Cajamar S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S/A**"). **Artigo 2**. A Companhia tem sua sede na cidade de Cajamar, SP, na Av. Dr. Antônio João Abdalla, 3.495, Empresarial Colina, CEP 07750-020, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3**. A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. **Artigo 4**. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital - Artigo 5**. O capital social da Companhia é R\$ 1.000,15, representado por 1.000 ações ordinárias, ativas e sem valor nominal. **§ Único**. Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos representativos de ações correrão por conta dos acionistas. **Artigo 6**. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 7. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente, títulos dessa espécie em circulação. Artigo 9. No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatuto e, quando existente, o estabelecimento de um mandato unificado de até 02 (dois) anos para todo o conselho de administração da Companhia. Capítulo III. Das Assembleias Gerais - Artigo 10. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. Artigo 11. As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha do secretário. Artigo 12. Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias:
(a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 126, §1°, da Lei das S/A; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-símile; (f) por correio; (g) por e-mail; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alineas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por fac-símile ou por *e-mail* no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. Artigo 13. Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das S/A, sendo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das S/A; (b) deliberar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos investimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou interação de quanquer garantias reais ou pessoais, peta companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercício social, mais de R\$ 200,000,00; (e) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (f) liquidação voluntária, dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão ou qualquer outra atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido. recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) abertura do capital social da Companhia; (i) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida em destructiva de companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida (j) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM, bem como a aprovação da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; (k) forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administradores da foro da comarca de SP, SP, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. §4º. A sentença Companhia; (1) aumento e/ou redução do capital social e da quantidade de ações de emissão da Companhia, fixando as condições de emissão e de colocação das ações; (m) aprovar a contratação de operações entre a Companhia, os as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas acionistas diretos ou indiretos, ou entre a Companhia e pessoa física ou jurídica relacionada a qualquer desses acionistas ou, ainda, entre a Companhia e os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, se houver, ou empregados e outros colaboradores da Companhia; (n) a contratação ou destituição de auditores independentes da estatuto Social. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários Companhia ou de controladas e subsidiárias; (o) autorizar a Companhia a proceder à compra de ações de sua própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria, observados os dispositivos legais aplicáveis; arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por (p) determinar o voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesa das quais a Companhia seja acionista ou sócia, bem como na instrução de voto a ser fornecida aos administradores de tais sociedades; (q) aprovar a realização de quaisquer negócios ou atividades fora do curso normal dos negócios por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. §5°. A lei brasileira será a única aplicável da Companhia; (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses da Companhia, direta ou au companina, (r) adoça o un incituada judarica e caralgulacias na ucessa dos intereses da arbitração de la companhia, (r) adoquer comingo, venir como a execução, interpretação e valuada e user a tigo 25. A tago 29 cada uma das partes da arbitragem permanece com o direito de requerer perante o Poder Judiciário com o objetivo laudo de avaliação econômica (valuation) da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia exclusivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou tenha participação. §1º. A assembleia geral deverá ser convocada na forma da lei, mediante correspondência encaminhada aos acionistas, com antecedência de, pelo menos, 8 días, para a 1º convocação, e 5 días para a 2º salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitral, e (iii) obter or garantir a execução específica das disposições deste estatuto, sem que isso seja interpretado como uma renúnci §2º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em 1º convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto; em 2º convocação instalar-se-á com qualquer número. §3º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular reveyar a medida de urgência solicitada. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, as partes da arbitragem.

Da Administração - Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mí e, no máximo, 8 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assembleia geral. Dos direto será o Diretor-Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica. Artigo 15. O diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo que, de qualquer forma, os diretores deverão permanecer en exercício até a investidura de seus sucessores. Admite-se a reeleição. § Único. A remuneração dos diretores será estabelecida pela assembleia geral. Artigo 16. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de diretor qualquer diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia sera deliberar sobre a eleição do substituto. Artigo 17. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência oi impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do direto substituído. Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido, serão instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. Artigo 19. Compete a qualquer membro da Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas sua próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. Artigo 20. As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques. as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidado ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: (a) para a prática de atos que envolvam valores superiores a R\$ 250.000,00, conjuntamente: (i) pelo Diretor-Presidente e por outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; (ii) pelo Diretor Financeiro e por outro Diretor, inclusive o Diretor-Presidente; ou (iii) por qualque Diretor com um procurador, nomeado nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados no respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; (b) para a prática de atos que envolvan valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualque Diretor com um procurador, nomeado nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados no respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si vinculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; e (c) <u>para a prática de atos que envolvan</u> valores iguais ou inferiores a R\$ 50.000,00, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou (iii) por dois procuradores, nomeados nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado. §1º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, respeitado o disposto no artigo 20 acima, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto n caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de procuração par prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00, a Companhia deverá necessariamente ser representada po rinado, observado que na outorga de procuração para meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor-Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro: (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor, inclusive o Diretor-Presidente. Artigo 21. Sã expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurado ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. § Único. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição dest estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referida descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. Capítulo V. Do Conselho Fiscal - Artigo 22. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará en caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor Capítulo VI. Das Relações com os Acionistas e Partes Relacionadas - Artigo 23. Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programa: de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede socia da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro - Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25. Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditore independentes devidamente registrados na CVM, observadas as normas então vigentes. **Artigo 26**. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. §1º. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício \$2°. A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termo do artigo 202, §3°, da Lei das S/A. § 3°. A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou en períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assembleia geral. No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. § 4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral. Capítulo VIII. Da Liquidação - Artigo 27. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX. Arbitragen - Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem en relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito po meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado ao mérito de todo e qualquer Conflito, bem como à execução, interpretação e validade deste artigo 28. Artigo 29 a assembleia geral que comparecerem os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. elegem o foro da comarca de SP, SP. Capítulo X. Disposições Gerais - Artigo 30. Nos casos omissos ou duvidosos





O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FE91-5B4B-7F23-0F8F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FE91-5B4B-7F23-0F8F



Hash do Documento

7081F6DA7230B6D523B68FA10E91C51F9366400E39F9C0205DEE6CFABB3E638C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



REC CAJAMAR III S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/01/2024 I. Data, Hora e Local: Em 24/01/2024, às 10h, na sede da REC Cajamar III S.A. ("Companhia"), na Cidade de Cajamar, SP, na Av. Dr. Antônio João Abdalla, 2.010, Empresarial Colina, CEP 07750-020. 2. Presença e .cajama, 31, ila 47. Bl. Antonio 36a Vacana, 2010, Empresaria Contra, 2011, 2017, 30-320. El Testriya e Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, face à presença do único acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. Composição da Mesa: (i) Presidente: Felipe Sacramento Wardil; e (ii) Secretário: remando Ribeiro Starck Crestana. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, o único acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: (i) Aprovar, por unanimidade de votos, a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, nos ermos do artigo 130, §1°, da Lei 6.404/76. (ii) Tendo em vista que 3/4 do capital social da Companhia está totalmente aubscrito e integralizado, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 21.082.310,19, mediante e missão de 21.082.310 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão global de R\$ 21.082.310,19, fixado de acordo com o artigo 170, §1°, inciso II, da Lei 6.404/76. As ações ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas, neste ato, pelo BTG Pactual Logística Fundo de Investimento Imobiliário, CNPJ 11.839.593/0001-09, com sede na cidade do RJ, RJ, à Praia de Botafogo, 501, 5° andar, parte, Torre Corcovado, Botafogo, de acordo com os termos do Boletim de Subscrição que integra a presente ata, na forma constante do A**nexo** I. (iii) Em decorrência do referido aumento o capital social da Companhia passará de R\$ 106.571.580,00, dividido em 106.571.580 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, <u>para</u> R\$ 127.652.890,19, dividido em 127.652.890 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (iv) Em ato subsequente, aprovar, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76, a redução do capital social da Companhia, em R\$ 127.651.890,19, por ser considerado excessivo no objeto social da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$ 127.652.890,19 <u>para</u> R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com cancelamento de 127.651.890 ações, mediante entrega ao BTG Pactual Logística Fundo de Investimento Imobiliário, único acionista da Companhia, de 1 imóvel de propriedade da Companhia, localizado na Av. Dr. Antônio João Abdalla, 2.010, Cajamar/SP, objeto da matrícula 165.108, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Jundiai/SP, melhor descrito e caracterizado no **Anexo** II, cujo valor contábil corresponde a R\$ 127.651.890,19 conforme balanço patrimonial da Companhia de 31/12/2023, qual está arquivado na sede da Companhia, e conforme permitido pelo artigo 22 da Lei 9.249, de 26/12/1995. o (y) Consignar que a redução de capital ora deliberada somente será efetivada após o transcurso do prazo de 60 dias contados da publicação desta ata, nos termos do artigo 174 da Lei 6.404/76. (vi) Em decorrência das deliberações aprovadas acima, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (vii) Em decorrência da deliberação aprovada do item (vi) acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social que passará a vigorar na forma do **Anexo III** a esta ata. (viii) Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas. **5.** Encerramento. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se esta AGE, após a lavratura desta ata, que foi lida, aprovada e assinada pelo inico acionista da Companhia. Cajamar/SP, 24/01/2024. Mesa: Felipe Sacramento Wardii - Presidente. Fernando Ribeiro Starck Crestana - Secretário. Acionista: BTG Pactual Logística Fundo de Investimento Imobiliário, epresentado por sua administradora BTG Pactual Servicos Financeiros S.A. DTVM. Por: Rodrigo Natividade Cruz Ferrari e Renata Kelly Ribeiro. Estatuto Social - Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo I. A REC Cajamar III S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei
de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; ou (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor,
6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"). Artigo 2. A Companhia tem sua sede na cidade de Cajamar, SP, na Av.
Dr. Antônio João Abdalla, 2.010, Empresarial Colina, CEP 07750-020, podendo abrir filiais, agências ou
Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a epresentações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Artigo 3. A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Do Capital: Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ Único**. Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos epresentativos de ações correrão por conta dos acionistas. Artigo 6. Os acionistas têm preferência para a subscrição e novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das S/A. Artigo 7. A ação é rel perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, nte, títulos dessa espécie em circulação. Artigo 9. No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos este estatuto social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatuto e, quando existente ento de um mandato unificado de até 02 (dois) anos para todo o conselho de administração da ompanhia. Capítulo III. Das Assembleias Gerais: Artigo 10. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. Artigo 11. As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha do secretário. Artigo 12. Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 126, §1°, da Lei das S/A; (e) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-símile; (f) por correio; (g) por *e-mail*; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pleos acionistas e enviada por fac-simile ou por *e-mail* no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. Artigo 13. Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das S/A, sendo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das S/A; (b) deliberar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos nvestimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias reais ou pessoais, pela Companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercício social, mais de R\$ 200.000,00; (e) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (f) iquidação voluntária, dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) abertura do capital social da Companhia; (i) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; (j) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM, bem como a aprovação da destinação a ser dada ao lucro (liquido de ocupación). O forma de distribuição dos contratos destinaçãos es redada ao lucro (liquido de ocupación). O forma de distribuição de servicios dos destinaçãos a ser dada ao lucro líquido do exercício; (k) forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; (1) aumento e/ou redução do capital social e da quantidade de ações de emissão da Companhia, fixando as condições de emissão e de colocação das ações; (m) aprovar a contratação de operações entre a Companhia, os cionistas diretos ou indiretos, ou entre a Companhia e pessoa física ou jurídica relacionada a qualquer desses acionistas ou, ainda, entre a Companhia e os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, se houver, ou empregados e outros colaboradores da Companhia; (n) a contratação ou destituição de auditores independentes da missão para cancelamento ou manutenção em tesouraria, observados os dispositivos legais aplicáveis; (p) determinar voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades das quais a ompanhia seja acionista ou sócia, bem como na instrução de voto a ser fornecida aos administradores de tais

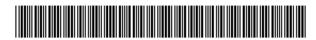
de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. Capítulo IV. Da Administração Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 8 diretores acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor-Presidente, outro o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica. **Artigo 15**. Os diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo que, de qualquer forma, os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seu sucessores. Admite-se a reeleição. § Único. A remuneração dos diretores será estabelecida pela assembleia geral Artigo 16. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de diretor, qualquer diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia será deliberar sobre a eleição do substituto Artigo 17. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor-Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido, serão instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. Artigo 19. Compete a qualquer membro da Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. Artigo 20. As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: (a) para a prática Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; (ii) pelo Diretor Financeiro e por outro Diretor, inclusive o Diretor-Presidente ou (iii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do \$1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamento apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; (b) para a prática de atos que envolvan valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualque: Diretor com um procurador, nomeado nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectiv instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vinculo conjugal relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; e (c) para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferiores a R\$ 50.000,00, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato ou (iii) por dois procuradores, nomeados nos termos do §1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado. §1º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, respeitado o disposto no artigo 20 acima, devendo específicar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo nado, observado que na outorga de procuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Companhia deverá necessariamente ser representada por meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor-Presidente negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. § Único. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. Capítulo V. Do Conselho Fiscal: Artigo 22. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado em conformidade com a legislação em vigor. Capítulo VI. Das Relações com os Acionistas e Partes Relacionadas: Artigo 23. Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanco e do Lucro: Artigo 24. O exercício social acesso ao seu contendo. Capitulo VII. De Exercicio Social, do Banario e do Leito. Artigo 24. O exercicio social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25. Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM, observadas as normas então vigentes. Artigo 26. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. §1º. Aos acionistas é assegurado o direito ac recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuido ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriores, consesa reserva que tenham sido realizados no exercício. §2º. A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ac obrigatório, nos termos do artigo 202, §3º, da Lei das S/A. § 3º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assemblei geral. No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. § 4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral. Capítulo VIII. Da Liquidação: Artigo 27. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX. Arbitragem:
Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem em relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e deste estatuto social. §1º. A Arbitragem será conduzida na cidade de SP, SP, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. §2º. A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros. A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. §3º. Qualquer das acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social. Para tal finalidade, fica eleito o foro da comarca de SP, SP, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. §4º. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes de acordo cor seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto social. A sentença arbitral anhia ou de controladas e subsidiárias; (o) autorizar a Companhia a proceder à compra de ações de sua própria poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido. inclusive, mas não limitado a honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na xeções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em la convocação, com a presença de acionistas que epresentem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto; em 2ª convocação instalar-se-á com qualquer dumero. §3ª. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a assembleia geral de convocação instalar-se-á com qualquer dumero. §3ª. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a assembleia geral oderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada. Para o exercício das citadas tutelas uneto, go interpretentatione de la sofinata de l'agrica sofinata de l'agrica de l'agrica de l'agrica de l'agrica sofinata de l'agrica s

por JORNAL O DIA SP



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4418-7561-19E2-4B57 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4418-7561-19E2-4B57



Hash do Documento

615802112BC937585B12D778069E76FDCC2C33BA75F591941E1F3808EB17944F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00



REVITA ENGENHARIA S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2024 I. Data, Hora e Local. Realizada no dia 05 de fevereiro de 2024, às 10:00, de forma digital, considerad to, como realizada na sede da **Revita Engenharia S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de o Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, térreo, sala 1, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia" 2. Convocação e Presenças. Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, tendo em vista a presença da acionista representar do a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presenças 3. Mesa. Presidente: Anrafel Vargas Pereira da Silva. Secretário: Frederico Guimarães da Silva. 4. **Delibera** ções. A acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, autoriza a imediata operação financeira de emissão

de Nota Comercial entre a Companhia e o Banco Safra no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) com o prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, com 12 (doze) meses de carência e taxa CDI + 2,75% (dois virgula setenta e cinco por cento) ao ano e acrescido de uma comissão flat fee de R\$ 140.000,00 (cen to e quarenta mil reais), cuja garantia será o aval da única sócia Solvi Essencis Ambiental S.A. ("Solvi") e co venant anual Divida Líquida/EBITDA ≤ 3,5 (três virgula cinco) vezes da demonstração financeira da Solvi 5. Encerramento. Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 05 de fevereiro de 2024. Mesa: **Anrafel Vargas Pereira da Silva** - Presidente da Mesa e **Frederico Guimarães da Silva** - Secretário de Mesa. Acionistas: **Solvi Essencis Ambiental S.A.** Por Frederico Guimarães da Silva e **Solvi Essencis Ambiental S.A** Eduardo Alves Rodrigues. JUCESP nº 63.127/24-6 em 09.02.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OZ AGROECOLOGIA LTDA. - CNPJ/MF 50.271.509/0001-47 - NIRE 35261104267

ma do seu contrato social por seu Sócio Administrador **IGOR EUSTÁQUIO RODRIGUES** ELIAS, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.518.786 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 006.059.101-38, residente e domiciliado na Cidade e Es-SSPIDI, INSCRITO DO CPY S00 O I 100.0593.101-36, residente e domicinado na Cidade e stado de São Paulo, na Rua Bueno Brandão, 134, apto. 91, Vila Nova Conceição, CEP: 04509-020; representando a totalidade do capital social da **OZ AGROECOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.271.509/0001-47 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35261104267, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3144, 3° andar, Sala A, Jardim Paulistano, CEP 01451-000 ("Companhia"); e ainda, (B) Igor Eustáquio Rodrigues Elias, qualificado acima; tem entre si, justo e acertado, a alteração do seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes: 1.
CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: 1.1. A sócia BE.EARTH HOLDING LTDA., cima qualificada, única e legítima titular de 100.000 (cem mil), com o valor nominal de **R\$1,0**0 (um real) cada uma, totalmente subscrita e integralizada, livre e desembara-çada de todo e qualquer ônus, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, a ítulo oneroso. **01** (guota) que detém no capital social da Companhia, com tudo o que reresenta ao Sr. IGOR EUSTÁQUIO RODRIGUES ELIAS, acima qualificado, pelo valor justo e acertado entre as partes em moeda corrente nacional, que deles recebeu, dando quitação plena, rasa e irrevogável, para não mais repetir, fazendo da presente cessão boa, firme e valiosa e respondendo pela evicção de direito a qualquer tempo, na forma do Bo-letim de Subscrição, que integra este presente instrumento na forma do **Anexo I-A** e Anexo I-B. 2. TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO: 2.1. Os sócios aprovaram por unanimidade e sem qualquer restrição, a transformação do tipo jurídico da Compa-nhia, de SOCIEDADE LIMITADA para SOCIEDADE POR AÇÕES DE CAPITAL FECHADO, sem solução de continuidade dos negócios sociais, nos termos do art. 1.113 e seguintes da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, dos arts. 220 a 222 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), sob a denominação de OZ AGROECOLOGIA S.A., que sucede a tudo a Companhia transformada, continuando com o mesmo capital social e o mesmo endereço. 2.2. Os acionistas decidiram, ainda, que a Companhia: (i) o capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), passa a ser dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuildas entre os acionistas (ex-sócios): **ACIONISTAS - QUOTAS ENTREGUES - AÇÕES**ORDINÁRIAS RECEBIDAS: BE.EARTH HOLDING LTDA.: 99.999, 99.999; IGOR EUSTÁ-QUIO RODRIGUES ELIAS: 1, 1; TOTAL: 100.000, 100.000. (ii) terá o seu objeto social al-terado para (i) certificação e intermediação de créditos agroecológicos e carbono; (ii) operação marketplace; (iii) administração de dados e tecnologia agrícola; (iv) fabricação de alimentos; (v) processamento de alimentos; (vi) comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários; (vii) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (viii) atividades relacionadas à organização do transporte de carga; (ix) produção de sementes certificadas; (x) fabricação de embalagens de ma-terial plástico; (xi) fabricação de fertilizantes; (xii) atividades de apoio à extração de minerais; (xiii) atividades ligadas aos serviços ambientais; (xiv) atividades e serviços finannerais, (XIII) atividades de apoio à educação; (XXI) importação de produtos; (XVIII) fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios; (XVIII) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; (XIX) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (XXX) atividades de obras de irrigação; (XXII) organização logistica do transporte de carga; (xxii) fabricação de adubos e fertilizantes; (xxiii) produção de mudas e outras formas de oropagação vegetal certificadas; (xxiv) atividades de apoio à agricultura; (xxv) criação de suínos; e (xxvi) comércio varejista; (iii) será administrada por uma Diretoria composta por ao menos 3 (três) membros; e (iv) não instalará o Conselho Fiscal neste momento. 3. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA: 3.1. Tendo sido observadas todas as formalidades legais e declarada definitivamente transformada a Companhia, foram encerrados os mandatos dos atuais administradores e procedeu-se à eleição dos membros da Diretoria da Companhia, para um mandato unificado de 3 (tres) anos a contar da presente data ou até a realização da Assembleia Geral ordinária que examinar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, devendo permanecer no cargo até a posse de seus substitutos, a saber: (i) o Sr. IGOR EUSTÁQUIO RODRIGUES ELIAS, acima qualificado, na qualidade de <u>Diretor Presidente</u>; (ii) o Sr. BRUNO MACEDO BUENO FI-LHO, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 40.687.761 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n° 303.037.548-00, na qualidade de Diretor sem designação específica; e (ii) o Sr. RODRIGO TOMASI BITTENCOURT, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.503.668 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 113.974.216-73, na qualidade de Diretor sem designação específica, todos com escritório na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04542-090. 3.2. Os diretores ora eleitos declararam, para os devidos fins e efeitos le-gais, e sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foram condenados por qualquer crime, e não estão sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a car-gos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou su-borno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os diretores ora eleitos são investidos em seus respectivos cargos nesta data, mediante assinatura dos termos de posse. 3.3. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observando o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa reger a Companhia.

3.4. Os Diretores ora eleitos ficam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes me a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 4 de março de 2020. 3.5. Os Srs. Igor Eustáquio Rodrigues Elias, Bruno Macedo Bueno Filho e Rodrigo Tottencourt, acima qualificados, tomarão posse em seus cargos imediatamente, mente a assinatura do Termos de Posse, conforme Anexo II. 4. ALTERAÇÃO DE ENDE-REÇO: 4.1. Alterar o endereço da sede social da Companhia, que passará da Avenida Bri-gadeiro Faria Lima, 3144, 3º andar, Sala A, Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo. CEP 01451-000 para Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São 🕴 cia destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas rese Paulo, CEP 04542-090. **S. CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:** 5.1. Por fim, em vista das deliberações constantes neste instrumento, a partir desta data a Companhia passa a reger o Estatuto Social, abaixo transcrito: **"ESTATUTO SOCIAL DA OZ AGROE-**COLOGIA S.A. - CNPJ/MF 50.271.509/0001-47 - NIRE 35261104267 - CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1°. A OZ AGROECOLOGIA **S.A.** é uma Companhia anônima regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>") e pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 4 de março de 2020. **Artigo 2º**. A Companhia tem sua sede e oro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, CEP 04542-090, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. **Artigo 3º**. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (i) certificação e intermediação de créditos agroecológicos e carbono; (ii) operação marketplace; (iii) administração de dados e tecnologia agrícola; (iv) fabricação de alimentos; (v) processamento de alimentos; (vi) co-mércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuá-rios; (vii) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (viii) atividades relacionadas à organização do transporte de carga; (ix) produção de sementes certificadas; (x) fabricação de embalagens de material plástico; (xi) fabricação de fertilizantes; (xii) atividades de apoio à extração de minerais; (xiii) atividades ligadas aos serviços ambientais; (xiv) atividades e serviços financeiros; (xv) atividades de apoio à educação; (xvi) importação de produtos; (xvii) fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, pecas e acessórios: (xviii) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; (xix) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciên-cias físicas e naturais; (xx) atividades de obras de irrigação; (xxi) organização logística do transporte de carga; (xxii) fabricação de adubos e fertilizantes; (xxiii) produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; (xxiv) atividades de apoio à agricul-tura; (xxv) criação de suínos; e (xxvi) comércio varejista. **Artigo 4º**. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. DO CAPITAL: Artigo 5°.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **RS 100.000,00** (cem mil reais) dividido em **100.000** (cem mil) ações ordinárias nominativas, emitidas por **R\$ 1,00** (um real) cada uma. **§1°.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acio-

1º ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Pelo presente instrumento, (A) BE.EARTH HOLDING LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, toria. Artigo 6º. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária no 3144, 3° andar, Sala A, Jardim Paulistano, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o n° 29.775.965/0001-38 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE sob o n° 35630111684, representada na fora pre que os interesses da Companhia assim exigirem, observadas as competências e quó rum de deliberação previstos na legislação aplicável. **Artigo 8º**. As assembleias gerai serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia ou pelo seu substituto, ou, na au sência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Pre sidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. CAPÍTULO IV. DA ADMINISTRA-CÃO: Artigo 9°. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de n mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, mas todos residente no País, eleitos pela Assembleia Geral. Dos diretores, 01 (um) será o Diretor Presidente os demais, Diretores sem denominação específica. Artigo 10. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de três anos, considerando-se o ano o período compreendido duas Assembleias Gerais Ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exi até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleito. Parágrafo Único. A asser bleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos admin inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em cont suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. **Artigo 11**. Ocorrendo vaga, po qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhid pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar de pois da ocorrência da vaga. Ocorrendo a vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta na primeira reunião que realizar, se assim o entender conveniente ou necessário, fará d preenchimento do cargo por pessoa que o exercerá interinamente até a primeira assem bleia geral que vier a se realizar após o evento, que proverá um cargo definitivo. **Pará grafo Único.** O diretor eleito nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo pra zo remanescente do mandato do Diretor que houver sido substituído. **Artigo 12**. Nas au sências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedi mento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e de veres do diretor substituído. **Parágrafo Único**. O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que esti ver substituindo. **Artigo 13**. A Diretoria reunir-se-à sempre que necessário. As reuniõe serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasiã for escolhido. §1°. As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou po quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus ca gos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício. §2°. As deliberações da Direto ria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, ce bendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **A**i tigo 14. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia geral Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: (a) ze lar pela observância da lei e deste Estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberaçõe tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e su perintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos interno que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da admi nistração da Companhia. §1º. A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativ. ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades fede rais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, Companhias de economia mista entidades paraestatais compete ao Diretor Presidente. §2°. A Diretoria poderá, em reu nião, indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros, para, isola damente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuizo de poderes ou atribuições idênticos conferidos por este Estatuto ou pela Diretoria a ela pró pria ou a qualquer diretor. §3°. A venda, permuta, transferência ou alienação por qua quer forma, ou a hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, de bens imóveis da Com panhia dependem da autorização e aprovação dos acionistas reunidos em assembleia ge ral. Artigo 15. As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as o dens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que impo tem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, serão obrigatoriamente ass nados: (a) pelo Diretor Presidente isoladamente; (b) por dois diretores em conjunto; (c por qualquer diretor em conjunto com um procurador ou (d) por dois procuradores em conjunto, por qualquer diretor em conjunto, com um procurador ou (d) por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. Parágrafo Único Obedecido o disposto no Artigo 14, § 2º, a Companhia poderá ser representada por unico diretor ou procurador, agindo isoladamente. Artigo 16. As procurações serão sem pre outorgadas em nome da Companhia (a) pelo Diretor Presidente isoladamente; ou (b) por dois diretores em conjunto, devendo específicar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano **Artigo 17**. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Com panhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obri gações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamen te autorizados pela Diretoria, em reunião. **CAPÍTULO V. - DO CONSELHO FISCAL: Ar tigo 18.** O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efe tivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será compos to, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO E DO LUCRO: Artigo 19. O exercício so terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 20 para registro da transformação da Companhia perante os órgãos competentes, bem como de praticar todos os demais atos necessários e/ou convenientes à implementação das deliberações tomadas acima, inclusive a obtenção de autorização temporária para do.459, de 13 de março de 1967, a administração deverá publicar, anualmente, até 28 funcionamento pela Superintendência de Seguros Privados a ser expedida antes que este ato possa ser levado a arquivamento do Registro Público de Empresas Mercantis, conforgundo o local da respectiva sede e, também, em outro jornal de grande circulação as gundo o local da respectiva sede e, também, em outro jornal de grande circulação as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 21**. O lucro líquido apurado em cad exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assen bleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo Único**. Ac acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatór não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescid dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importân vas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respe tiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realiza dos no exercício. **CAPÍTULO VII. DA LIQUIDAÇÃO: Artigo 22.** A Companhia se dis solverá e entrará em liquidação nos casos legais, e especificamente no momento de cancelamento da autorização temporária conforme prevista na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 4 de março de 2020, competindo à assemblei geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal qu deverão funcionar no período de liquidação. **Artigo 23**. Nos casos omissos ou duvido sos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 19 de dezembro de 2023 **Acionistas: BE.EARTH HOLDING LTDA.** - Representada por Igor Eustáquio Rodrigues Elias, **IGOR EUSTÁQUIO RODRIGUES ELIAS.** <u>Advogada Responsável</u>: Nome Vitória Bastos Alves de Freitas - OAB/SP nº 453.706. JUCESP nº 487.364/23-5. NIRI

3530063008-4 em 28.12.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I - A - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO - OZ AGROECOLOGIA S.A. - SUBSCR TOR - AÇÕES ON - VALOR - FORMA É PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO: BE.EARTH HOLDING ITDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade e Estado d São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3144, 3° andar, Sala A, Jardim Paulistano

CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 29.775.965/0001-38 e com seus atos cons

CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o n° 29.7/5.965/0001-38 e com seus atos consti-tutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE sob o n° 35630111684, representada na forma do seu contrato social por seu Só-cio Administrador IGOR EUSTÂQUIO RODRIGUES ELLAS, brasileiro, casado, empre-sário, portador da Cédula de Identidade RG n° 2.518.786 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n° 006.059.101-38, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua

Bueno Brandão, 134, apto. 91, Vila Nova Conceição, CEP: 04509-020.: 99.999 (novent e nove mil e novecentos e noventa e nove); R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil e nove centos e noventa e nove) reais: O valor de R\$ 99.999.00 (noventa e nove mil e novece

tos e noventa e nove) reais subscrito, e totalmente integralizado. **TOTAL:** 99.999; R\$ 99.999,00; R\$ 99.999,00. São Paulo, 19 de dezembro de 2023. <u>Subscritor</u>: **BE.EARTH**

Anexo I-B - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO - OZ AGROECOLOGIA S.A. - SUBSCRI TOR - AÇÕES ON - VALOR - FORMA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO: IGOR EUS

TÁQUIO RODRIGUES ELIAS, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula d

Identidade RG n° 2.518.786 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n° 006.059.101-38, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Bueno Brandão, 134, apto. 91, Vila Nova Conceição, CEP: 04509-020. 1 (uma); R\$ 1,00 (um real); O valor de R\$ 1,00 (um real

HOLDING LTDA. - Representada por Igor Eustáquio Rodrigues Elias.

nistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. \$2°. A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento iniare de 2023. Subscritor: IGOR EUSTÁQUIO RODRIGUES ELIAS.

por JORNAL O DIA SP







O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/563B-8ACF-6992-29F7 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 563B-8ACF-6992-29F7



Hash do Documento

41624A508879E7DEF5D5431B255AFF7CDC7D9523630B453EC9948D6DB97EBA67

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2024 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 23/02/2024 00:53 UTC-03:00

